



Braskem S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Braskem S.A.

Camaçari - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Braskem S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Braskem S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Braskem S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Avaliação da provisão e divulgações relacionados ao evento geológico em Alagoas

Veja a Nota 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras um saldo de provisão “Evento Geológico - Alagoas”, relativo às obrigações advindas do evento geológico relacionado às atividades de extração de sal-gema em Alagoas, assumidas em Termos de Acordo, assinados com as autoridades governamentais, que incluem entre outras obrigações, ações de monitoramento e estabilização de cavidades de sal relacionadas a tais atividades. A Companhia também divulga demandas judiciais com risco de perda possível relacionadas ao mesmo tema.</p> <p>Na determinação da provisão para desembolsos futuros estimados com as ações de monitoramento e estabilização das cavidades de sal, a Administração da Companhia utiliza os resultados de medições de sonares e informações oriundas de estudos técnicos realizados por empresas externas especializadas em geologia, geomecânica e engenharia, que são relevantes para a definição das</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade de controles internos que julgamos como chaves, relacionados ao processo de estimativa de provisão da Companhia, incluindo avaliação das informações de especialistas externos, bem como controles sobre as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;(j) Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de infraestrutura: (i) os laudos técnicos elaborados por especialistas externos da Companhia referentes ao monitoramento e estabilização das cavidades de sal; (ii) o plano de ações estabelecido pela Administração da Companhia; e (iii) os principais custos estimados para monitoramento e estabilização das

soluções técnicas das ações requeridas para o monitoramento e estabilização de tais cavidades de sal.

Devido ao grau de julgamento e incertezas inerentes à definição das soluções técnicas e custos estimados para o monitoramento e estabilização das cavidades de sal, que serão utilizados como premissas para mensuração das obrigações da Companhia, bem como devido ao grau de relevância e complexidade na avaliação da estimativa de probabilidade de saída de recursos e respectivas divulgações, oriunda das demandas judiciais relacionadas às atividades de extração de sal-gema em Alagoas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

cavidades de sal;

(k) Obtivemos confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia, contemplando a avaliação sobre a probabilidade de perda e a estimativa dos montantes envolvidos nas demandas judiciais relacionadas ao evento geológico - Alagoas;

(l) Indagamos a Administração da Companhia sobre demais obrigações relacionadas ao evento geológico - Alagoas e inspecionamos documentos internos e externos relacionados ao tema; e

(m) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos montantes provisionados, bem como as informações relevantes relacionadas às demandas judiciais com prognóstico de perda possível.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetariam a mensuração e divulgação da provisão do evento geológico - Alagoas, os quais não foram registrados pela administração.

Nossos testes revelaram deficiências na efetividade operacional dos controles internos relacionados à provisão do evento geológico - Alagoas. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a provisão do evento geológico - Alagoas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento dos gastos relacionados às ações de monitoramento e estabilização das cavidades de sal e das obrigações financeiras relativas às demandas judiciais existentes relacionadas ao evento geológico - Alagoas, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o



encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rodrigues Nascimento
Contador CRC 1SP244524/O-1

Braskem S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhões de Reais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.187	12.466	8.658	4.187
Aplicações financeiras	6	4.956	2.295	4.812	2.129
Contas a receber de clientes	7	2.910	3.232	2.971	2.978
Estoques	8	12.532	14.030	9.263	10.137
Tributos a recuperar	10	1.461	1.156	783	863
Imposto de renda e contribuição social	21.1	428	392	223	315
Derivativos	19.5	137	158	70	57
Outros ativos		830	728	610	574
		37.441	34.457	27.390	21.240
Não circulante					
Tributos a recuperar	10	1.370	1.618	1.073	1.182
Imposto de renda e contribuição social	21.1	292	253	292	253
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	6.443	6.359	5.846	5.771
Depósitos judiciais		178	215	169	206
Derivativos	19.5	210	72	132	72
Outros ativos		309	188	119	115
Investimentos	11	165	149	21.909	22.761
Imobilizado	12	38.405	37.763	16.430	16.868
Intangível	13	3.108	3.022	2.576	2.561
Direito de uso de ativos	14 (a)	3.820	3.953	2.175	2.225
		54.300	53.592	50.721	52.014
Total do ativo		91.741	88.049	78.111	73.254

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Braskem S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhões de Reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores	15	13.221	12.247	13.231	11.487
Financiamentos e debêntures	16	2.029	1.382	1.435	208
Financiamentos Braskem Idesa	17	739	868		
Derivativos	19.5	58	195		111
Salários e encargos sociais		828	828	599	580
Tributos a recolher	20	387	491	319	407
Imposto de renda e contribuição social		11	381		
Provisões diversas	22	1.282	923	1.197	843
Contas a pagar a empresas ligadas	9(c)			1.252	1.103
Evento geológico - Alagoas	24	2.759	4.248	2.759	4.248
Arrendamento mercantil	14 (b)	978	1.040	538	507
Outras obrigações		2.202	1.583	1.556	823
		24.494	24.186	22.886	20.317
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	16	40.207	34.334	8.245	8.100
Financiamentos Braskem Idesa	17	10.511	10.502		
Derivativos	19.5	141	82		82
Tributos a recolher	20	206	298		2
Contas a pagar a empresas ligadas	9(c)			35.886	29.219
Mútuo de acionista não controlador da Braskem Idesa	9(a)	2.490	2.498		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	1.677	1.153		
Benefícios pós-emprego	25.3(a)	567	494	369	325
Provisão para perda em controladas	11(b)			13	903
Provisões judiciais	23	1.095	1.171	1.089	1.164
Provisões diversas	22	943	1.357	887	1.287
Evento geológico - Alagoas	24	2.481	2.379	2.481	2.379
Arrendamento mercantil	14 (b)	2.955	3.201	1.791	1.945
Outras obrigações		695	286	472	209
		63.968	57.755	51.233	45.615
Patrimônio líquido					
Capital social	26	8.043	8.043	8.043	8.043
Reservas de capital e ações em tesouraria		27	17	27	17
Reservas de lucros			1.826		1.826
Ágio na aquisição de controlada sob controle comum		(488)	(488)	(488)	(488)
Outros resultados abrangentes		(852)	(2.076)	(852)	(2.076)
Prejuízos acumulados		(2.738)		(2.738)	
Total atribuível aos acionistas da Companhia		3.992	7.322	3.992	7.322
Participação de acionistas não controladores em controladas		(713)	(1.214)		
		3.279	6.108	3.992	7.322
Total do passivo e patrimônio líquido		91.741	88.049	78.111	73.254

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhões de reais, exceto o resultado por ação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas e serviços	28	70.569	96.519	48.647	68.091
Custo dos produtos vendidos	30	(67.548)	(85.161)	(49.247)	(63.274)
Lucro (prejuízo) bruto		3.021	11.358	(600)	4.817
Receitas (despesas)					
Com vendas e distribuição	30	(1.916)	(2.108)	(1.039)	(1.198)
Redução ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	30	(83)	(38)	(90)	(6)
Gerais e administrativas	30	(2.472)	(2.764)	(1.689)	(1.792)
Pesquisa e desenvolvimento	30	(383)	(374)	(196)	(204)
Resultado de participações societárias	11(b)	7	35	2.692	3.179
Outras receitas	30	1.769	507	1.599	306
Outras despesas	30	(2.735)	(2.344)	(2.683)	(2.259)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		(2.792)	4.272	(2.006)	2.843
Resultado financeiro	31				
Despesas financeiras		(5.589)	(5.066)	(5.316)	(4.514)
Receitas financeiras		1.678	1.374	1.300	1.065
Resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas		511	(533)	90	(625)
		(3.400)	(4.225)	(3.926)	(4.074)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.192)	47	(5.932)	(1.231)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	21.1(c)	1.302	(868)	1.353	895
Prejuízo do exercício		(4.890)	(821)	(4.579)	(336)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		(4.579)	(336)	(4.579)	(336)
Participação de acionistas não controladores em controladas		(311)	(485)		
Prejuízo do exercício		(4.890)	(821)	(4.579)	(336)
Resultado por ação - R\$	27				
Básico					
Ações ordinárias		(5,7458)	(0,4215)	(5,7458)	(0,4215)
Ações preferenciais classe "A"		(5,7458)	(0,4215)	(5,7458)	(0,4215)
Ações preferenciais classe "B"		(5,7458)	(0,4215)	(5,7458)	(0,4215)
Diluído					
Ações ordinárias		(5,7458)	(0,4215)	(5,7458)	(0,4215)
Ações preferenciais classe "A"		(5,7458)	(0,4215)	(5,7458)	(0,4215)
Ações preferenciais classe "B"		(5,7458)	(0,4215)	(5,7458)	(0,4215)

Braskem S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhões de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício		(4.890)	(821)	(4.579)	(336)
Outros resultados abrangentes:					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Valor justo de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos		150	293	150	293
		150	293	150	293
Hedge de exportação, líquido de impostos	19.6(a)	2.359	2.060	2.359	2.060
Hedge de vendas futuras da Braskem Idesa, líquido de impostos	19.6(b)	1.497	787	1.123	590
		3.856	2.847	3.482	2.650
Conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior		(2.464)	(1.806)	(2.373)	(1.902)
Total		1.542	1.334	1.259	1.041
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
(Perdas) ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquidos de impostos		(85)	10	(85)	10
Total		(85)	10	(85)	10
Total de outros resultados abrangentes do exercício		(3.433)	523	(3.405)	715
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		(3.405)	715		
Participação de acionista não controlador em controladas		(28)	(192)		
Total do resultado abrangente do exercício		(3.433)	523		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhões de Reais

Nota	Controladora e consolidado													
	Controladora											Consolidado		
	Reservas de capital e ações em tesouraria				Reserva de lucros				Atribuído à participação dos acionistas			Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação de acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Capital social	Plano de incentivo de longo prazo	Ações em tesouraria	Transações de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Ágio na aquisição de controlada sob controle comum	Outros resultados abrangentes	(prejuízos) acumulados			
Em 1º de janeiro de 2022	8.043	32	(38)	3	473	1.018	644	1.350	(488)	(3.170)		7.867	(1.662)	6.205
Resultado abrangente do exercício:														
Prejuízo do exercício											(336)	(336)	(485)	(821)
Hedge de exportação - variação cambial, líquido dos impostos										2.650		2.650	197	2.847
Valor justo de hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos										293		293		293
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido dos impostos										10		10		10
Conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior										(1.902)		(1.902)	96	(1.806)
										1.051	(336)	715	(192)	523
Ajustes de avaliação patrimonial:														
Realização da indexação adicional do imobilizado e do custo atribuído de controladora em conjunto, líquida dos impostos										(27)	27			
Plano de incentivo de longo prazo		7										7		7
Valor justo de operações financeiras com não controladores										70		70	610	610
Efeito cambial em economia hiperinflacionária, líquido dos impostos		7								43	27	77	610	70
														687
Contribuição de acionistas:														
Entrega de ações para pagamento ao programa de incentivo de longo prazo			10	3								13		13
Complemento incentivo fiscal SUDENE						109					(109)			
Adição por combinação de negócios													31	31
Pagamento de dividendos adicionais aprovados em assembleia								(1.350)				(1.350)		(1.350)
Absorção de prejuízo							(418)				418			
Dividendos adicionais propostos													(1)	(1)
			10	3		109	(418)	(1.350)			309	(1.337)	30	(1.307)
Em 31 de dezembro de 2022	8.043	39	(28)	6	473	1.127	226	(488)	(2.076)			7.322	(1.214)	6.108
Resultado abrangente do exercício:														
Prejuízo do exercício											(4.579)	(4.579)	(311)	(4.890)
Hedge de exportação - variação cambial, líquido dos impostos										3.482		3.482	374	3.856
Valor justo de hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos										150		150		150
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido dos impostos										(85)		(85)		(85)
Conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior										(2.373)		(2.373)	(91)	(2.464)
										1.174	(4.579)	(3.405)	(28)	(3.433)
Ajustes de avaliação patrimonial:														
Realização do custo atribuído na controladora, líquido de impostos										(15)	15			
Plano de incentivo de longo prazo, líquido dos impostos		(2)										(2)		(2)
Ajustes a valor justo de contas a receber de clientes, líquido dos impostos										5		5		5
Efeito cambial em economia hiperinflacionária, líquido dos impostos										60		60		60
		(2)								50	15	63		63
Contribuição a acionistas:														
Entrega de ações para pagamento ao programa de incentivo de longo prazo				28	(16)							12		12
Venda de participação em controlada													316	316
Aporte de capital de não controladores													168	168
Perdas de participações em controladas													(5)	(5)
Adição por aquisição de controlada													62	62
Dividendos propostos													(12)	(12)
Absorção de prejuízo					(473)	(1.127)	(226)				1.826			
				28	(16)	(473)	(1.127)	(226)			1.826	12	529	541
Em 31 de dezembro de 2023	8.043	37	(10)						(488)	(852)	(2.738)	3.992	(713)	3.279

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhões de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.192)	47	(5.932)	(1.231)
Ajustes para reconciliação do resultado					
Depreciação e amortização	30	5.206	4.733	3.524	3.161
Resultado de participações societárias	11(b)	(7)	(35)	(2.692)	(3.179)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		2.683	2.703	4.179	3.707
Provisões, líquidas		(195)	370	10	370
Provisão do evento geológico em Alagoas	24	2.307	1.520	2.307	1.520
Redução ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	30	83	38	90	6
Provisão para perdas e baixas de ativos de longa duração		196	131	100	136
		4.081	9.507	1.586	4.490
Variação do capital circulante operacional					
Aplicações financeiras		(2.279)	1.530	(2.547)	1.552
Contas a receber de clientes		72	3.661	(114)	2.386
Estoques		1.811	2.138	877	1.682
Tributos a recuperar		282	682	402	514
Demais contas a receber		(216)	311	(1)	281
Fornecedores		1.950	514	2.352	(1.964)
Tributos a recolher		(209)	(1.009)	2	(343)
Provisões diversas		(476)	(725)	(586)	(712)
Evento geológico em Alagoas	24	(2.686)	(2.743)	(2.686)	(2.743)
Demais contas a pagar		(186)	(389)	62	(233)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		2.144	13.477	(653)	4.910
Juros pagos		(3.550)	(2.905)	(1.071)	(515)
Imposto de renda e contribuição social		(866)	(1.621)	(210)	(1.630)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(2.272)	8.951	(1.934)	2.765
Recursos recebidos na venda de ativo imobilizado e intangível		72	2	37	2
Dividendos recebidos		11	6	3.442	2.242
Adições ao investimento em controladas		(78)	(107)	(1.232)	(28)
Adições ao imobilizado e intangível		(4.530)	(4.848)	(3.347)	(3.716)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(4.525)	(4.947)	(1.100)	(1.500)
Dívida de curto e longo prazos					
Captações		10.991	6.418	1.761	6.418
Pagamentos		(2.155)	(3.856)	(103)	(1.151)
Financiamentos Braskem Idesa					
Captações		1.233			
Pagamentos		(576)	(45)		
Partes relacionadas					
Captações				9.417	1.751
Pagamentos				(2.859)	(4.487)
Pagamento mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa			(34)		
Arrendamento mercantil	14(b)	(1.209)	(929)	(711)	(558)
Dividendos pagos		(7)	(1.350)		(1.349)
Recursos recebidos na venda de participação em controladas		316			
Recursos provenientes de aporte de capital de não controladores		280	21		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		8.873	225	7.505	624
Variação cambial do caixa de controladas no exterior		(355)	(444)		
Caixa e equivalentes de caixa gerado		1.721	3.785	4.471	1.889
Representado por					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.466	8.681	4.187	2.298
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.187	12.466	8.658	4.187
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.721	3.785	4.471	1.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Braskem S.A.

Demonstração dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhões de Reais

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	82.692	111.139	60.484	82.530
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	81.338	111.375	59.302	82.849
Outras (despesas) receitas, líquidas	1.437	(198)	1.272	(313)
Redução ao valor recuperável de contas a receber e outros	(83)	(38)	(90)	(6)
Insumos adquiridos de terceiros	(73.207)	(93.587)	(55.538)	(72.308)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(68.258)	(88.895)	(53.696)	(70.130)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.879)	(4.603)	(1.814)	(2.090)
Perdas de valores de ativos	(70)	(89)	(28)	(88)
Valor adicionado bruto	9.485	17.552	4.946	10.222
Depreciação e amortização	(5.206)	(4.733)	(3.524)	(3.161)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.279	12.819	1.422	7.061
Valor adicionado recebido em transferência	3.237	2.678	4.329	4.489
Resultado de participações societárias	7	35	2.692	3.179
Receitas financeiras	3.230	2.643	1.637	1.310
Valor adicionado total a distribuir	7.516	15.497	5.751	11.550
Pessoal	2.175	2.024	1.292	1.262
Remuneração direta	1.696	1.587	951	941
Benefícios	379	354	239	236
FGTS	100	83	102	85
Impostos, taxas e contribuições	3.290	7.205	3.185	4.950
Federais	(59)	2.765	(132)	580
Estaduais	3.297	4.351	3.297	4.351
Municipais	52	89	20	19
Remuneração de capitais de terceiros	6.941	7.089	5.853	5.674
Despesas financeiras	6.599	6.815	5.533	5.332
Aluguéis	342	274	320	342
Remuneração de capitais próprios	(4.890)	(821)	(4.579)	(336)
Prejuízo no exercício	(4.579)	(336)	(4.579)	(336)
Participação de acionista não controlador	(311)	(485)		
Valor adicionado total distribuído	7.516	15.497	5.751	11.550

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Sumário das Notas Explicativas

1 Contexto operacional	9
2 Base de preparação das demonstrações financeiras	10
3 Aplicação de julgamentos e estimativas	14
4 Gerenciamento de riscos	15
5 Caixa e equivalentes de caixa	20
6 Aplicações financeiras	21
7 Contas a receber de clientes	22
8 Estoques	24
9 Partes Relacionadas.....	25
10 Tributos a recuperar	32
11 Investimentos	33
12 Imobilizado	36
13 Intangível	39
14 Direito de uso de ativos e arrendamento mercantil	41
15 Fornecedores	47
16 Financiamentos e debêntures	48
17 Financiamentos Braskem Idesa.....	51
18 Reconciliação das atividades de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa	52
19 Instrumentos financeiros	53
20 Tributos a recolher	67
21 Imposto de renda (“IR”) e contribuição social sobre o lucro (“CSL”)	67
22 Provisões diversas	71
23 Provisões judiciais e contingências	74
24 Passivo evento geológico – Alagoas	80
25 Benefícios a integrantes	92
26 Patrimônio líquido.....	95
27 Resultado por ação	97
28 Receita líquida de vendas e serviços	98
29 Incentivos fiscais.....	100
30 Despesas por natureza e função	101
31 Resultado financeiro	102
32 Informações por segmentos.....	103
33 Obrigações contratuais	105
34 Eventos subsequentes.....	105

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Braskem S.A. (“Controladora” ou “Braskem”) é uma sociedade por ações de capital aberto sediada em Camaçari/BA que, em conjunto com suas controladas (“Companhia”), é controlada pela Novonor S.A. (“Novonor”), que detém, direta e indiretamente, 50,11% e 38,32% do seu capital votante e total, respectivamente. A controladora final da Braskem é a Kieppe Patrimonial S.A.

A ações da Braskem são negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob os códigos BRKM3, BRKM5 e BRKM6, na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* BAK e na Bolsa de Valores Latibex, em Madri, sob o *ticker* XBRK.

A Braskem tem como objeto social, entre outros, a fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos e combustíveis, a produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, vapor, água, ar comprimido e gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais e a produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e gás natural para seu consumo próprio e de outras empresas, além da participação em outras sociedades.

A Companhia dispõe de unidades industriais no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México. Essas unidades produzem resinas termoplásticas como polietileno (“PE”), polipropileno (“PP”), policloreto de vinila (“PVC”) e outros petroquímicos básicos.

Operações da controlada Braskem Idesa S. A. P. I. (“Braskem Idesa”)

Em 14 de junho de 2022, a Braskem Idesa firmou acordos com a Advario B.V. (“Advario”) para alienação de participação de 50% do capital social do Terminal Química Puerto México (“Terminal Química”), subsidiária da Braskem Idesa responsável pelo desenvolvimento e operação do terminal de importação de etano no México. Em março de 2023, as condições para conclusão do acordo foram cumpridas e a Advario realizou o pagamento de R\$ 316 para a Braskem Idesa referente à 50% de participação no capital do Terminal Química. A Braskem Idesa mantém controle do Terminal Química pela sua capacidade de direcionar as atividades relevantes da subsidiária, a exposição sobre os retornos variáveis e sua habilidade de influenciar o resultado econômico das operações.

Adicionalmente, após a venda da participação, a Advario e a Braskem Idesa, efetuaram aportes de R\$ 193, cada (R\$ 169 subscritos e R\$ 24 como adiantamento para futuro aumento de capital) .

Em fevereiro de 2023, o Terminal Química assinou um contrato com a ASIPONA (“Administraciones del Sistema Portuario Nacional”) para operação de uma doca que servirá como recepção na importação de etano no porto de Coatzacoalcos.

Em novembro de 2023, o Terminal Química concluiu o processo de obtenção de financiamento no montante de R\$ 1.975 (US\$ 408), dos quais foram captados até o momento R\$ 769 (US\$157), para a construção do terminal de importação de etano.

Acordo para constituição da controlada Braskem Siam Company Limited (“Braskem Siam”)

Em 16 de agosto de 2023, a Companhia assinou, por meio de suas subsidiárias Braskem Netherlands B.V. (“Braskem Holanda”) e Braskem Europe GmbH (“Braskem Alemanha”), um acordo com a Thai Polyethylene Company Limited (“TPE”), subsidiária integral da SCG Chemicals Public Company Limited, para a formação da Braskem Siam, entidade criada para conduzir o projeto de engenharia de uma planta de desidratação de bioetanol para produzir bioeteno utilizando a tecnologia *Ethanol-to-ethylene* EverGreen™. A Braskem detém 51% de participação na nova entidade e seu controle, pela sua capacidade de direcionar as atividades relevantes da subsidiária, a exposição sobre os retornos variáveis e sua habilidade de influenciar o resultado econômico das operações. O *Final Investment Decision*(FID) do projeto está previsto para o último trimestre de 2024, quando os Conselhos de Administração da Braskem e da SCG decidirão sobre a continuidade do negócio.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e, portanto, está sendo apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado nas políticas contábeis. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, tendo o Conselho de Administração, na reunião realizada em 18 de março de 2024, autorizado a sua divulgação.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e das seguintes entidades:

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sede	Participação no capital total e votante (%)	
		2023	2022
Controladas diretas			
BM Insurance Company Limited ("BM Insurance")	Bermudas	100	100
Braskem Argentina S.A. ("Braskem Argentina")	Argentina	100	100
Braskem Finance Limited ("Braskem Finance")	Ilhas Cayman	100	100
Braskem Mexico, S. de RL de C.V. ("Braskem México")	México	100	100
Braskem Netherlands B.V. ("Braskem Holanda")	Holanda	100	100
Braskem Petroquímica Chile Ltda. ("Braskem Chile")	Chile	100	100
Braskem Ventures Ltda. ("Braskem Ventures")	(i) Brasil	100	100
Cetrel S.A. ("Cetrel")	Brasil	63,7	63,7
Voqen Energia Ltda. ("Voqen")	Brasil	100	100
Wise Plásticos Ltda ("Wise")	(ii) Brasil	61,1	
<i>Entidades de Propósito Específico</i>			
Fundo de Investimento Caixa Júpiter Multimercado Crédito Privado	Brasil	100	100
Fundo de Investimento Santander Netuno Multimercado Crédito Privado	Brasil	100	100
Controladas indiretas			
B&TC B.V. ("B&TC")	Holanda	60	60
Braskem America Finance Company ("Braskem America Finance")	EUA	100	100
Braskem America, Inc. ("Braskem America")	EUA	100	100
Braskem Europe GmbH ("Braskem Alemanha")	Alemanha	100	100
Braskem Green S.A.	(iii) Brasil	100	100
Braskem Idesa	México	75	75
Braskem Idesa Servicios S.A. de C.V. ("Braskem Idesa Serviços")	México	75	75
Braskem India Private Limited ("Braskem Índia")	Índia	100	100
Braskem Mexico Proyectos S.A. de C.V. SOFOM ("Braskem México Sofom")	México	100	100
Braskem Mexico Servicios S. RL de C.V. ("Braskem México Serviços")	México	100	100
Braskem Netherlands Finance B.V. ("Braskem Holanda Finance")	Holanda	100	100
Braskem Netherlands Green B.V. ("Braskem Holanda Green")	Holanda	100	100
Braskem Netherlands Inc. B.V. ("Braskem Holanda Inc.")	Holanda	100	100
Braskem Siam	(iv) Tailândia	51	
Braskem Trading & Shipping B.V. ("BTS")	(v) Holanda	100	
Distribuidora de Água Camaçari S.A. ("DAC")	Brasil	63,7	63,7
ER Plastics B.V. ("ER Plastics")	Holanda	60	60
Terminal Química	(vi) México	37,5	75

(i) A Braskem Ventures representa a marca Oxygea, um hub constituído com o propósito de fomentar inovações por meio de diferentes parcerias com startups.

(ii) Em fevereiro de 2023, a Braskem adquiriu 61,1% de participação na Wise, empresa brasileira que atua no setor de reciclagem mecânica. A contraprestação desta aquisição foi de R\$ 173, o ágio gerado foi de R\$ 75.

(iii) Em dezembro de 2023, a Braskem transferiu 100% das ações para a Braskem Holanda (vide Nota 11a(i)).

(iv) Empresa criada em 2023 conforme descrito na nota 1.

(v) Empresa constituída em setembro de 2023, cujo objetivo é fornecer serviços de frete marítimo e transações comerciais de compra e venda de produtos químicos e petroquímicos.

(vi) Em março de 2023, a Braskem Idesa efetivou a venda de 50% de participação no capital do Terminal Química (Nota 1).

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que a Companhia obtém o controle até a data da perda do controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e concede à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(c) Conversão da moeda funcional para a moeda de apresentação

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio efetivas na data de encerramento do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real pela média da taxa mensal de câmbio. As diferenças de moedas estrangeiras (Nota 2.4) geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Em razão da economia da Argentina ser considerada hiperinflacionária, para a conversão das informações financeiras da Braskem Argentina, os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, as receitas e as despesas são convertidos para moeda de apresentação utilizando a taxa de câmbio do fechamento da data do balanço patrimonial.

(d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas e derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Controladora. Todos os saldos foram arredondados para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Abaixo estão apresentadas as controladas que possuem moeda funcional diferente do Real (R\$):

	<u>Moeda funcional</u>
Braskem Alemanha, B&TC e ER Plastics	Euro
BM Insurance, Braskem America, Braskem America Finance, Braskem Holanda, Braskem Holanda Finance, Braskem Holanda Inc., Braskem México Proyectos, Braskem Holanda Green, BTS, Braskem Siam e Terminal Química	Dólar norte-americano ("US\$")
Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México e Braskem México Serviços	Peso mexicano
Braskem Argentina	Peso argentino
Braskem Chile	Peso chileno
Braskem Índia	Rúpia

2.5 Novas normas ou alterações para o exercício corrente e futuros requerimentos

(a) Novas normas e pronunciamentos adotados no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia identificou uma série de alterações às IFRSs e CPCs que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023:

(a.1) Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12)

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.

O principal efeito para a Companhia foi relacionado aos impostos sobre arrendamentos. Anteriormente o imposto diferido sobre arrendamentos foi contabilizado aplicando a abordagem "integralmente vinculada", resultando em um efeito semelhante ao das alterações, com exceção ao ativo ou passivo fiscal diferido que foi reconhecido em uma base líquida.

Após as alterações, a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido separado em relação a seus passivos de arrendamento e um passivo fiscal diferido em relação a seus ativos de direito de uso. No entanto, não houve impacto no balanço patrimonial, pois os saldos se qualificam para compensação. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração. O principal impacto para a Companhia está relacionado à divulgação dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

(a.2) Reforma Tributária Internacional - regras modelo do Pilar dois (Emendas à IAS 12).

A Companhia se enquadra no âmbito das regras da Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois e opera nos Países Baixos e Alemanha, que já promulgaram a nova legislação para implementar o imposto mínimo complementar global. No entanto, uma vez que a legislação fiscal recentemente promulgada em ambos os países só entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, não há impacto fiscal para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Conforme alterações ao CPC 32 e IAS 12 vigentes em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aplicou a isenção temporária da contabilização de impostos diferidos para os impactos do imposto complementar e avaliou as novas divulgações requeridas sobre as exposições ao Pilar Dois.

A Companhia poderá se sujeitar ao imposto complementar em relação às suas operações nos Países Baixos, a partir de 1º de janeiro de 2024, a depender de resultados de cada tipo de negócio, há a possibilidade da alíquota efetiva nos Países Baixos sofrer variações menores ou até maiores que 15%.

(a.3) Outras alterações

Outras alterações às IFRS e CPCs que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023 mas não resultaram em impactos materiais nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo:

- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8).
- Definição de materialidade para a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC26(R1)/IAS1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Contratos de seguro (CPC50/IFRS17).

(b) Futuros requerimentos

As normas alteradas que foram emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1) – A partir de 1º de janeiro de 2024.
- Passivos não circulantes com cláusulas de Covenants (alterações ao CPC26/IAS1) – A partir de 1º de janeiro de 2024.
- Passivo de arrendamento em uma transação de *sale and leaseback* (Alterações ao CPC 06/IFRS16) – A partir de 1º de janeiro de 2024.
- Arranjos financeiros de fornecedores (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7) – A partir de 1º de janeiro de 2024.
- Ausência de permutabilidade de moeda (alterações ao CPC02/IAS21) – A partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, à medida que entrarem em vigor e forem exigidas. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3 Aplicação de julgamentos e estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

resultados reais podem divergir dessas estimativas em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições consideradas na mensuração.

Os julgamentos e as estimativas críticas são revisados de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os julgamentos e as estimativas críticas aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

a. Julgamentos

As informações sobre os julgamentos efetuados na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos significativos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- **Nota 19.2:** aplicação de *hedge accounting*: julgamento para definir o percentual das receitas recorrente previstas que são altamente prováveis de ocorrer;
- **Nota 14(c):** prazo do arrendamento: Se é provável que a Companhia irá exercer opções de prorrogação; e
- **Nota 15:** operações de *reverse factoring*: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre premissas e incertezas de estimativa que apresentam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas a seguir.

- **Nota 12 (b) e 13:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ágio: Determinação da taxa de desconto e dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados, ativos intangíveis e do ágio;
- **Nota 19.3:** Valor justo dos instrumentos financeiros: Determinação do valor justo de instrumentos financeiros;
- **Nota 21.2:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: expectativa de lucro tributável futuro para o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota 22(a):** Reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação de danos ambientais: identificar potenciais impactos ambientais, avaliar soluções técnicas e tempo de reparação envolvem estimativas quanto à probabilidade e magnitude da saída de recursos.
- **Nota 23:** reconhecimento e mensuração de provisões para processos tributários: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 24:** reconhecimento e mensuração de provisões para o evento geológico em Alagoas: Incertezas quanto ao resultado das ações de fechamento e monitoramento das cavidades de sal, estudos futuros de especialistas, alterações relacionadas à dinâmica do evento geológico e ações judiciais, que podem afetar a probabilidade e magnitude da vazão de recursos.

4 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de commodities, de taxas de câmbio e de juros, de crédito das suas contrapartes em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, e de liquidez para cumprir suas obrigações com passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com sua Política Financeira revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e dos programas de investimento.

4.1 Riscos de mercado

A Companhia elabora uma análise de sensibilidade para os riscos de taxas de câmbio e juros a que está exposta, apresentada na Nota 19.8.

Gerenciamento da reforma da taxa de juros de referência e riscos associados

Visão geral

A substituição das taxas interbancárias oferecidas (“IBORs”) por taxas de juros alternativas e quase livres de risco (RFRs ou “Risk-Free Rates”) foi concluída, com a descontinuidade das IBORs realizada no fim de junho de 2023.

A Companhia utilizava as IBORs como taxas de referência em vários de seus instrumentos financeiros e, por causa da descontinuidade, a Companhia tomou medidas para substituir essas taxas de referência. Embora a transição forçou modificações em contratos que usavam IBORs como taxas de referência, a Companhia não teve um impacto significativo em sua gestão de risco após sua conclusão.

Derivativos

Os instrumentos derivativos da Companhia negociados no mercado de balcão são regidos por contratos baseados em contratos máster de derivativos baseados no International Swaps and Derivatives Association (“ISDA”) Master Agreement, firmados com contrapartes no mercado bancário internacional.

Como parte da reforma das IBORs, a ISDA divulgou um protocolo que altera todos os contratos para a inclusão das RFRs como taxas substitutas (fallback), a serem empregadas no momento da descontinuidade das IBORs. Tal protocolo está em vigor desde 25 de janeiro de 2021. A Companhia já realizou a adesão.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia já tinha realizado a transição de seus empréstimos bancários com taxas de juros atreladas à LIBOR em US\$ (vide notas explicativas 16 e 17). A taxa de juros de referência para estes empréstimos foi alterada para taxas a termo baseadas na Security Overnight Financing Rate (“SOFR”).

(a) Exposição a riscos de preço de commodities

Os principais objetivos da gestão de Risco de **preço de commodities** são:

- Identificar potenciais origens deste Risco;
- Definir os controles de mitigação;
- Estabelecer limites e alçadas para execução das operações de derivativos de commodities; e
- Definir os controles das operações.

O Risco de preço de commodities é proveniente da dependência dos custos e receitas da Companhia sobre os preços de commodities definidos no mercado global. Em geral, as matérias-primas e produtos vendidos da indústria petroquímica possuem uma alta correlação entre si, ou seja, com um Hedge natural. Descasamentos inerentes ao negócio podem resultar em exposições líquidas pontuais, que devem ser avaliadas e tratadas, tais como: (i) quando defasagens temporais entre a precificação das matérias-primas e produtos finais da Companhia acabam quebrando a correlação entre preços, aumentando a volatilidade da margem petroquímica; (ii) contratos de venda pontuais a

preços fixos sem que haja a trava no preço das matérias-primas; e (iii) quando diferentes referências de preços petroquímicos têm diversos níveis de volatilidade e correlações entre si.

A Companhia faz gestão ativa do período de precificação e dos indexadores, carregando exposição àqueles que julga serem os mais adequados, respeitando as seguintes condições: (i) sempre observando as condições de mercado vigentes associadas ao perfil de seus indexadores e da dinâmica operacional da Companhia; (ii) em caso de transações para troca de referências internacionais, que seja para indexadores associados ao mercado petroquímico; e (iii) não aumentar o Risco associado à sua margem por fixar apenas o preço de uma das pontas de sua cadeia produtiva (matérias-primas ou produtos finais).

Para gerir o Risco associado ao preço de commodities, a Companhia poderá (i) adotar medidas negociais com fornecedores ou clientes ou (ii) contrata operações de derivativos, que devem sempre respeitar os volumes físicos associados às exposições identificadas, não gerando alavancagem financeira.

(b) Exposição a riscos cambiais

Considerando a dinâmica do mercado internacional de petroquímicos, onde na maioria das vezes os preços são atrelados às referências internacionais denominadas em US\$, as vendas da Companhia no Brasil e Mexico são fortemente correlacionadas ao US\$.

Assim sendo, com o intuito de mitigar parcialmente o risco cambial de longo prazo, desde setembro de 2016, a Companhia passou a contratar derivativos financeiros para compor um Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo, por meio de contratos de opções de compra e de venda de US\$, protegendo fluxos de caixa previstos para um horizonte de até 18 meses, detalhada na Nota 19.5.

Além deste programa, para balancear a composição entre ativos e passivos em US\$, conforme estabelecido na sua Política Financeira, a Companhia deverá sempre manter ao menos 70% da dívida líquida expressa em US\$. Caso seja conveniente, a Companhia pode manter um percentual superior a 70%, desde que condicionado a uma análise de sensibilidade sobre os principais indicadores financeiros e a comprovação da não existência de risco significativo na deterioração destes indicadores.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira com taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da SOFR. A dívida em Real está sujeita, principalmente, à variação do certificado de depósito interbancário (“CDI”).

4.2 Exposição a riscos de crédito e outros índices

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* (“CDS”) referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2023, 27% dos valores mantidos em “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 5) e “Aplicações financeiras” (Nota 6) estavam alocados em instituições financeiras que detinham acordos de compensação com a

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia. As obrigações abrangidas por esses acordos estão incluídas na rubrica “Financiamentos” (Nota 16). A compensação efetiva desses valores somente é possível em caso de default de uma das partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise para a concessão do crédito e a obtenção de garantias quando julgadas necessárias incluindo seguro de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o somatório dos respectivos valores contábeis, deduzido de quaisquer perdas ao valor recuperável.

4.3 Risco de liquidez

A Companhia possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa mínimo “visão mês” (horizonte de 30 dias) e de um caixa mínimo “visão ano” (horizonte de até 12 meses) que têm o objetivo de, respectivamente: (i) monitorar liquidez para o cumprimento das obrigações do próximo mês; e (ii) monitorar que a Companhia mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise.

Os montantes para determinação do caixa mínimo “visão ano” são calculados principalmente com base na previsão da geração de caixa operacional, subtraída dos vencimentos de dívidas de curto prazo e necessidades de capital de giro. Por sua vez, os montantes para determinação do caixa mínimo “visão mês” consideram a projeção de desembolso de caixa operacional, serviço das dívidas e aportes em projetos, assim como o desembolso previsto para derivativos com vencimento no período, dentre outros itens. Conforme sua Política Financeira, a Companhia utiliza como caixa mínimo o maior valor entre estas duas referências.

A Companhia, em linha com seu compromisso de manutenção da liquidez financeira, renovou em dezembro de 2021 a linha de crédito rotativo internacional no valor de R\$ 5,2 bilhões (US\$ 1 bilhão), com vencimento em 2026. Essa linha de crédito pode ser utilizada sem restrição em função da qualidade de crédito da Companhia ou em caso de deterioração no cenário macroeconômico. Em 31 de dezembro de 2023, essa linha de crédito não estava sendo utilizada.

Os passivos financeiros da Braskem por vencimento, incluindo os valores devidos nos termos do Acordo de Leniência (Nota 22), estão demonstrados na tabela abaixo. Esses valores são calculados a partir dos fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				Total
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Fornecedores	13.522				13.522
Financiamentos e debêntures	2.138	3.000	11.197	64.359	80.694
Financiamentos Braskem Idesa	950	71	979	15.403	17.402
Derivativos	60	27	105	29	222
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa				3.288	3.288
Acordo de leniência	847	206			1.053
Arrendamento mercantil	1.347	932	1.817	1.282	5.377
Em 31 de dezembro de 2023	18.864	4.236	14.098	84.361	121.558
Juros descontados para valor presente	(1.000)	(2.773)	(1.956)	(41.484)	(47.213)
Valor contábil	17.864	1.463	12.141	42.877	74.345

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida gestão de capital, a fim de garantir a continuidade e o desenvolvimento do negócio e manter a confiança de investidores, de credores e do mercado em geral. A estrutura de capital, na visão dos gestores da Companhia, está no equilíbrio entre o capital próprio e dívida líquida. Esta composição atende à política da Companhia em oferecer um retorno condizente aos acionistas e às outras partes interessadas. Essa estrutura também propicia custos com o capital de terceiros para maximizar a remuneração dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a estrutura de capital da Companhia está representada da seguinte maneira (Ex-Idesa):

Estrutura de capital	2023		2022	
Capital Próprio	3.992	5,9%	7.322	11,3%
Capital de Terceiros	64.048	94,1%	57.445	88,7%
Total	68.040	100%	64.767	100%

Devido ao impacto do US\$ nas operações da Companhia, a Administração entende que o capital próprio, usado para fins da gestão de capital, deve ser mensurado em US\$ e em termos históricos. Adicionalmente, a Companhia pode manter temporariamente outra estrutura de capital, por exemplo, em períodos de crescimento, quando a Companhia pode financiar grande parcela dos seus projetos com capital de terceiros, desde que essa opção maximize o retorno para os acionistas quando os projetos financiados iniciarem as suas operações. A fim de adequar ou manter a estrutura de capital, a Administração também pode considerar a venda de ativos não estratégicos, a emissão de novas ações ou mesmo a readequação do pagamento de dividendos.

Da mesma forma que a liquidez, a gestão do capital é feita ao nível do Consolidado, à exceção da liquidez e do capital da controlada Braskem Idesa e demais controladas com participação de acionistas não controladores, que têm gestão independente concentrada no âmbito das entidades.

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
no Brasil	1.555	517	1.553	515
no exterior	(i) 3.784	5.557		
Equivalentes de caixa				
no Brasil	7.186	3.685	7.105	3.672
no exterior	(i) 1.662	2.707		
Total	14.187	12.466	8.658	4.187

(i) Em 31 de dezembro de 2023, inclui o montante de R\$ 1.284 de caixa e R\$ 278 de equivalentes de caixa (2022: R\$ 932 de caixa e R\$ 1.252 de equivalentes de caixa) da Braskem Idesa e suas controladas, que não pode ser usado por outras controladas da Companhia.

Os equivalentes de caixa no Brasil consistem em instrumentos de renda fixa e depósitos a prazo, como por exemplo: certificados de depósitos bancários (CDBs), títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, letras financeiras, debêntures e cotas de fundos de investimentos de renda fixa. Tais ativos podem ser detidos diretamente pela Companhia ou através de seus fundos exclusivos, FIM Júpiter e FIM Netuno. A rentabilidade média dos equivalentes de caixa está apresentada em conjunto com as aplicações financeiras (vide nota 6).

Os equivalentes de caixa no exterior consistem em depósitos a prazo (*Time Deposits*) e contas correntes remuneradas (*Interest Bearing Accounts*).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Aplicações financeiras

		Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Valor justo através do resultado					
LFT's e LF's	(i)	4.680	1.789	4.638	1.766
Aplicações em fundos restritos	(ii)	164	305	147	288
Outras		130	218	27	75
Total		4.974	2.312	4.812	2.129
Ativo circulante		4.956	2.295	4.812	2.129
Ativo não circulante	(iii)	18	17		
Total		4.974	2.312	4.812	2.129

(i) Referem-se a Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") emitidas pelo governo federal brasileiro e a Letras Financeiras ("LF's") emitidas por instituições financeiras, que tem como objetivo negociação imediata ou para venda futura.

(ii) Inclui os seguintes montantes: R\$ 115 (2022: R\$ 175) de fundos restritos para uso no Programa de Realocação dos Moradores de Alagoas (Nota 24.1(i)); e R\$ 49 (2022: R\$ 130) referente a saldo vinculado ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures, vide Nota 15(e).

(iii) No balanço patrimonial, o saldo do não circulante está apresentado na rubrica outros ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras e os equivalentes de caixa (Nota 5) em Reais tiveram rentabilidade média de 101,37% do CDI a.a. (2022: 102,59%) e as aplicações financeiras e os equivalentes de caixa em moeda estrangeira (Nota 5) tiveram rentabilidade média de 5,30% a.a. (2022: 1,18% a.a.).

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo.

A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes através da alienação de títulos para fundos e instituições financeiras destinadas à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas sem direito de regresso e com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pela qual as contas a receber são baixadas no ato da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes dos títulos cedidos e desreconhecidos com vencimentos posteriores a 31 de dezembro de 2023, correspondem a R\$ 2,5 bilhões na Controladora e R\$ 4,1 bilhões no Consolidado (2022: R\$ 2,9 bilhões na Controladora e R\$ 3,5 bilhões no Consolidado).

Os montantes das despesas com juros relacionados às cessões dos títulos mencionados acima, correspondem a R\$ 45 na Controladora e R\$ 56 no Consolidado (2022: R\$ 66 na Controladora e R\$ 73 no Consolidado), registrados na rubrica “Despesas financeiras”.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Cientes:					
No Brasil					
Terceiros		1.273	1.533	1.151	1.418
Partes relacionadas	9	14	14	32	36
		<u>1.287</u>	<u>1.547</u>	<u>1.183</u>	<u>1.454</u>
No exterior					
Terceiros		1.808	1.797	421	278
Partes relacionadas	9			1.526	1.322
		<u>1.808</u>	<u>1.797</u>	<u>1.947</u>	<u>1.600</u>
Perdas de créditos esperadas	(i)	(185)	(112)	(159)	(76)
Total		<u>2.910</u>	<u>3.232</u>	<u>2.971</u>	<u>2.978</u>

(i) A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) para contas a receber de clientes por meio de critérios e premissas apresentadas abaixo, através da aplicação de uma matriz de mensuração de PCE, utilizando-se de informações que refletem condições atuais e futuras, à medida que tais dados estão disponíveis.

Critério	Premissa
Títulos vencidos até 180 dias e a vencer, ponderando o risco da operação de cada cliente	Percentuais definidos pela inadimplência dos títulos com base na média histórica de atrasos dos últimos 2 anos para os mesmos períodos de vencimento e faixa de risco.
Títulos em processo de renegociação	O percentual de provisionamento para renegociações considera o estudo de performance do histórico de renegociações, ajustado a cada caso específico.
Título vencidos acima de 180 dias, títulos em cobrança judicial e títulos de clientes classificados como risco muito alto	Para estes casos a Companhia entende que houve deterioração significativa no risco de crédito e a perda é estimada como sendo o valor total dos ativos.

Na gestão do risco de crédito, são obtidas garantias das contrapartes e tais garantias referem-se, principalmente, a fianças e carta de crédito com bancos de primeira linha (apenas banco com classificação de risco mínima igual a BBB- pela Fitch Rating ou Baa3 pela Moody’s Invertor ou BB- pela Standard & Poor’s), seguro de crédito e hipoteca de

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos. Não houve alterações significativas nas garantias obtidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O direito de garantias recebido é utilizado na mensuração do risco de crédito de cada contraparte, utilizado na mensuração da PCE.

Os detalhes da política para definição do risco de crédito por cliente são divulgados na nota explicativa 19.7(a).

A tabela abaixo demonstra a PCE, por vencimento:

	Consolidado			Controladora		
	Contas a receber	PCE	Total	Contas a receber	PCE	Total
Títulos a vencer	2.355	(128)	2.227	2.790	(115)	2.675
Títulos vencidos:						
Até 90 dias	609	(4)	605	284	(2)	282
De 91 a 180 dias	85	(7)	78	20	(6)	14
A partir de 180 dias	46	(46)		36	(36)	
Total	3.095	(185)	2.910	3.130	(159)	2.971

A movimentação das perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	(112)	(132)	(76)	(114)
Adições	(195)	(87)	(174)	(12)
Reversões	112	71	84	30
Baixa de títulos considerados incobráveis	14	36	7	20
Adição por aquisição da Cetrel	(4)			
Saldo no final do exercício	(185)	(112)	(159)	(76)

Baixa de títulos considerados incobráveis

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	7.164	8.558	4.833	5.686
Produtos semi-acabados	505	663	505	663
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	2.480	2.748	2.056	2.180
Materiais de manutenção	934	870	487	438
Adiantamentos a fornecedores	157	124	90	103
Importações em andamento	1.292	1.067	1.292	1.067
Total	12.532	14.030	9.263	10.137

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados, além das matérias-primas e outros materiais de consumo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Adicionalmente, o valor realizável líquido reduziu em R\$ 192 (2022: aumentou em R\$ 430). Esse impacto foi reconhecido como uma receita em 2023.

9 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a preços e condições previamente acordadas de acordo com a política vigente de partes relacionadas da Companhia. As transações com partes relacionadas referem-se principalmente, mas não se limitam a:

Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de químicos, petroquímicos, energia, resinas, serviços de arrendamento e outros produtos/serviços; (ii) dividendos e juros sobre capital próprio a receber; (iii) empréstimos e mútuos a receber e (iv) aplicações mantidas em fundo exclusivo.

Valores passivos: (i) compra de matéria-prima, produtos acabados, bens de consumo, serviços de transporte, armazenagem, manutenção de equipamentos, e outros serviços; (ii) empréstimos e mútuos a pagar e (iii) arrendamentos e (iv) dividendos a pagar.

Valores no resultado: (i) venda de químicos, petroquímicos, serviços de arrendamento e outros produtos/serviços; (ii) compra de matéria prima, produtos acabados e serviços; (iii) encargos com empréstimos e variação cambial e (iv) receita financeira de aplicações em fundo exclusivo.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2023				Em 31 de dezembro de 2022			
	Novonor e suas controladas e coligadas	Petrobras e suas controladas	Outras (i)	Total	Novonor e suas controladas e coligadas	Petrobras e suas controladas	Outras (i)	Total
Balanco patrimonial								
Ativo								
Circulante								
Contas a receber de clientes		8	6	14		12	2	14
Estoques (adiantamento a fornecedores)		56		56		61		61
Dividendos e juros sobre capital próprio			3	3			4	4
Outros ativos - créditos com empresas ligadas					11			11
Não circulante								
Outros ativos		26	30	56		6		6
Total do ativo		90	39	129	11	79	6	96
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	33	1.057	13	1.103	126	138	14	278
Outras obrigações		255		255		233		233
Não circulante								
Fornecedores					3			3
Mútuo de acionista não controlador da Braskem Idesa			2.490	2.490			2.498	2.498
Total do passivo	33	1.312	2.503	3.848	129	371	2.512	3.012
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023								
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022								
Transações								
Vendas de produtos		123	337	460		182	438	620
Compras de matérias-primas, produtos acabados, serviços e utilidades	(254)	(16.185)	(155)	(16.595)	(334)	(22.900)	(25)	(23.259)
Receitas financeiras			434	434			190	190
Despesas financeiras			(141)	(141)	(1)	(34)	(149)	(184)
Despesas gerais e administrativas			(64)	(64)			(45)	(45)
Outras receitas (despesas)	(11)	27	1	17		51		51

(i) Borealis, Grupo Idesa, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., Ventos de Santa Amélia Energia Renováveis S.A., Ventos de Santo Abelardo Energia Renováveis S.A., Ventos de Santo Artur Energia Renováveis S.A. e Vexty and Bioglycols LLC.

(ii) Contratos firmados e/ou renovados com empresas ligadas

Conforme previsto no estatuto social da Braskem, o Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre qualquer contrato com partes relacionadas, em valores superiores a R\$ 20 por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 60 por exercício social. Essa previsão abrange contratos entre a Companhia com: (i) controladas diretas ou indiretas da Braskem nas quais haja a participação no capital social do seu acionista controlador ou das controladas diretas e indiretas deste, ou, ainda, de pessoal-chave da Administração vinculadas a tais entidades; (ii) coligadas da Braskem e controladas de tais entidades; e (iii) entidades sob controle compartilhado da Braskem, bem como as controladas destas entidades.

As partes relacionadas que possuem transações relevantes com a Companhia são os seguintes:

Novonor e controladas diretas e indiretas:

- Tenenge Montagem e Manutenção Ltda. (“Tenenge”)

Em fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de prestação de serviços de montagem eletromecânica para a expansão da capacidade da Unidade de Eteno-Álcool em Triunfo, Rio Grande do Sul com a Tenenge, com vigência do contrato de 9 de fevereiro de 2022 até 31 de julho de 2023. O valor do contrato foi de R\$ 205.

Petrobras e controladas em conjunto indiretas:

- Petrobras Transporte S.A. (“Transpetro”)

Em janeiro de 2021, a Companhia celebrou contrato com a Transpetro envolvendo a prestação de serviços à Braskem, nomeadamente descarga de navios-tanque no Terminal Aquaviário de Madre de Deus (“TEMADRE”), armazenamento de tanques, transporte de produtos através do gasoduto “ORMADRE” que liga TEMADRE para a REFMAT, e o transporte da nafta via dutoviário da TEMADRE até as instalações da transportadora localizada no município de Camaçari/BA. A duração do contrato é de 1º de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025, e o valor total estimado do contrato é de R\$ 203.

- Petrocoque S.A. Indústria e Comércio (“Petrocoque”)

Em março de 2021, a Companhia celebrou aditivo para prorrogação do contrato com a Petrocoque, para compra de vapor para utilização como energia nas usinas de Polietileno. Este aditivo, somado ao valor total do contrato original, celebrado em setembro de 2009, totaliza R\$ 433 e é válido até março de 2024.

- Refinaria Alberto Pasqualini (“REFAP”)

Em outubro de 2021, a Companhia assinou contrato de compra com a Petrobras de 108 mil toneladas/ano de propeno polimérico da REFAP, com entrega nas unidades industriais de polipropileno da Braskem, PP1 e PP2, em Triunfo, Rio Grande do Sul. Este acordo esteve em vigor de 1º de novembro de 2021 a 31 de outubro de 2022. O valor do contrato foi de R\$ 460.

- Refinaria Capuava (“RECAP”)

Em dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra com a Petrobras de 140 mil toneladas/ano de propeno polimérico da RECAP, com entrega para a unidade industrial PP4 (“PP4”) da Braskem em Mauá, São Paulo. O acordo vigora de 1º de janeiro de 2022 a 17 de maio de 2026. O valor máximo do contrato está estimado em R\$ 3,3 bilhões para compra de propeno.

- Refinaria Duque de Caxias (“REDUC”)

Em dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra com a Petrobras de 100 mil toneladas anuais de propeno grau polímero da REDUC, com entrega para a unidade industrial PP5 da Braskem (“PP5”) no Rio de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Janeiro. O acordo vigora de 1º de janeiro de 2022 a 17 de maio de 2026. O valor máximo do contrato está estimado em R\$ 2,4 bilhões para compra de propeno.

- Refinaria Henrique Lage (“REVAP”)

Em dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra com a Petrobras de 120 mil toneladas por ano e 40 mil toneladas por ano de propeno grau polímero da REVAP, com entrega às unidades industriais PP3 e PP4 da Braskem, respectivamente. Este acordo vigora de 1º de janeiro de 2022 a 3 de maio de 2028 para as primeiras 120 mil toneladas/ano e de 4 de maio de 2028 a 30 de junho de 2029 para as demais 40 mil toneladas/ano. O valor máximo do contrato está estimado em R\$ 4,7 bilhões.

- Refinaria Planalto de Paulínia (“REPLAN”)

Em dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato de compra com a Petrobras de 220 mil toneladas anuais de propeno grau polímero da REPLAN, com entrega para a unidade industrial PP3 (“PP3”) da Braskem em Paulínia, São Paulo. O acordo vigora de 1º de janeiro de 2022 a 3 de maio de 2028. O valor máximo do contrato está estimado em R\$ 8,1 bilhões para compra de propeno.

- Refinaria Presidente Getúlio Vargas (“REPAR”)

Em dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato de compra com a Petrobras de 150 mil toneladas anuais de propeno grau polímero da REPAR, com entrega às unidades industriais PP3 e PP4 da Braskem. O acordo vigora de 1º de janeiro de 2022 a 6 de dezembro de 2029. O valor máximo do contrato está estimado em R\$ 6,8 bilhões.

- Companhia de Gás da Bahia (“Bahigás”)

Em dezembro de 2021, a Companhia celebrou aditivo ao contrato que rege o fornecimento de gás natural da Bahigás à Braskem, via gasoduto local, com vigência até dezembro de 2022. O valor do contrato foi de R\$ 924.

- Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”)

Em março de 2022, a Companhia celebrou contrato com a Sulgás para aquisição de gás natural, por meio de gasoduto local de distribuição de gás, com prazo até junho de 2023. O valor do contrato foi de R\$ 246.

- Gás de Alagoas S.A. (“Algás”)

Em março de 2022, a Companhia celebrou aditivo com a Algás para fornecimento de gás natural às unidades da Braskem localizadas no estado de Alagoas, por meio de gasoduto local de distribuição de gás, com prazo até dezembro de 2024. O valor estimado do contrato é de R\$ 1,5 bilhão.

Desde julho de 2022, a Petrobras não possui mais participação societária na Bahigás, Sulgás e Algás e, a partir disso, deixaram de ser parte relacionada da Braskem

Acionistas não controladores da Braskem Idesa:

- Grupo Idesa, S.A. de C.V.

- Etileno XXI, S.A. de C.V.

Empréstimo a pagar aos acionistas não controladores da Braskem Idesa, com vencimento em dezembro de 2029 e juros contratuais de 7% a.a. Esses recursos foram utilizados pela Braskem Idesa para financiar a construção de seus ativos operacionais.

(iii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Presidente e os Vice-Presidentes, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

Transações no resultado	Consolidado	
	2023	2022
Remuneração		
Benefícios de curto prazo	63	83
Benefício pós-emprego	1	2
Plano de incentivo de longo prazo ("ILP")	10	17
Total	74	102

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração inclui salários, incentivo de curto e longo prazo, benefícios não monetários e contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego (vide nota explicativa 25).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Controladora e controladas no Brasil				
ICMS	604	410	604	410
ICMS - créditos sobre imobilizado	391	303	368	303
PIS e Cofins (i)	353	560	353	552
PIS e Cofins - créditos sobre imobilizado	461	546	456	546
Outros	81	243	75	234
Controladas no exterior				
Imposto sobre o valor agregado ("TVA")	832	580		
Outros	109	132		
Total	2.831	2.774	1.856	2.045
Ativo circulante	1.461	1.156	783	863
Ativo não circulante	1.370	1.618	1.073	1.182
Total	2.831	2.774	1.856	2.045

- (i) Em agosto de 2023, por meio do Decreto nº 11.668/2023, o Governo Federal regulamentou as condicionantes necessárias para a fruição do REIQ (Regime Especial da Indústria Química), aplicável desde 1º de janeiro de 2023, conforme previsão na Lei nº 14.374/2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, atendendo a todos os itens do regulamento, reconheceu no resultado o valor de R\$ 297, referente à apuração dos créditos fiscais.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

Vide política contábil na nota explicativa 2.3.

(a) Informações sobre os investimentos

	Nota	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido	
		2023	2022	2023	2022
Controladas diretas					
BM Insurance		(1)	5	9	11
Braskem Argentina		(34)	(67)	16	59
Braskem Chile		5	11	56	57
Braskem Energy			1		
Braskem Finance		(14)	(120)		(903)
Braskem Holanda		2.677	3.238	21.189	22.062
Braskem Inc.			(17)		
Braskem México		(14)	4	377	365
Braskem Ventures	2.3(ii)	(27)	(4)	81	18
Cetrel		77	65	383	339
Voqen		21		49	
Wise	2.3(i)			131	
Controladas indiretas					
B&TC	2.3(iv)			55	58
Braskem Alemanha		263	1.361	4.688	5.758
Braskem America		243	1.547	4.406	5.336
Braskem America Finance		(15)	(14)	(240)	(243)
Braskem Holanda Finance		(77)	(62)	347	560
Braskem Holanda Inc		(62)	(30)	428	147
Braskem Green	(i)			868	
Braskem Idesa		(1.168)	(1.619)	(5.511)	(5.459)
Braskem Idesa Serviços		3	3	49	43
Braskem Índia				2	2
Braskem México Sofom		604	(285)	2.411	1.760
DAC		64	55	129	90
ER Plastics		(2)	(7)	(21)	(8)
Terminal Química		(82)		895	500
Controladas em conjunto					
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	(ii)	21	76	127	110
Bioglycols LLC	(iii)	(16)	(4)	77	81
Coligada					
Borealis Brasil S.A.	(iv)	70	54	288	252

3 A Braskem efetuou aumento de capital de R\$ 868 na Braskem Green através da transferência de ativos. Posteriormente, a Braskem transferiu 100% da titularidade das ações na Braskem Green para a Braskem Holanda, aumentando o capital da Braskem Holanda no mesmo valor.

4 As principais atividades da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A são o refino, o processamento, a comercialização e importação de petróleo, seus derivados e correlatos. O percentual de participação da Braskem no capital social da RPR em 31 de dezembro de 2023 é de 33,20% (2022: o mesmo percentual).

5 Entidade constituída em março de 2022. Suas principais atividades são a produção e comercialização de bio-MEG (monoetilenoglicol) e bio-MPG (monopropileno glicol).

6 As atividades preponderantes da Borealis são a produção e comercialização de produtos petroquímicos, derivados e correlatos. O percentual de participação da Braskem no capital social da Borealis em 31 de dezembro de 2023 é de 20% (2022: o mesmo percentual).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para perda em controladas: Controladora

Investimentos	Saldo em 2022	Aumento de capital	Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial		Outros	Transferência de provisão para perdas em controladas	Ajuste de avaliação patrimonial (i)	Ajuste de conversão de moeda	Saldo em 2023
				Efeito de resultado	Eliminação de lucro nos estoques					
Controladas diretas										
BM Insurance	11			(1)					(1)	9
Braskem Argentina	69			(34)	(38)		13	59	(69)	
Braskem Chile	63			4	(5)				(6)	56
Braskem Finance		969	(52)	(14)			(903)			
Braskem Holanda	21.908	879	(3.422)	2.697	30	(10)		1.132	(2.323)	20.891
Braskem México	364			(14)				(70)	26	306
Braskem Ventures	18	90		(27)						81
Cetrel	216		(21)	49						244
Voqen	28			21						49
Wise		173								173
Controlada em conjunto										
RPR	37		(2)	7				1		43
Coligada										
Borealis	47		(7)	17						57
Total	22.761	2.111	(3.504)	2.705	(13)	(10)	(890)	1.122	(2.373)	21.909
Provisão para perda em controladas										
Controladas diretas										
Braskem Finance	(903)						903			
Braskem Argentina							(13)			(13)
Total	(903)						890			(13)

(a) Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se principalmente ao efeito do *Hedge accounting* reconhecido no patrimônio líquido da Braskem Holanda.

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Impactos na consolidação da Braskem Idesa

A Companhia apresenta as informações financeiras resumidas da controlada Braskem Idesa e suas subsidiárias, as quais possui participação de acionista não controlador com efeitos materiais produzidos nas Demonstrações Financeiras:

	Braskem Idesa (i)	
	2023	2022
Balanco patrimonial		
Ativo circulante	3.525	3.685
Ativo não circulante	16.477	16.108
Total do ativo	20.002	19.793
Passivo circulante	2.138	2.427
Passivo não circulante	22.276	22.070
Total do passivo	24.414	24.497
Patrimônio líquido	(4.412)	(4.704)
Total do passivo e patrimônio líquido	20.002	19.793
Demonstração do resultado do exercício	2023	2022
Receita líquida de vendas e serviços	4.455	5.953
Prejuízo do exercício	(1.361)	(1.527)
Demonstração dos fluxos de caixa		
Caixa (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(863)	1.349
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(791)	(695)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	927	(220)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	105	(23)
(Redução) aumento de caixa no período	(622)	411

(i) Braskem Idesa com suas controladas Braskem Idesa Serviços e Terminal Química.

12 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

As máquinas, equipamentos e instalações requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares de dois a seis anos para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou ainda, somente equipamentos relevantes, tais como caldeiras industriais, turbinas e tanques. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada.

A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis, sendo calculada, pelo método linear, com base na vida útil estimada pelos técnicos da Companhia na gestão das plantas. As vidas úteis dos ativos são revisadas a cada data do balanço.

Os principais fatores considerados na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o nível de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

As vidas úteis estimadas aplicadas determinaram as seguintes taxas médias (%) de depreciação ao ano:

	Consolidado	
	2023	2022
Edifícios e benfeitorias	3,09	3,03
Máquinas, equipamentos e instalações	7,87	7,32
Móveis e utensílios	10,08	10,06
Equipamentos de informática	21,62	21,03
Equipamentos de laboratórios	9,51	9,59
Equipamentos de segurança	9,80	10,5
Veículos	18,81	19,51
Outros	16,36	18,09

Os custos de empréstimos são capitalizados quando são associados à projetos em andamento, utilizando (i) a taxa média dos financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença positiva entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i).

Em 2023, os custos de empréstimos capitalizados somaram R\$ 298 (2022: R\$ 203). A taxa média de encargos praticada no exercício foi de 8,07% a.a. (2022: 8,51% a.a.).

Em 31 de dezembro de 2023, aquisição de ativo imobilizado com pagamento a prazo é de R\$ 280 (2022: R\$ 525) no Consolidado e R\$ 272 (2022: R\$ 419) na Controladora.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição do imobilizado

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos e paradas em andamento (i)	Outros	Total
Saldo contábil	688	5.181	26.292	4.449	613	37.223
Custo	688	8.591	57.535	4.449	2.214	73.477
Depreciação acumulada		(3.410)	(31.243)		(1.601)	(36.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	688	5.181	26.292	4.449	613	37.223
Aquisições		2	297	4.644	8	4.951
Ativos decorrentes da aquisição da ER Plastics		21	56			77
Encargos financeiros capitalizados				203		203
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(20)	(122)	(656)	(39)	(8)	(845)
Transferência por conclusão de projetos		87	2.688	(2.915)	140	
Baixas			(112)	(34)	(3)	(149)
Depreciação		(203)	(3.347)		(147)	(3.697)
Saldo contábil	668	4.966	25.218	6.308	603	37.763
Custo	668	8.528	58.708	6.308	2.317	76.529
Depreciação acumulada		(3.562)	(33.490)		(1.714)	(38.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	668	4.966	25.218	6.308	603	37.763
Aquisições		14	312	3.780	8	4.114
Ativos decorrentes da aquisição da Wise		9	34	1	3	47
Encargos financeiros capitalizados				298		298
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(7)	255	189	23	(5)	455
Transferência por conclusão de projetos	2	188	3.100	(3.713)	424	
Baixas	(60)	(3)	(180)	(147)	(6)	(397)
Depreciação		(219)	(3.469)		(187)	(3.875)
Saldo contábil	603	5.210	25.204	6.550	840	38.405
Custo	603	9.120	61.307	6.550	2.741	81.046
Depreciação acumulada		(3.910)	(36.103)		(1.901)	(42.641)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	603	5.210	25.204	6.550	840	38.405

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, os principais valores contidos nesta rubrica correspondem aos gastos com paradas programadas para manutenção das plantas no montante de R\$ 2.633 (2022: R\$ 2.343), aos encargos financeiros capitalizados no montante de R\$ 345 (2022: R\$ 365), aos estoques de itens sobressalentes no montante de R\$ 631 (2022: R\$ 567), aos projetos estratégicos em andamento no Brasil no montante de R\$ 395 (2022: R\$ 714) e na Braskem América no montante de R\$ 117 (2022: R\$ 126). O saldo restante de R\$ 2.429 (2022: R\$2.193) corresponde, principalmente, a projetos voltados à manutenção da capacidade produtiva das plantas.

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos e paradas em andamento (i)	Outros	Total
Saldo contábil	344	683	10.767	3.424	329	15.547
Custo	344	1.976	34.886	3.424	1.461	42.091
Depreciação acumulada		(1.293)	(24.119)		(1.132)	(26.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	344	683	10.767	3.424	329	15.547
Aquisições			228	3.522	1	3.751
Encargos financeiros capitalizados				176		176
Transferência por conclusão de projetos		26	2.501	(2.701)	174	
Baixas			(112)	(19)		(131)
Depreciação		(68)	(2.305)		(102)	(2.475)
Saldo contábil	344	641	11.079	4.402	402	16.868
Custo	344	2.002	36.689	4.402	1.627	45.064
Depreciação acumulada		(1.361)	(25.610)		(1.225)	(28.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	344	641	11.079	4.402	402	16.868
Aquisições			226	2.618	2	2.846
Encargos financeiros capitalizados				271		271
Transferência por conclusão de projetos		32	2.645	(2.992)	315	
Baixas (i)			(900)	(35)	(40)	(975)
Depreciação		(59)	(2.380)		(141)	(2.580)
Saldo contábil	344	614	10.670	4.264	538	16.430
Custo	344	2.034	38.660	4.264	1.904	47.206
Depreciação acumulada		(1.420)	(27.990)		(1.366)	(30.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	344	614	10.670	4.264	538	16.430

- (i) Vide nota explicativa 11a(i).

(a) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Pelo menos anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores de que o saldo contábil dos ativos imobilizados poderá não ser recuperável. A análise verifica se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e a consequente recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial ou tecnológica. A Companhia considera como pontos relevantes e que são observados nessa análise:

- (i) possibilidade de excesso de oferta dos produtos produzidos pela Companhia ou de redução significativa da demanda em razão de fatores econômicos adversos;
- (ii) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos;
- (iii) possibilidade do surgimento de novas tecnologias ou de matérias-primas que possam reduzir significativamente o custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise, à obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; e
- (iv) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos.

O valor recuperável de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Ao identificar se as entradas de caixa provenientes de um ativo (ou grupo de ativos) são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos (ou grupos de ativos), a entidade considera vários fatores, tais como: linhas de produto, localidades individuais e a maneira como a Administração toma decisões sobre a continuidade das operações da entidade.

Não houve indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

	Consolidado				
	Ágios				
	fundamentados em rentabilidade futura	Marcas e patentes	Software e direitos de uso	Contratos com clientes e fornecedores	Total
Saldo contábil	2.059	314	369	136	2.878
Custo	2.059	549	1.124	393	4.125
Amortização acumulada		(235)	(755)	(257)	(1.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.059	314	369	136	2.878
Aquisições		1	159	1	161
Ativos decorrentes da aquisição da ER Plastics	28	21		67	116
Ajustes de conversão de moeda estrangeira		(5)	(5)		(10)
Baixas			(10)		(10)
Amortização		(11)	(80)	(22)	(113)
Saldo contábil	2.087	320	433	182	3.022
Custo	2.087	566	1.268	461	4.382
Amortização acumulada		(246)	(835)	(279)	(1.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.087	320	433	182	3.022
Aquisições			115		115
Ativos decorrentes da aquisição da Wise	75				75
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	11	15	4	(22)	8
Amortização		(12)	(83)	(17)	(111)
Saldo contábil	2.173	323	468	143	3.108
Custo	2.173	581	1.386	439	4.579
Amortização acumulada		(258)	(918)	(296)	(1.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.173	323	468	143	3.108

	Controladora				
	Ágios				
	fundamentados em rentabilidade futura	Marcas e patentes	Software e direitos de uso	Contratos com clientes e fornecedores	Total
Saldo contábil	2.059	68	264	136	2.527
Custo	2.059	251	815	393	3.518
Amortização acumulada		(183)	(551)	(257)	(991)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.059	68	264	136	2.527
Aquisições			127		127
Baixas			(10)		(10)
Amortização		(5)	(55)	(23)	(83)
Saldo contábil	2.059	63	326	113	(1.419)
Custo	2.059	251	931	391	3.632
Amortização acumulada		(188)	(605)	(278)	(1.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.059	63	326	113	2.561
Aquisições			89		89
Amortização		(5)	(52)	(17)	(74)
Saldo contábil	2.059	58	363	96	2.576
Custo	2.059	251	1.020	391	3.721
Amortização acumulada		(193)	(657)	(295)	(1.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.059	58	363	96	2.576

(a) Ágios fundamentados em rentabilidade futura (“ágios”)

Ágios por expectativa de rentabilidade futura são mensurados como sendo o excedente entre a contraprestação

Notas explicativas da Administração**às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

transferida e a transferir para obter controle e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida.

Os valores dos ágios foram alocados em unidades geradoras de caixa que se beneficiam das sinergias da combinação de negócios, as UGCs foram determinadas pela administração com base no gerenciamento e integração dos negócios, representando o menor grupo de ativos para os quais entradas de caixa independentes são geradas.

O saldo de ágio da Companhia foi alocado nas seguintes unidades geradoras de caixa:

Unidade geradora de caixa	Ágio
Polo petroquímico Nordeste	668
Polo petroquímico Sul	1.391
ER Plastics	39
Wise plásticos	75
Total	2.173

Ágios são avaliados para fins de *impairment* anualmente ou quando eventos e circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil de uma UGC excede o seu valor recuperável.

A Companhia avalia o valor recuperável de suas UGCs com base no valor em uso, o qual é fundamentado nas projeções de geração de caixa, aprovadas pela alta administração, extraída do Plano de Negócios (vide nota 21) de 5 anos da Companhia e do plano da Administração para período superior a 5 anos para refletir padrões de ciclo do setor dos produtos, totalizando 10 anos de projeção. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base no crescimento histórico da inflação. Os fluxos de caixa, incluindo a perpetuidade, são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC").

Abaixo demonstramos, para todos os saldos materiais de ágio alocados, os resultados obtidos no teste de recuperabilidade realizado pela Companhia no período atual, não houve necessidade do reconhecimento de perda por *impairment*, uma vez que o valor recuperável é superior ao valor contábil:

	Valor contábil (i)	Valor recuperável
Pólo petroquímico Nordeste	5.373	12.552
Pólo petroquímico Sul	6.526	30.815

(i) Inclui o ágio e outros componentes diretamente atribuídos à UGC

As premissas-chave sobre as quais a administração baseou as projeções dos seus fluxos de caixa foram:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissa-chave	Polo petroquímico Nordeste	Polo petroquímico Sul
Volume de vendas (% média de crescimento anual)	1,62%	1,80%
Investimento em manutenção (% crescimento)	6,15%	8,35%
Taxa de câmbio média em unidade de USD	5,19	5,19
Taxas médias de inflação %	3,34%	3,34%
Crescimento na perpetuidade em %	3,10%	3,10%
Taxa de desconto WACC pre-tax	14,62%	15,47%
Taxa de desconto WACC post-tax	11,77%	11,77%

As premissas-chave acima detalhadas são baseadas no desempenho passado e em avaliações obtidas com consultoria externa, revisada e complementada com base na experiência da Administração. Os valores finais levam em consideração reuniões em comitês internos específicos e o conhecimento de especialistas da Companhia na elaboração das referências para cada mercado, além de fontes externas de mercado.

A administração avaliou que possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chaves não fazem com que o valor contábil exceda o valor recuperável de suas UGCs.

(b) Intangíveis com vida útil definida

Estes ativos intangíveis são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou pelo valor justo quando adquiridos em uma combinação de negócios, deduzido da amortização acumulada e, se aplicável, da perda acumulada por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, revisada a cada data de balanço, sendo as seguintes, para fins da Companhia.

- Marcas e patentes	10-20 anos
- Softwares e direitos de uso	01-10 anos
- Contratos com clientes e fornecedores	14-28 anos

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Não houve indicadores de que o valor contábil destes ativos exceda o valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

14 Direito de uso de ativos e arrendamento mercantil

A Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação. A Companhia arrenda vagões de trem, máquinas e equipamentos, navios, edificações, veículos e equipamentos e bens de informática. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contém termos e condições específicos.

Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo executável do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão.

(i) Direito de uso de ativos

Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia.

O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de desmontagem.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

Movimentação dos direitos de uso:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	Saldo em 12/31/2021	Adição	Amortização	Baixas	Ajuste de conversão de moeda	Saldo em 31/12/2022
Vagões	986	73	(173)	(5)	(54)	827
Máquinas e equipamentos	793	1.147	(330)	(6)	(1)	1.603
Navios	697	811	(386)		(2)	1.120
Edificações e Construções	265	102	(75)			292
Veículos	29	103	(26)			106
Equipamentos e bens de informática	9		(4)			5
Total	2.779	2.236	(994)	(11)	(57)	3.953

						Consolidado
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Baixas (i)	Ajuste de conversão de moeda	Saldo em 31/12/2023
Vagões	827	237	(173)	(32)	(38)	821
Máquinas e equipamentos	1.603	553	(564)			1.592
Navios	1.120	276	(452)	(5)	(28)	911
Edificações e Construções	292	149	(95)		(40)	306
Veículos	106	143	(54)	(9)		186
Equipamentos e bens de informática	5	3	(4)			4
Total	3.953	1.361	(1.342)	(46)	(106)	3.820

						Controladora
	Saldo em 12/31/2021	Adição	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	781	1.069	(288)			1.562
Navios	498	152	(221)			429
Edificações e Construções	85	99	(59)			125
Veículos	27	101	(24)			104
Equipamentos e bens de informática	8		(3)			5
Total	1.399	1.421	(595)			2.225

						Controladora
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	1.562	317	(407)			1.472
Navios	429	140	(207)			362
Edificações e Construções	125	104	(74)			155
Veículos	104	138	(52)	(9)		181
Equipamentos e bens de informática	5	3	(3)			5
Total	2.225	702	(743)	(9)		2.175

- (i) R\$ 29 do valor de baixas de vagões é referente ao desreconhecimento do direito de uso devido aos contratos de subarrendamentos (nota 14(e)) celebrados no exercício.

A Companhia optou em não reconhecer o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento para os seguintes contratos ou parcelas de arrendamentos:

- (i) Contratos de arrendamentos de ativos de baixo valor;
- (ii) Contratos de arrendamentos de curto prazo; e
- (iii) Parcelas de pagamentos variáveis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o prazo do contrato, a Companhia deve prover valores residuais garantidos com relação ao ativo arrendado. Para alguns contratos de arrendamento de vagões, a

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia garantiu qualquer diferença entre o fluxo de pagamento contratual e valor justo destes ativos ao final do prazo executável, limitado a R\$ 61 para 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 66).

(ii) Passivos de arrendamento mercantil

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando qualquer incentivo recebido;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Montantes esperados a pagar ao arrendador referente ao valor residual garantido;
- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário irá exercer tal opção; e
- Pagamentos de multas pela finalização do arrendamento se os termos contratuais refletem a opção de exercício do arrendatário.

Alguns arrendamentos contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

A taxa de empréstimo incremental equivale à taxa praticada pela Companhia ao tomar um empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A média ponderada da taxa incremental aplicada em 2023 foi de 7,90% a.a. na Controladora e 7,32% a.a. no Consolidado (2022: 9,68% a.a. na Controladora e 5,80% a.a. no Consolidado). O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

Movimentação dos passivos de arrendamento mercantil:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.241	3.156	2.452	1.678
Captações	1.283	2.232	703	1.428
Adição por combinação de negócios		4		
Baixas	(70)	(13)	(9)	(7)
Juros, variações monetárias e cambiais, Líquidas	45	84	87	51
Ajuste de conversão de moeda	(78)	(72)		
Pagamentos - principal	(1.209)	(929)	(711)	(558)
Pagamentos - juros	(279)	(221)	(193)	(140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.933	4.241	2.329	2.452
Passivo circulante	978	1.040	538	507
Passivo não circulante	2.955	3.201	1.791	1.945
Total	3.933	4.241	2.329	2.452

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os valores dos compromissos mínimos anuais relacionadas aos contratos de arrendamentos, não descontados e por vencimento.

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
2023		1.109		666
2024	1.347	856	701	493
2025	932	630	500	347
2026	807	554	415	295
2027	633	437	302	247
2028+	1.659	1.398	1.064	1.006
	5.378	4.983	2.982	3.055
Juros a valor presente	(1.445)	(742)	(653)	(603)
Saldo contábil	3.933	4.241	2.329	2.452

(iii) Transações que não afetaram o caixa

O efeito líquido de adições e baixas de arrendamento mercantil que não afetaram o caixa em 2023 foram: Consolidado de R\$ 871 (2022: R\$ 1.910) e Controladora de R\$ 507 (2022: R\$ 1.250).

(iv) Arrendamentos não iniciados

A Companhia possui arrendamento não iniciado até 31 de dezembro de 2023, porém já com o comprometimento contratual. O valor presente dos compromissos corresponde a R\$ 1.628, sendo os principais contratos relacionados a: (i) a construção de seis navios para transporte de matéria-prima e produto acabado; e (ii) laboratório de pesquisa e desenvolvimento localizado em Boston nos Estados Unidos. A expectativa de entrega destes ativos é de 2024 a 2027, a depender do prazo de cada ativo.

Os fluxos de caixa relacionados aos contratos estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	Descontado	Não descontado
	2023	2023
2024	15	17
2025	97	111
2026	114	139
2027	167	218
2028+	1.236	2.399
Total	1.629	2.884

(v) Subarrendamentos

O subarrendamento de ativos é uma transação pela qual o arrendatário, neste caso a Companhia, subarrenda a terceiros o ativo objeto de um contrato de arrendamento, se tornando assim um arrendador intermediário. O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, exige que um arrendador intermediário classifique o subarrendamento como financeiro ou operacional. Considerando que os contratos celebrados pela Companhia até 31 de dezembro de 2023 abrangem a maior parte do prazo do arrendamento principal, os subarrendamentos foram contabilizados da seguinte forma:

- 25 Desreconhecimento do ativo de direito de uso relacionado ao arrendamento principal e reconhecimento dos direitos oriundos dos contratos de subarrendamento a valor presente;
- 26 Reconhecimento de qualquer diferença entre o direito de uso baixado e os direitos oriundos do contrato de subarrendamento a valor presente no resultado do exercício;
- 27 Manutenção no balanço patrimonial das obrigações de arrendamento do contrato principal;
- 28 Reconhecimento de receitas financeiras durante a vigência do subarrendamento;
- 29 Reconhecimento de despesas financeiras relacionadas as obrigações do contrato de arrendamento principal.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
No Brasil					
Terceiros		1.454	1.748	1.445	1.723
Terceiros (risco sacado)	(i)	671	683	671	682
<i>Total de Terceiros</i>		<u>2.125</u>	<u>2.431</u>	<u>2.116</u>	<u>2.405</u>
Partes relacionadas		256	197	289	218
Partes relacionadas (risco sacado)	(i)	847	81	847	82
<i>Total de Partes relacionadas</i>	9	<u>1.103</u>	<u>278</u>	<u>1.136</u>	<u>300</u>
No exterior	(ii)				
Terceiros		9.993	9.541	362	296
Partes relacionadas	9			9.617	8.489
		<u>13.221</u>	<u>12.250</u>	<u>13.231</u>	<u>11.490</u>
Passivo circulante		13.221	12.247	13.231	11.487
Passivo não circulante	(iii)		3		3
Total		<u>13.221</u>	<u>12.250</u>	<u>13.231</u>	<u>11.490</u>

(i) A Companhia possui convênios de pagamentos com instituições financeiras e contratos de risco sacado que possibilitam que determinados fornecedores optem pela cessão de seus créditos a receber da Companhia mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis, sem interferência da Companhia. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições originais de valor e prazo de pagamento.

(ii) Considera R\$ 7,3 bilhões (2022: R\$ 5,8 bilhões) de compras de matérias-primas com vencimento em até 360 dias, para as quais a Companhia provê cartas de crédito emitidas por instituições financeiras, onde os fornecedores são os beneficiários.

(iii) No balanço patrimonial, o saldo do não circulante está apresentado na rubrica outras obrigações.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Financiamentos e debêntures

(a) Posição dos financiamentos

	Taxas de juros média (% a.a.)	Vencimento	Consolidado	
			2023	2022
Moeda estrangeira				
Bonds	Nota 16 (b)		31.980	26.124
Dívidas indexadas à SOFR	(i) 1,55	jan/2024 a fev/2031	5.604	5.313
Outros	6,41	abr/2024 a mai/2029	58	82
Custos de transação			(478)	(454)
			37.164	31.065
Moeda nacional				
Debêntures	Nota 16 (c)		3.910	3.926
Dívidas indexadas ao IPCA	6,01	jan/2024 a jan/2031	341	390
Dívidas indexadas ao CDI	1,48	mar/2024 a jul/2027	830	348
Outros	7,04	jan/2024 a dez/2035	19	19
Custos de transação			(28)	(32)
			5.072	4.651
Moeda estrangeira e moeda nacional				
Passivo circulante			2.029	1.382
Passivo não circulante			40.207	34.334
Total			42.236	35.716

(i) Inclui: (a) R\$ 2.257 de financiamentos contratados pela Braskem Holanda Finance e pela Braskem Holanda com seguros da SACE e NEXI, agências de crédito de exportação italiana e japonesa, respectivamente, com garantia da Braskem; (b) R\$ 586 de financiamento contratado pela Braskem America com seguro da Euler Hermes, agência de crédito de exportação alemã e (c) R\$ 133 de financiamento contratado pela Braskem com prazo de 7 anos e garantia de ativos da planta.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante dos financiamentos com vencimentos a longo prazo tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	2023	2022
2024		2.202
2025	579	628
2026	1.743	581
2027	2.208	2.357
2028	6.769	7.282
2029	2.850	2.888
2030	7.527	8.109
2031	4.328	220
2032	105	113
2033	4.837	
2034 em diante	9.261	9.954
Total	40.207	34.334

(b) Bonds

Data de emissão	Vencimento	Juros (% a.a.)	Consolidado	
			2023	2022
jul-2011 e jul-2012	jul-2041	7,13	2.825	3.045
fev-2014 e mai-2014	(i) fev-2024	6,45		1.589
out-2017	jan-2028	4,50	5.798	6.249
nov-2019	jan-2030	4,50	7.364	7.936
nov-2019	jan-2050	5,88	3.720	4.009
jul-2020	(ii) jan-2081	8,50	3.077	3.296
fev-2023	fev-2033	7,25	4.976	
set-2023	jan-2031	8,50	4.220	
Total			31.980	26.124

(i) Liquidação antecipada efetuada em fevereiro de 2023.

(ii) Este título conta com opções de amortização ao par, pela Companhia, por períodos de 90 dias anteriores a cada redefinição de juros, sendo que a primeira redefinição de juros ocorrerá em janeiro de 2026 e as demais a cada 5 anos subsequentes.

A Braskem figura como garantidora, de maneira incondicional e irrevogável, da totalidade dos *bonds*. Com exceção do *bond* emitido em 2020, as garantias compreendem obrigações sênior sem garantia real (*senior unsecured obligations*) e farão jus aos mesmos direitos de pagamento que qualquer outra dívida sênior sem garantia real atual ou futura da Braskem. Para o *bond* emitido em 2020, em caso de inadimplência a garantia compreende obrigação subordinada à todas as dívidas seniores atuais ou futuras da Braskem.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Debêntures

Data de emissão	Emissor	Série	Vencimento	Encargos (% a.a)	Consolidado	
					2023	2022
mar-2013	(i) DAC	Única	mar-2025	IPCA + 6,00	64	110
set-2013	(i) Cetrel	Única	set-2025	126,5% do CDI	22	35
jan-2022	(ii) Braskem	1ª	dez-2028	IPCA + 5,54	644	616
jan-2022	(ii) Braskem	2ª	dez-2031	IPCA + 5,57	154	147
mai-2022	(iii) Braskem	1ª	mai-2029	CDI + 1,75	769	771
mai-2022	(iii) Braskem	2ª	mai-2032	CDI + 2,00	248	249
ago-2022	(iii) Braskem	Única	ago-2029	CDI + 1,75	787	787
nov-2022	(iii) Braskem	1ª	nov-2029	CDI + 1,70	1.124	1.114
nov-2022	(iii) Braskem	2ª	nov-2032	CDI + 1,95	98	97
					3.910	3.926

(i) Debêntures garantidas por depósitos compulsórios, conforme Nota 5.

(ii) Debêntures privadas emitidas pela Braskem, utilizadas como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. estão sujeitas à encargos através do Índice Nacional de Preços ao Consumido Amplo ("IPCA")

(iii) Debêntures de espécie quirografária.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Financiamentos Braskem Idesa

Identificação	Nota	Vencimento	Moeda e taxas de juros anuais contratadas (% a.a.)	Consolidado	
				2023	2022
Bonds					
Bond I		nov-2029	Var cambial US\$ + 7,45	(a) 4.383	4.690
Bond II	(i)	fev-2032	Var cambial US\$ + 6,99	(a) 5.936	6.353
				10.319	11.043
Outros					
		(ii) out-2026	Var cambial US\$ + Term SOFR trimestral + 4,25	(b) 625	735
1		out-2028	Var cambial US\$ + Term SOFR trimestral + 3,00	(c) 766	
				1.391	735
Custos de transação				(460)	(408)
Total				11.250	11.370
Passivo circulante				739	868
Passivo não circulante				10.511	10.502
Total				11.250	11.370

(a) A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos *bonds*.

(b) A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado e outros direitos (como ações e recebíveis).

(c) A Terminal Química concedeu como garantia bens do ativo imobilizado e a Braskem figura como garantidora, de maneira incondicional e irrevogável, da totalidade deste financiamento.

(i) Operação de *Sustainability-linked bonds*. Os títulos têm prazo de dez anos e taxa de 6,99% a.a., podendo ser acrescida em até 0,37% a.a. em caso de descumprimento da meta.

(ii) Em 29 de junho de 2023, a Braskem Idesa obteve extensão de *waiver* do cálculo de índice de alavancagem (*covenant*) até 31 de março de 2024. Neste sentido, apesar da Braskem Idesa não estar em default nem ter sido solicitada a aceleração desta dívida pelos credores, como o *waiver* não cobre período de ao menos 12 meses, o montante principal do financiamento de R\$ 502 foi classificado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 650).

A Braskem Idesa tem feito pontualmente a liquidação de suas obrigações de serviço de dívida conforme estabelecido no contrato de financiamento e mantém uma posição de caixa e equivalentes de R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 2.184).

O montante dos financiamentos com vencimentos a longo prazo tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	2023	2022
2028	466	
2029	4.290	4.338
2032	5.755	6.164
Total	10.511	10.502

18 Reconciliação das atividades de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa

					Consolidado
	Financiamentos e debêntures	Financiamentos Braskem Idesa	Mútuo acionista não controlador na Braskem Idesa	Arrendamento mercantil	Dividendos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.716	11.370	2.498	4.241	11
Captações	10.991	1.233			
Pagamentos	(2.155)	(576)		(1.209)	(7)
Caixa aplicado em financiamentos	8.836	657		(1.209)	(7)
Outras movimentações					
Pagamentos de juros	(2.450)	(821)		(279)	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	2.359	(739)	(171)	45	
Novos contratos				1.283	
Baixas				(70)	
Adição por aquisição de empresa	28		5		
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(2.253)	783	158	(78)	
Dividendos adicionais aprovados em assembleia					6
	(2.316)	(777)	(8)	901	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.236	11.250	2.490	3.933	10
Circulante	2.029	739		978	10
Não circulante	40.207	10.511	2.490	2.955	
Total	42.236	11.250	2.490	3.933	10

					Controladora
	Financiamentos e debêntures	Contas a pagar com partes relacionadas	Arrendamento mercantil	Dividendos	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.308	30.322	2.452		10
Captações	1.761	9.417			
Pagamentos	(103)	(2.859)	(711)		
Caixa aplicado em financiamentos	1.658	6.558	(711)		
Outras movimentações					
Pagamentos de juros	(878)		(193)		
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	591	189	87		
Valor justo de operações financeiras com controladas		69			
Novos contratos			703		
Baixas			(9)		
	(287)	258	588		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.679	37.138	2.329		10
Circulante	1.434	1.252	538		10
Não Circulante	8.245	35.886	1.791		
Total	9.679	37.138	2.329		10

19 Instrumentos financeiros

19.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Para os ativos e passivos financeiros mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(a) Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ainda, pode ser mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 19.5).

Os **ativos financeiros classificados como mensurado ao VJR** são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado, exceto quando o ativo financeiro for designado como instrumento de *hedge* (vide nota explicativa 19.2).

Os **ativos financeiros classificados como mensurado ao custo amortizado** são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Os **ativos financeiros classificados como mensurado ao VJORA** são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e, quando

aplicável, perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (“ORA”). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando for um derivativo.

Passivos financeiros classificados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de *hedge* (vide nota explicativa 19.2). Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) Desreconhecimento de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- (ii) a Companhia não mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Ainda, um passivo financeiro é desreconhecido quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

19.2 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, taxa de juros e operações com *commodities*.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados ao valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em ORA. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado em ORA permanece até que seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados em outros resultados abrangentes são imediatamente reclassificados para o resultado.

19.3 Valor justo

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

A Companhia mensura os instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores de mercadorias e futuros, divulgações do Banco Central do Brasil ("BACEN"), e de agências de informações financeiras internacionais, como a *Bloomberg* e a *Reuters*. Deve-se ressaltar que a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil vem causando mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros em períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros.

Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em bolsa de valores não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) Ativos financeiros classificados como VJR ou VJORA são valorizados de acordo com a hierarquia do valor justo (Nível 1 e Nível 2), com *inputs* usados nos processos de mensuração obtidos de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado.
- (ii) O valor justo dos financiamentos e dos mútuos de acionista não controlador são estimados mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia em instrumentos financeiros similares.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) O valor justo dos *Bonds* se baseia em preços negociados no mercado secundário.

(iv) O valor justo das debêntures se baseia em preços negociados no mercado secundário e através do método de fluxo de caixa descontado.

Os demais ativos e passivos têm seus valores justos iguais aos respectivos valores contábeis.

(b) Hierarquia de valor justo

Nível 1: valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2: valor justo obtido por modelos financeiros usando informações diretamente observáveis no mercado, tais como fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra/venda a termo ou um contrato de swap, ou como *Black-Scholes* quando o instrumento possui características de opção.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza os modelos de *Credit Valuation Adjustment* (“CVA”) ou *Debt Valuation Adjustment* (“DVA”), aplicados fluxo a fluxo sobre o valor justo de cada um dos instrumentos. A Companhia adota os *ratings* das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio *rating* para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de *rating*, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.

19.4 Instrumentos financeiros não derivativos e outros passivos: Consolidado

	Nota	Classificação Por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
				2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5						
Caixa e bancos		Custo amortizado		5.339	6.074	5.339	6.074
Aplicações financeiras no Brasil		Valor justo através do resultado	Nível 2	8.848	6.392	8.848	6.392
				14.187	12.466	14.187	12.466
Aplicações financeiras	6						
LFTs e LFs		Valor justo através do resultado	Nível 2	4.680	1.789	4.680	1.789
Outras		Valor justo através do resultado	Nível 2	294	523	294	523
				4.974	2.312	4.974	2.312
Contas a receber de clientes	7	Custo amortizado		2.910	3.199	2.910	3.199
Contas a receber de clientes	7	Valor justo através de outros	Nível 2		33		33
Fornecedores	15	Custo amortizado		13.221	12.250	13.221	12.250
Financiamentos	16	Custo amortizado					
Moeda estrangeira - Bonds			Nível 1	31.980	26.124	26.004	23.166
Moeda estrangeira - demais			Nível 2	5.662	5.395	5.434	5.329
Moeda nacional			Nível 2	1.190	757	1.542	1.259
Debêntures			Nível 2	3.910	3.926	3.314	3.868
				42.743	36.202	36.294	33.622
Financiamentos Braskem Idesa	17	Custo amortizado					
Bond			Nível 1	10.319	11.043	6.153	8.302
Outros			Nível 2	1.391	735	1.243	797
				11.710	11.778	7.396	9.099
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa	9(a)	Custo amortizado		2.490	2.498	2.555	2.290
Acordo de leniência	22(a)	Custo amortizado		1.016	903	1.016	903

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.5 Instrumentos financeiros derivativos

Identificação	Características das operações		(Ativo)/ Passivo líquido	Variação do	Liquidação financeira	(Ativo)/ Passivo líquido
	Exposição do principal	Proteção	2022	valor justo	(Pagto)/Recbto	2023
Operações não designadas para hedge accounting						
Braskem Holanda - Swap Nafta/Gasolina	Gasolina	Nafta	(16)	67	(54)	(3)
Contratos de energia	Contratos de energia			(6)		(6)
Terminal Química - Swap Dólar	SOFR variavel	SOFR fixo		62		62
			<u>(16)</u>	<u>123</u>	<u>(54)</u>	<u>53</u>
Operações designadas para hedge accounting						
Braskem S.A. - Opções de compra e venda de dólar	Real	Dólar	(65)	11	17	(37)
Braskem S.A. - Swaps CDI Dólar	Real	Dólar e taxas fixas	152	(91)	(97)	(36)
Braskem S.A. - Swap CRA	Real	Dólar e taxas fixas	(24)	(122)	18	(128)
			<u>63</u>	<u>(202)</u>	<u>(62)</u>	<u>(201)</u>
Derivativos						
Ativo						
			158			137
			72			210
			<u>230</u>			<u>347</u>
Passivo						
			195			58
			82			141
			<u>277</u>			<u>199</u>
Saldo (Passivo (-) ativo)			<u>47</u>			<u>(148)</u>

As contrapartes desses contratos são monitoradas constantemente com base na análise dos seus respectivos ratings e CDS. A Companhia possui diversos mitigadores bilaterais de riscos em seus contratos, como por exemplo a possibilidade de depositar ou solicitar depósitos de margem de garantia das contrapartes que achar conveniente.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2023 foram celebrados tanto em bolsas de valores internacionalmente reconhecidas e regulamentadas como em mercado de balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos, no Brasil ou no exterior.

A Política Financeira da Companhia prevê uma gestão ativa e contínua de proteção de variações de moedas e taxas proveniente de suas operações e de itens financeiros, podendo contratar derivativos financeiros (*swaps*, *NDFs (Non-deliverable forwards)*, opções etc.). Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos para cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de *hedge* durante a análise de operações prospectivas e procura realizá-lo sob medida, além de mantê-lo pelo prazo da operação que estiver sendo coberta.

Em geral, a Companhia opta por designar instrumentos financeiros derivativos em uma relação de *hedge accounting* quando for esperado que a aplicação proporcione uma melhora relevante na demonstração do efeito compensatório sobre as variações dos itens objeto de *hedge*.

Operações designadas para *hedge accounting*

(a.i) Opção de compra e venda de US\$

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem valor nocional total comprado em *puts* de US\$1,49 bilhão (R\$ 6,72 bilhões), ao preço de exercício médio de 4,51R\$/US\$ e valor nocional total vendido em *calls* de US\$0,99 bilhão (R\$ 6,72 bilhões), ao preço de exercício médio de 6,78 R\$/US\$. As operações contratadas têm prazo máximo de vencimento de 18 meses.

Como objeto de *hedge*, foram designadas vendas futuras em Reais dolarizadas, com os meses de reconhecimento sempre coincidentes aos das opções. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge* e são contabilizados separadamente como custo de *hedging*, reconhecido em outros resultados abrangentes (“ORA”).

(a.ii) Swaps CDI dólar \$

Em 2018, a Companhia contratou operações de derivativos cambiais (“*swaps*”) com montante de R\$ 1,27 bilhão com vencimentos anuais entre janeiro de 2019 e janeiro de 2025, substituindo a variação dos vencimentos ao CDI pela variação do dólar americano. Estas operações foram designadas para *hedge accounting* de fluxo de caixa, onde os instrumentos de *hedge* são os derivativos cambiais e os objetos de *hedge* são as receitas futuras no mercado interno altamente prováveis sujeitas à suscetibilidade do câmbio R\$/US\$.

Desta maneira, a marcação a mercado da parte efetiva do *hedge* será contabilizada no patrimônio líquido no ORA e será reconhecida no resultado financeiro no momento de realização de cada um dos objetos.

(a.iii) Swaps US\$ - CRA

Em 2022, a Companhia contratou *swaps* com vencimentos semestrais para os próximos 10 anos a partir de março de 2022, substituindo a variação do IPCA pela variação do dólar americano. Estas operações foram designadas para *hedge accounting* de fluxo de caixa, onde os instrumentos de *hedge* são os derivativos cambiais e os objetos de *hedge* são as receitas futuras altamente prováveis sujeitas à suscetibilidade do câmbio R\$/US\$.

Desta maneira, a marcação a mercado da parte efetiva do *hedge* será contabilizada no patrimônio líquido no ORA e será reconhecida no resultado financeiro no momento de realização de cada um dos objetos de *hedge*.

Identificação	Valor nominal total R\$	Proteção (taxa de juros a.a.)	Vencimento	Valor justo, líquido	
				2023	2022
Swaps CRA	600	3,5388%	dez-2028	98	13
Swaps CRA	141	3,3742%	dez-2031	30	10
Total	742			128	23

19.6 Passivos financeiros não derivativos designados para *hedge accounting*

26 Exportações futuras em US\$ (Braskem S.A.)

A Controladora designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a alta probabilidade da realização de exportações previstas em seu Plano de Negócios (vide nota 19.2), que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da Companhia de financiar seus passivos em US\$, uma vez que o direcionamento e a estratégia da Companhia determinam o financiamento prioritário em US\$ e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em US\$.

Em 1 de maio de 2013, a Braskem designou passivos financeiros não derivativos, denominados em US\$, como instrumento de proteção de cobertura do fluxo de suas exportações futuras altamente prováveis. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em US\$ derivado dessas exportações é compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado. A taxa de câmbio na data da designação era de US\$1/R\$ 2,0017.

As principais movimentações realizadas no programa estão detalhadas a seguir:

- 2017: designação de US\$1,25 bilhão (R\$ 6,5 bilhões) de vendas futuras com vencimento em 2028 (câmbio de proteção de US\$1/3,1688);
- 2019: designações totalizando US\$2,2 bilhões (R\$ 11,5 bilhões) com vencimento em 2025, 2030 e 2031 (câmbio médio de proteção de US\$1/3,9492);
- 2020: designação de US\$600 (R\$ 3,1 bilhões) de vendas futuras com vencimento em 2032 (câmbio de proteção de US\$1/R\$ 4,0213); descontinuação de *hedge accounting* de US\$362 (R\$ 1,9 bilhão) de fluxos em 2020 (taxa de descontinuação de US\$1/R\$ 5,1987);
- 2021: designação de *hedge accounting* de US\$400 (R\$ 2,1 bilhões) de fluxos com vencimento em 2025 (taxa de proteção de US\$1/R\$ 5,5832); descontinuação de *hedge accounting* de US\$400 (R\$ 2,1 bilhões) de fluxos com vencimento em 2024 (taxa de descontinuação de US\$1/R\$ 5,6430); descontinuação de *hedge accounting* de US\$200 (R\$ 1 bilhão) de fluxos com vencimento em 2023 (taxa de descontinuação de US\$1/R\$ 5,1433);
- 2022: designação de US\$500 (R\$,6 bilhões) de vendas futuras com vencimento em 2029 (câmbio de proteção de US\$1/R\$ 5,5832).
- 2023: designação de US\$400 (R\$2 bilhões) de vendas futuras com vencimento em 2033 (câmbio de proteção de US\$1/R\$ 5,0076).

A Companhia considera essas exportações até 2033 como altamente prováveis, com base nos seguintes fatores:

- Nos últimos 2 anos a Braskem exportou em média US\$2,2 bilhões (R\$ 11,2 bilhões) por ano, o que representa entre 3 e 4 vezes o volume anual de exportações protegido;
- As exportações protegidas representam aproximadamente 30% dos fluxos de exportações planejados pela Companhia;
- As exportações da Companhia não são esporádicas ou ocasionais, mas parte integrante da sua estratégia e do negócio petroquímico onde a competição é global. Vários dos produtos produzidos pela Companhia, inclusive, são prioritária e recorrentemente destinados à exportação.

Em 31 de dezembro de 2023, as exportações designadas ainda não realizadas e não descontinuas, e os vencimentos dos passivos financeiros designados consolidados, estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor nominal	
	US\$ milhões	R\$
2024	175	847
2025	800	3.873
2028	1.250	6.052
2029	500	2.421
2030	800	3.873
2031	800	3.873
2032	600	2.905
2033	400	1.937
	5.325	25.780

A tabela abaixo demonstra as movimentações dos instrumentos financeiros designados para esse *hedge* no exercício:

	US\$ milhões		
	2022	Hedge descontinuado ou realizado	Novas designações
Saldo designado	5.239	(314)	400

	R\$			
	2022	Hedge descontinuado ou realizado	Novas designações	Efeito de conversão de moeda estrangeira
Saldo designado	27.336	(1.629)	2.044	(1.971)

A tabela abaixo demonstra o saldo de *hedge accounting* descontinuado prospectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devido a liquidação antecipada do instrumento de *hedge*, registrado em ORA e que será transferido para o resultado, como resultado financeiro, conforme agenda das vendas futuras protegidas

	Valor nominal total US\$ milhões	Cotação inicial R\$/US\$	Cotação de proteção R\$/US\$	Valor nominal bruto - R\$
Hedge descontinuado - 1º ao 4º Trimestre 2024	514	2,0017	5,5466	1.821
Hedge descontinuado - 4º Trimestre 2032	200	4,0213	5,2177	239
	714			2.060

Foram efetuados instrumentos de *hedge* com controladas no exterior observando-se a existência de lastro derivado de operações delas com terceiros, utilizando passivos financeiros não derivativos em que a controlada no exterior atuou como intermediária da Controladora nas operações, mantendo-se a essência das transações. Contas a pagar para fornecedores, principalmente da nafta, também foram consideradas na operação. Visando garantir a continuidade da relação de proteção, a Companhia pretende efetuar o refinanciamento e/ou substituição desses instrumentos de *hedge* para adequá-los ao cronograma e valor das exportações protegidas. Isso explica o fato que os passivos instrumento de *hedge* não são necessariamente equivalentes às exportações designadas por ano.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra os saldos de variação cambial reconhecidos no resultado financeiro da Companhia em virtude das realizações das exportações designadas para esse *hedge* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Valor nominal total US\$ milhões	Cotação inicial R\$/US\$	Cotação de proteção R\$/US\$	Valor nominal bruto - R\$
1º trimestre	168	2,0017	3,9786	332
2º trimestre	150	2,0017	3,9786	297
3º trimestre	200	2,0017	3,9786	395
4º trimestre	200	2,0017	5,1433	629
	718			1.653

As movimentações da variação cambial e do IR/CSL em outros resultados abrangentes desse *hedge* são as seguintes:

	Variação cambial	IR e CSL	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9.981)	3.394	(6.587)
Varição cambial do exercício, líquida de impostos	1.921	(653)	1.268
Varição cambial transferida para o resultado, líquida de impostos	1.653	(562)	1.091
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.407)	2.179	(4.228)

Os testes de efetividade das operações foram realizados e todas as operações mostraram-se efetivas para redução de dispersão da receita proveniente com as vendas designadas para *hedge*, quando avaliadas em Reais.

27 Vendas futuras em US\$ (Braskem Idesa)

Em 31 de dezembro de 2023, as vendas designadas e ainda não realizadas e os passivos financeiros designados para protegê-las estão demonstrados a seguir:

	Valor nominal	
	US\$ milhões	R\$
2024	22	107
2025	23	111
2026	308	1.491
2027	225	1.089
2028	525	2.542
2029	525	2.542
2030	300	1.452
2031	300	1.452
	2.228	10.786

A tabela abaixo demonstra o saldo acumulado de *hedge accounting* descontinuado previamente até 31 de dezembro de 2023, devido a liquidação antecipada do instrumento de *hedge*, que se mantém registrado em ORA e que será transferido para o resultado financeiro conforme agenda das vendas futuras protegidas:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Descontinuação em:</u>	<u>Valor nominal total US\$ milhões</u>	<u>Cotação inicial MXN/US\$</u>	<u>Cotação de proteção MXN/US\$</u>	<u>Valor nominal total MXN milhões</u>	<u>Valor nominal bruto - R\$</u>
Maio de 2016	9	13,4541	17,9915	41	12
Dezembro de 2019	460	13,6667	19,6113	2.735	781
Dezembro de 2019	17	13,4541	19,3247	100	29
Outubro de 2021	848	13,6621	20,3587	5.679	1.622
	<u>1.334</u>			<u>8.554</u>	<u>2.444</u>

A tabela abaixo demonstra os saldos de variação cambial reconhecidos no resultado financeiro em virtude das realizações das vendas designadas e descontinuadas para esse *hedge* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	<u>Valor nominal total US\$ milhões</u>	<u>Cotação inicial MXN/US\$</u>	<u>Cotação de proteção MXN/US\$</u>	<u>Valor nominal total MXN milhões</u>	<u>Valor nominal bruto - R\$</u>
1º trimestre	81	13,6512	20,1269	522	151
2º trimestre	79	13,6521	20,1222	510	143
3º trimestre	85	13,6533	20,1160	550	159
4º trimestre	111	15,0103	19,9872	553	155
	<u>356</u>			<u>2.135</u>	<u>608</u>

As movimentações da variação cambial e do IR em outros resultados abrangentes na Braskem Idesa são as seguintes:

	<u>Variação cambial</u>	<u>IR</u>	<u>Efeito líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.108)	333	(775)
Varição cambial do exercício, líquida de impostos	1.530	(459)	1.071
Varição cambial transferida para o resultado, líquida de impostos	608	(182)	426
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.030	(308)	722

Os testes de efetividade das operações foram realizados e todas as operações mostraram-se efetivas para redução de dispersão da receita proveniente com as vendas designadas para *hedge*, quando avaliadas em Pesos Mexicanos.

19.7 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

(a) Contas a receber de clientes

Como parte da gestão dos riscos financeiros a Companhia conta com uma política específica para gestão do risco de crédito de clientes a qual define parâmetros operacionais e responsabilidades no gerenciamento dos recebíveis, por meio de uma equipe especializada de crédito e cobrança que é responsável pelas principais atividades de gestão do risco de crédito de clientes, também conta com um comitê de crédito que é responsável por acompanhar e orientar a administração na aplicação das políticas internas.

Os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu uma metodologia própria para classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes no Brasil e no exterior, onde são feitas análises qualitativas e quantitativas para determinar o risco de cada contraparte, bem como, a necessidade garantias para contrapor a exposição da Companhia.

A análise qualitativa ocorre através de questionário de crédito, que qualifica e quantifica as informações financeiras dos clientes. Os itens avaliados são pontuados dentro de uma matriz de determinação de riscos.

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise quantitativa representa o componente financeiro do cálculo do Risco de Crédito do Cliente. São consideradas as variáveis score financeiro e probabilidade de insolvência, calculadas por meio de modelagem estatística. A Companhia também leva em consideração outros elementos dentro da matriz de avaliação, tais como, fator histórico de pontualidade, risco país, risco extraordinário, avaliação de crédito a nível de grupo econômico, garantias para mitigação de risco como fiança, cartas de crédito, seguros, alienação fiduciária, entre outros.

Após a avaliação do risco de crédito é determinado uma escala de risco por cliente que varia do Risco mínimo até o muito alto, esta informação é então utilizada na gestão dos recebíveis da Companhia e da estimativa de perdas.

As contas a receber de clientes, considerando as perdas de créditos esperadas, possuem a seguinte classificação de risco que representa a exposição total da Companhia:

	(%)	
	2023	2022
Risco mínimo	65,62	72,15
Risco baixo	19,33	21,65
Risco médio	6,37	3,36
Risco alto	8,28	2,56
Risco muito alto (i)	0,40	0,28

(i) Os clientes desta faixa que ainda estão ativos compram da Companhia com pagamento antecipado.

Para o mercado externo, aproximadamente 83% da carteira é garantida principalmente por seguros de créditos. Para o mercado interno, aproximadamente 26% da carteira é garantida substancialmente por fianças dos sócios das contrapartes, seguida dos seguros de créditos.

A administração considera inadimplente a contraparte que não cumpre com a obrigação do pagamento de seus débitos quando devidos.

A exposição em valores totais para o risco de crédito de contrapartes são os valores contábeis do contas a receber identificados na nota explicativa 7.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Na definição de Contrapartes em operações financeiras deverão ser observados os critérios de Classificação do Risco de crédito da Contraparte por agência especializada, sendo o rating de longo prazo local para instituições brasileiras e global para instituições internacionais, além de concentração de exposição junto à Contraparte, conforme previsto na política de gestão de riscos financeiros da Companhia:

	2023			2022		
	No Brasil	No Exterior	Total	No Brasil	No Exterior	Total
Ativos financeiros com avaliação de risco						
AAA	11.438	2.493	13.931	5.130	2.421	7.551
AA+	140		140	163		163
AA	130		130	290	108	398
AA-	249		249	149		149
A+	1	3.072	3.073	3	4.460	4.463
A	32	506	538	93	1.358	1.451
A-	4	815	819		387	387
BBB		49	49	1	52	53
	<u>11.994</u>	<u>6.935</u>	<u>18.929</u>	<u>5.829</u>	<u>8.786</u>	<u>14.615</u>
Ativos financeiros sem avaliação de risco						
Outros ativos financeiros sem avaliação de risco	(i) 149	83	232	82	81	163
	<u>149</u>	<u>83</u>	<u>232</u>	<u>82</u>	<u>81</u>	<u>163</u>
Total	<u>12.143</u>	<u>7.018</u>	<u>19.161</u>	<u>5.911</u>	<u>8.867</u>	<u>14.778</u>

(i) Investimentos aprovados pela Administração, conforme Política Financeira.

Para o risco de contraparte de instituições financeiras não houve o reconhecimento de perdas de crédito esperadas, levando em consideração entre outros fatores o alto grau de rating de crédito das contrapartes e o histórico positivo de solvência de todos os ativos financeiros. A Companhia monitora continuamente as mudanças nos ratings das contrapartes e caso necessário realoca os recursos para cumprir com os requerimentos da política de gestão de riscos financeiros.

19.8 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxas de câmbio, taxas de juros, ações e índices de ações, índices de preços, e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

(a) Seleção dos riscos

Em 31 de dezembro de 2023, os principais riscos que podem afetar o valor dos instrumentos financeiros da Companhia são:

- taxa de câmbio US\$/R\$;
- taxa de inflação IPCA;
- taxa de juros Selic e CDI;
- taxa de juros SOFR.
- taxa de câmbio Euro/R\$.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, não reflete na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

(b) Seleção dos cenários

O cenário provável da taxa de câmbio US\$/R\$/Euro-R\$, taxa de juros Selic/CDI e o IPCA levou em conta a pesquisa Focus, divulgada pelo BACEN, tomado como base a data de 31 de dezembro de 2023.

De acordo com a Focus, ao final de 2023, US\$1 se manterá próximo a R\$ 5,00, enquanto espera-se que a Selic encerre o período em 9,00% a.a. A taxa Selic é utilizada como referência para as análises de sensibilidade ao CDI.

Uma vez que o relatório Focus não divulga previsões para as taxas de juros SOFR, optou-se por utilizar a projeção do *Federal Reserve* para a *Federal Funds Rate*, cuja versão mais recente foi publicada em dezembro de 2023, em comparação com o valor corrente da *Federal Funds Rate* em 31 de dezembro de 2023.

Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações anualizadas correspondentes a 1 e 3 desvios-padrão das médias mensais dos últimos 5 anos, sendo equivalentes a aproximadamente 15,866% e 0,135% de probabilidade de ocorrência para os cenários razoavelmente possível e possível, respectivamente. Tais mudanças são então aplicadas sobre os níveis correntes de mercado de cada variável.

Incertezas do contexto atual

As premissas de valores futuros utilizadas na construção do cenário provável, bem como o valor corrente de cada variável desta análise, têm como referência o fechamento de 31 de dezembro de 2023. Diante da instabilidade do atual cenário econômico resultante dos efeitos globais decorrentes de conflitos geopolíticos, do aperto monetário para combater pressões inflacionárias globais e seus desdobramentos macroeconômicos, os índices de juros e taxas de câmbio têm sido impactados com frequência. Os ganhos ou perdas para a Companhia nestes prováveis cenários de estresse são avaliados aumentando cada variável do fechamento de dezembro de 2023 conforme anteriormente descrito.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo representam variações dos saldos dos instrumentos financeiros sob cada cenário, juntamente com os valores absolutos de cada um dos fatores de risco considerados:

Instrumento / Sensibilidade	Nota	Ganhos (perdas)			
		Valores expostos em 31.12.2023	Provável (USDBRL 4,9)	Razoavelmente possível (USDBRL 5,45)	Possível (USDBRL 6,68)
Taxa de câmbio dólar-real					
Bonds		(42.299)	(513)	(5.352)	(16.055)
Pré-pagamento de exportações		(2.170)	(26)	(275)	(824)
Investimentos		(1.577)	(19)	(199)	(598)
SACE	19(c.i)	(1.156)	(14)	(146)	(439)
Opções de compra e venda de dólar	(i)	37	(16)	(92)	(453)
Swap CDI x Dólar (Passivo)		(541)	(8)	(70)	(207)
MONFORTE	19(c.ii)	(133)	(2)	(17)	(50)
Nexi	19(c.iii.iv)	(84)	(1)	(11)	(32)
Outros		(1.392)	(17)	(176)	(528)
Aplicações financeiras no exterior		5.489	67	694	2.083
Swap IPCA x Dólar (Passivo)		(678)	23	(33)	(156)
Notas de crédito para exportação		(484)	(6)	(61)	(184)
Contas a receber		2.890	35	366	1.097

Instrumento / Sensibilidade	Ganhos (perdas)		
	Valores expostos em 31.12.2023	Provável (11,75%)	Razoavelmente possível (14,76%)

Taxa de juros CDI/Selic					
Debêntures		(3.048)		(555)	(1.900)
Aplicações financeiras no Brasil		12.108		327	982
Notas de crédito para exportação		(347)		(35)	(113)
Cédulas de Produtos Rurais		(482)		(33)	(104)
Swap CDI x Dólar (Ativo)		577			
Acordo de leniência		(577)		(17)	(53)

Instrumento / Sensibilidade	Ganhos (perdas)		
	Valores expostos em 31.12.2023	Provável (4,46%)	Razoavelmente possível (5,26%)

Taxa de juros IPCA					
Debêntures		(64)			(1)
BNDDES		(338)	5	(22)	(68)
Debêntures - CRA		(798)	11	(44)	(137)
Swap IPCA x Dólar (Ativo)		808	72	29	77

Instrumento / Sensibilidade	Ganhos (perdas)		
	Valores expostos em 31.12.2023	Provável (5,33%)	Razoavelmente possível (11,3%)

Taxa de juros SOFR					
Pré-pagamento de exportações		(2.170)	28	(223)	(668)
Notas de crédito para exportação		(484)	7	(59)	(176)
Nexi		(84)	2	(17)	(51)
SACE		(1.156)	24	(191)	(574)
MONFORTE		(133)	1	(12)	(36)
Investimentos		(1.577)	31	(248)	(744)
Outros		(1.392)	16	(132)	(396)

Instrumento / Sensibilidade	Ganhos (perdas)		
	Valores expostos em 31.12.2023	Provável (EURBRL 5,44)	Razoavelmente possível (EURBRL 6,01)

Taxa de câmbio dólar-euro					
Contas a receber		472	8	58	173

(i) Nessas opções, a Companhia está na posição vendida de um possível *call* da contraparte.

20 Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Controladora e controladas no Brasil				
IPI	66	74	66	74
ICMS	227	218	223	217
PIS e Cofins	29	20	25	18
Outros	9	105	5	100
Controladas no exterior				
Imposto sobre valor agregado	119	150		
Imposto de renda sobre receita financeira	143	222		
Total	593	789	319	409
Passivo circulante	387	491	319	407
Passivo não circulante	206	298		2
Total	593	789	319	409

21 Imposto de renda (“IR”) e contribuição social sobre o lucro (“CSL”)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em ORA.

21.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante apresentado de imposto de renda e contribuição social no ativo circulante consolidado é de R\$ 428 (2022: R\$ 392) e no ativo circulante da controladora é de R\$ 275 (2022: 315) e no ativo não circulante consolidado e da controladora o valor é de R\$ 292 em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 253 no consolidado e na controladora).

(a) Utilização de prejuízo fiscal na Braskem Idesa

O Serviço de Administração Tributária do México (“SAT”) vem questionando a Braskem Idesa e a Braskem México Sofom, em relação aos critérios e premissas na apuração do imposto sobre a renda. Com a mediação da Procuradoria de Defesa do Contribuinte do México (“Prodecon”), em 3 de fevereiro de 2023, Braskem Idesa e Braskem México Sofom firmaram acordo no qual a Braskem México Sofom concordou em liquidar o valor de imposto de renda apurado pelo SAT e a Braskem Idesa efetuou a revisão dos prejuízos fiscais acumulados em determinados períodos, resultando em redução do crédito de imposto diferido em R\$ 892, em contrapartida a uma despesa de imposto de renda diferido.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSL	(6.192)	47	(5.932)	(1.231)
IR e CSL - calculado à alíquota de 34%	2.105	(16)	2.017	418
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL				
Resultado de participações societárias	2	12	915	1.081
Subcapitalização	(i) (613)	(360)	(613)	(360)
Benefícios fiscais	145			
Redução de prejuízo fiscal		(892)		
Efeito da diferença de alíquota e do regime de tributação aplicável a cada país	(ii) 770	1.030		
Impostos sobre distribuição de dividendos	(836)	(455)	(797)	(329)
Não incidência de IR/CSL sobre atualização Selic dos indêbitos tributários	38	39	38	39
Outros ajustes permanentes	(309)	(226)	(207)	46
IR e CSL no resultado	1.302	(868)	1.353	895
Composição do IR e da CSL:				
Despesa de IR e CSL correntes				
Despesa do ano corrente	(191)	(1.004)	(6)	120
	(191)	(1.004)	(6)	120
Despesa de IR e CSL diferidos				
Diferenças temporárias	6	1.192	(539)	653
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	1.487	(1.056)	1.898	122
	1.493	136	1.359	775
Total	1.302	(868)	1.353	895
Alíquota Efetiva	(iii) 21,0%	1846,8%	22,8%	72,7%

(a) Inclui o montante de ajuste de juros nas operações financeiras com empresas controladas de acordo com as regras tributárias de subcapitalização.

(b) Inclui o impacto da diferença entre a alíquota de IR/CSL do Brasil (34%), utilizada para a elaboração desta nota e as alíquotas dos países onde estão situadas as controladas no exterior.

(c) Os efeitos apresentados na reconciliação da alíquota efetiva, em relação ao prejuízo antes de impostos em 31 de dezembro de 2022, resultam em alíquota efetiva de 2022 – 1.846,8%, sendo o principal efeito descrito na nota 21.1(a).

21.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu Plano de Negócios.

O Plano de Negócios é preparado, anualmente, pela Diretoria e tem como principais variáveis projeções para os preços dos produtos produzidos pela Companhia, os preços das matérias-primas, o crescimento do produto interno bruto de cada país onde a Companhia atua, a variação cambial, a taxa de juros, a taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados.

Nesta avaliação, a Companhia utiliza como base seu desempenho histórico, o planejamento estratégico e projeções de mercado preparadas por consultorias externas especializadas, as quais são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles podem ser usados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(a) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Consolidado						
	Em 31 de dezembro de 2021	Impacto no resultado	Outros resultados abrangentes	Em 31 de dezembro de 2022	Impacto no resultado	Outros resultados abrangentes	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo							
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	3.355	(957)		2.398	1.487		3.885
Variações cambiais	4.280	(937)		3.343	(1.274)		2.069
Provisões temporárias	4.782	(216)		4.566	(652)	8	3.922
Passivo de arrendamento		1.197		1.197	429		1.626
Créditos fiscais (i)		698		698	83		781
Outros	147	(28)		119	31		150
	12.564	(243)		12.321	104	8	12.433
Passivo							
Amortização de ágio fundamentados em rentabilidade	725	(3)		722	(1)		721
Depreciação fiscal	4.177	(125)		4.052	4		4.056
Tributação Crédito ICMS na Base do PIS/COFINS				189			189
Provisões temporárias	89	331		420	315	16	751
Direito de uso de ativos		1.116		1.116	477		1.593
Ajuste a valor presente e custo amortizado	155	212	57	424	(228)	(2)	194
Hedge accounting		(1.549)	1.549		(1.948)	1.948	
Amortização de mais valia da Braskem Qpar	232	(46)		186	(37)	(34)	115
Outros	5	(173)	174	6	29	13	48
	5.714	(379)	1.780	7.115	(1.389)	1.941	7.667
Líquido	6.850	136	(1.780)	5.206	1.493	(1.933)	4.766
Apresentação no balanço patrimonial:							
Ativo não circulante	8.257			6.359			6.443
(-) Passivo não circulante	1.407			1.153			1.677

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Em 31 de dezembro de 2021		Outros resultados abrangentes	Em 31 de dezembro de 2022		Outros resultados abrangentes	Em 31 de dezembro de 2023	
	Impacto no resultado			Impacto no resultado				
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	58	122		180	1.898		2.078	
Variações cambiais	4.280	(937)		3.343	(1.274)		2.069	
Provisões temporárias	4.374	(419)		3.955	(535)		3.420	
Passivo de arrendamento		834		834	281		1.115	
Créditos fiscais		698		698	83		781	
Outros	129	(27)		102	25		127	
	8.841	271		9.112	478		9.590	
Passivo								
Amortização de ágios fundamentados em rentabilidade futura	716			716			716	
Depreciação fiscal	1.058	107		1.165	98		1.263	
Tributação crédito ICMS na Base do PIS/COFINS	331	(142)		189			189	
Direito de uso de ativos		757		757	305		1.062	
Ajuste a valor presente e custo amortizado	149	9	158	316	42		358	
Hedge accounting		(1.212)	1.212		(1.293)	1.293		
Amortização de mais valia da Braskem Qpar	239	(46)		193	(43)		150	
Outros	5	23	(23)	5	10	(9)	6	
	2.498	(504)	1.347	3.341	(881)	1.284	3.744	
Líquido	6.343	775	(1.347)	5.771	1.359	(1.284)	5.846	

(a) Os créditos referem-se ao imposto pago pelas subsidiárias no exterior, não utilizado pela Braskem S.A. em 2022 por apresentar prejuízo fiscal, a ser utilizado nos próximos anos.

(b) Compensação para fins de apresentação no balanço patrimonial consolidado

	2023			2022		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Saldo	Ativo diferido	Passivo diferido	Saldo
Braskem	9.590	(3.744)	5.846	9.112	(3.342)	5.770
Braskem Argentina		(6)	(6)	21	(16)	5
Braskem America	390	(1.364)	(974)	525	(1.662)	(1.137)
Braskem Alemanha	24	(15)	9	23		23
Braskem Holanda	91	12	103	386	(231)	155
Braskem Idesa	1.840	(2.531)	(691)	2.080	(1.840)	240
Braskem Mexico Serviços	59		59	14		14
Braskem Mexico	333		333	86		86
B&TC	4	(8)	(4)		(17)	(17)
Cetrel	34	(4)	30	39	(5)	34
DAC	25	(2)	23	33	(2)	31
Terminal Quimica	13		13	2		2
Voqen		(2)	(2)			
Wise	30	(3)	27			
	12.433	(7.667)	4.766	12.321	(7.115)	5.206
Ativo			6.443			6.359
Passivo			(1.677)			(1.153)
Saldo			4.766			5.206

22 Provisões diversas

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Acordo de leniência	1.016	903	1.016	903
Provisão para recuperação de danos ambientais	928	1.120	887	1.073
Provisão para bonificações	161	127	93	62
Outras	120	130	88	92
Total	2.225	2.280	2.084	2.130
Passivo circulante	1.282	923	1.197	843
Passivo não circulante	943	1.357	887	1.287
Total	2.225	2.280	2.084	2.130

(a) Acordo de leniência

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações (“Investigação”) e reportarem os seus resultados.

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“Acordo MPF”) e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça (“Acordo Global”), no valor de R\$ 3,1 bilhões (US\$957 à época), os quais foram devidamente homologados. Ainda, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (“CGU”) e a Advocacia Geral da União (“AGU”), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 (“Acordo CGU/AGU” e, em conjunto com o Acordo Global, simplesmente “Acordos”), que trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global e prevê um desembolso adicional de R\$ 410, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Adicionalmente, em 2019, o Ministério Público da Bahia e o Ministério Público do Rio Grande do Sul aderiram ao Acordo MPF, sem previsão de pagamentos adicionais por parte da Companhia.

Desde 2016, a Companhia já pagou R\$ 3.071, distribuídos conforme quadro abaixo:

Acordos firmados com:	AGU					Total
	CGU e MPF	DoJ (i)	OAG (i)	MPF	SEC (i)	
Pagamentos efetuados	878	297	407	1.282	206	3.071

(i) U.S. Department of Justice (“DoJ”); Swiss Office of the Attorney General (“OAG”) e U.S. Securities Exchange Commission (“SEC”).

Em agosto de 2023, a Companhia foi notificada pela CGU sobre o encerramento do período de monitoramento do programa de integridade, a qual também apresentou o Termo de Encerramento.

Em janeiro de 2023, a Companhia ofereceu precatórios próprios e de terceiros como forma de pagamento da quarta parcela do Acordo de Leniência (vencimento em 30 de janeiro de 2023), ficando sua quitação sujeita à avaliação das autoridades competentes. Neste momento, a Companhia baixou o valor a pagar referente a esta parcela do Acordo de Leniência, criando uma obrigação contra terceiros e baixando seu precatório próprio.

Ocorre que a portaria que regulamentava esse procedimento de quitação foi revogada, não tendo sido editada nova regulamentação sobre o tema antes do vencimento do prazo dos contratos para aquisição dos precatórios de terceiros (vencimento em 31 de dezembro de 2023). Por essa razão, a Companhia retornou o valor desta parcela para o saldo a pagar do Acordo de Leniência, sendo certo que a exigibilidade da parcela de 2023 segue suspensão, aguardando a edição das novas normas pelas autoridades competentes. O saldo a pagar para o Acordo de Leniência, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1.016, sendo R\$ 840 registrados no circulante e R\$ 176 no não circulante.

(b) Provisão para recuperação de danos ambientais

A provisão para recuperação de danos ambientais é estimada com base nos requisitos legais e construtivos atuais, tecnologia, níveis de preços e planos esperados de remediação.

Os custos realizados e saídas de caixa podem diferir das estimativas atuais devido a mudanças nas leis e regulamentos, expectativas públicas, preços, novas descobertas nos estudos em execução e análise das condições do local e mudanças nas tecnologias de remediação.

O tempo e o valor das despesas futuras relacionadas com passivos ambientais são revisados anualmente, juntamente com a taxa de juros usada no desconto a valor presente.

A Companhia opera em diversos países e está sujeita a diferentes leis e regulamentações ambientais inerentes ao ramo de operações e atividades. As despesas de remediação são incorridas ao longo de vários anos em decorrência da sua complexidade e extensão. Novas informações sobre sites, novas tecnologias ou desenvolvimentos futuros, como envolvimento em investigações por agências reguladoras, podem exigir que reavaliemos nossa exposição potencial relacionada a questões ambientais.

A provisão é registrada com base nas áreas nas quais ações de remediação são necessárias. Devido à alta complexidade para identificação de potenciais impactos ambientais, alternativas de solução e estimativa dos custos de reparação, essas estimativas somente podem ser feitas com razoável segurança após a realização de todas as etapas do processo de identificação e investigação de passivos ambientais, que seguem as etapas e protocolos estabelecidos pelos órgãos ambientais.

A Companhia acompanha as áreas em estudo para capturar novos fatos e mudanças em circunstâncias que alterem o prognóstico das ações a serem adotadas e conseqüentemente impactem na estimativa da provisão para remediações ambientais.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor registrado no passivo circulante é de R\$ 99 no consolidado e R\$ 84 na controladora (2022: R\$ 180 no consolidado e R\$ 165 na controladora) e no passivo não circulante é de R\$ 829 no consolidado e R\$ 803 na controladora (2022: R\$ 940 no consolidado e R\$ 908 na controladora).

(c) Bonificações de clientes

A Companhia possui bonificação em alguns contratos de venda, em produtos, caso sejam atingidos determinados volumes de vendas durante o ano, semestre ou trimestre, conforme o contrato. A bonificação é provisionada mensalmente, reduzindo a receita com venda de produtos e serviços, com o pressuposto de que o volume mínimo contratual será atingido.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação das provisões

	Consolidado				Total
	Acordo de leniência	Recuperação danos ambientais	Bonificações	Outras	
Em 31 de dezembro de 2021	1.123	1.035	101	153	2.412
Adições, atualizações monetárias e cambiais, líquidas de reversões	98	299	184	20	601
Baixas por uso e pagamentos	(318)	(214)	(158)	(43)	(733)
Em 31 de dezembro de 2022	903	1.120	127	130	2.280
Adições, atualizações monetárias e cambiais, líquidas de reversões	113	108	155	8	384
Baixas por uso e pagamentos		(300)	(121)	(18)	(439)
Em 31 de dezembro de 2023	1.016	928	161	120	2.225

	Controladora				Total
	Acordo de leniência	Recuperação danos ambientais	Bonificações	Outras	
Em 31 de dezembro de 2021	1.123	982	27	113	2.245
Adições, atualizações monetárias e cambiais, líquidas de reversões	98	294	143	22	557
Baixas por uso e pagamentos	(318)	(203)	(108)	(43)	(672)
Em 31 de dezembro de 2022	903	1.073	62	92	2.130
Adições, atualizações monetárias e cambiais, líquidas de reversões	113	108	120	13	354
Baixas por uso e pagamentos		(294)	(89)	(17)	(400)
Em 31 de dezembro de 2023	1.016	887	93	88	2.084

23 Provisões judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal dos seus negócios, de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e societária. A Administração, baseada em sua avaliação e dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável: Obrigação presente em que é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação. Para estes processos, uma provisão é reconhecida com base em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperadas (vide nota explicativa 23.1).

Perda possível: Obrigação presente onde a possibilidade de saída de recursos é maior que remota e menor que provável. Para esses processos, a Companhia não reconhece uma provisão, porém divulga os de maior relevância (vide nota explicativa 23.2).

A Administração acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

Adicionalmente, a Companhia é parte ativa em algumas ações judiciais. Nestes casos, a Companhia divulga o ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos, porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não se configura mais como um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Eventual mudança de entendimento no posicionamento das Cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1 Processos com perda provável

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Reclamações trabalhistas	186	212	183	210
Processos de natureza tributária				
IR e CSL	51	52	51	52
PIS e COFINS	241	311	241	311
ICMS	366	349	366	349
Outros processos de natureza tributária	19	24	16	20
	677	736	674	732
Processos societários	111	103	111	103
Processos de natureza cível e outros	121	120	121	119
	1.095	1.171	1.089	1.164

Em 31 de dezembro de 2023, os principais processos provisionados são:

Descrição dos processos de natureza tributária

Valor provisionado
2023 2022

Ente Tributante: Estado de São Paulo

1) ICMS nas compras interestaduais: Cobrança do imposto em razão de creditamento indevido decorrente da aquisição de mercadorias destinadas à exportação, acrescida de multas de ofício e pela falta de apresentação de documentos solicitados. Os processos estão na fase judicial e a Companhia ofereceu seguros garantia no montante integral.	346	329
---	-----	-----

Ente Tributante: União Federal

2) PIS e COFINS não cumulativo: Cobranças de valores decorrentes de compensações de créditos de PIS e COFINS não cumulativos, referentes aos anos de 2005 a 2010 e 2012 a 2018, não homologadas pela Receita Federal do Brasil. Os processos tratam de compensações em valores superiores aos declarados, despesas de frete, aquisição de ativos imobilizados e receitas erroneamente classificadas, e encontram-se na fase administrativa e o valor atualizado está integralmente provisionado. Parte dos débitos foram incluídos no Programa de Redução de Litígios Fiscais, acarretando uma redução dessa contingência em R\$80.	132	212
---	-----	-----

3) PIS e COFINS: Cobranças de débitos de períodos diversos, entre 1999 e 2002, decorrentes de insuficiência de recolhimento das contribuições e compensações tidas como indevidas pelo Fisco, com crédito decorrente do adicional de 1% da alíquota da COFINS e com créditos de PIS Decretos-Lei 2.445 e 2.449, supostamente prescritos. Os processos estão em fase judicial e a Companhia ofereceu fianças bancárias e seguros garantia no montante integral.	79	70
--	----	----

4) Processos diversos de natureza tributária	120	124
--	-----	-----

Total de processos de natureza tributária	677	735
--	------------	------------

Descrição dos processos de natureza societária

Valor provisionado
2023 2022

Autor: Banco do Brasil S.A

1) A Companhia possui ação de cobrança em fase recursal decorrente de ação ajuizada em 1991. A Triken S.A. ("Triken"), incorporada pela Braskem, foi condenada a pagar distribuição de lucros remanescentes para o autor (acionistas preferencialistas) que figuravam como acionistas minoritários. O processo está integralmente provisionado pela Companhia.	88	82
--	----	----

2) Processos diversos de natureza societária	23	21
--	----	----

Total de processos de natureza societária	111	103
--	------------	------------

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1.1 Movimentação das contingências com perda provável

	Consolidado				Total
	Trabalhistas	Tributários	Societário	Cível e Outros	
Em 31 de dezembro de 2021	269	715	95	75	1.154
Adições, atualizações monetárias e cambiais	129	60	9	76	274
Pagamentos	(59)	(9)	(1)	(2)	(71)
Reversões (*)	(127)	(32)		(29)	(188)
Em 31 de dezembro de 2022	212	736	103	120	1.171
Adições, atualizações monetárias e cambiais	71	143	8	46	268
Pagamentos	(37)	(10)		(25)	(73)
Reversões (*)	(60)	(191)		(20)	(271)
Em 31 de dezembro de 2023	186	677	111	121	1.095

	Controladora				Total
	Trabalhistas	Tributários	Societário	Cível e Outros	
Em 31 de dezembro de 2021	262	711	95	75	1.143
Adições, atualizações monetárias e cambiais	129	60	9	76	274
Pagamentos	(57)	(8)	(1)	(3)	(69)
Reversões (*)	(124)	(31)		(29)	(184)
Em 31 de dezembro de 2022	210	732	103	119	1.164
Adições, atualizações monetárias e cambiais	70	143	8	47	268
Pagamentos	(37)	(10)		(25)	(72)
Reversões (*)	(60)	(191)		(20)	(271)
Em 31 de dezembro de 2023	183	674	111	121	1.089

(*) Uma provisão é revertida quando há alteração na probabilidade de perda ou no valor atribuído ao processo ou o processo é encerrado mediante desembolso de caixa inferior ao montante provisionado.

23.2 Passivos contingentes

Os passivos contingentes com prognóstico de perda avaliado como possível (possibilidade de perda é maior que remota e menor que provável) pela Administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores jurídicos externos, são divulgados conforme segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Processos de natureza tributária	26.216	18.271
Processos de natureza cível - Alagoas	8.821	5.489
Processos de natureza cível - diversos	740	786
Processos de natureza previdenciária	824	516
Processos de natureza ambiental	689	640
Processos de natureza trabalhista	513	606
Outras demandas judiciais	424	381
Total	38.227	26.689

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2.1 Composição dos passivos contingentes

Descrição dos processos de natureza tributária	Estimativa	
	2023	2022
Ente Tributante: União Federal		
1) IR/CSL: Autuações em relação aos anos-calendário de 2015, 2016, 2018 e 2019, pelo não reconhecimento da aplicação do Acordo para evitar a dupla tributação, firmado entre o Brasil e os Países Baixos, que estabelece que lucros de empresas holandesas não são tributados no Brasil ao final de cada exercício. A autuação referente aos anos-calendários de 2018 e 2019, recebida em 2023, também envolveu a indedutibilidade de juros em decorrência de entendimento diverso quanto ao limite de subcapitalização e seus efeitos tributários reflexos. O valor atualizado do tratamento fiscal incerto inclui períodos atuados e não atuados. Em razão da apuração de prejuízo fiscal pela Companhia nos anos-calendários de 2022 e 2023, os montantes relativos a esses períodos foram calculados considerando apenas o valor do principal, sem computar os valores de multa e juros. Foi excluído dessa contingência o valor relacionado ao ano-calendário de 2017 em razão de sua decadência. Além da inclusão do montante referente ao ano-calendário de 2023, também foi somado o importe relacionado ao ano-calendário de 2020, ante a emissão das demonstrações financeiras das entidades Holandesas em GAAP local. Os processos estão na fase administrativa.	18.552	10.665
2) PIS e COFINS não cumulativos: Cobrança relativa aos anos-calendário de 2004 a 2018, decorrente do aproveitamento de créditos na aquisição de bens e serviços consumidos no processo produtivo. Os processos estão em fase administrativa e judicial, tendo sido apresentados seguros garantia e depósitos no montante integral do valor judicializado.	1.507	1.400
3) IR/CSL: Autuações decorrentes da dedução de encargos de amortização, no período de 2007 a 2013, de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2002. Os processos estão na fase administrativa e judicial, tendo a Companhia oferecido seguro garantia no montante integral do valor judicializado. O valor relativo à aplicação da multa qualificada foi reclassificado para perda remota em razão do disposto no art. 8º da Lei n.º 14.689/23 acarretando uma redução dessa contingência em R\$150.	1.027	1.100
4) IR/CSL: Autuações relativas aos anos-calendário de 2012 e 2015, decorrentes de glosas de despesas de variação cambial nas operações de importação de nafta, incorridas após o vencimento das faturas comerciais. Os processos tratam ainda de ajuste de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSL e glosa parcial do custo da nafta importada de subsidiária no exterior. O valor relativo à aplicação da multa qualificada foi reclassificado para perda remota em razão do disposto no art. 8º da Lei n.º 14.689/23 acarretando uma redução dessa contingência em R\$198. Os processos estão na fase administrativa.	1.000	1.200
5) IR/CSL: Autuações relativas à compensação de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa com débitos de IR e CSL, em eventos de incorporação ocorridos em novembro de 2007 e agosto de 2013, sem observância do limite de 30%. Os processos estão na fase judicial, tendo sido apresentados seguros garantia no montante integral. O valor relativo à aplicação de multa qualificada foi reclassificado para perda remota em razão do disposto no art. 8º da Lei n.º 14.689/23, acarretando uma redução dessa contingência em R\$150.	346	462
6) IR/CSL: Autuações decorrentes da dedução de encargos de amortização, no período de 2020 e 2021, de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012, pela Cetrel e DAC. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa em 2ª instância.	212	195
7) IR/CSL: Cobranças em razão da não homologação de compensações realizadas com créditos decorrentes de saldo negativo. Os processos estão em fase administrativa e judicial, tendo sido apresentados seguros garantia, que suportam integralmente o valor judicializado.	185	176
8) Contribuições previdenciárias: Cobrança de contribuição adicional ao Risco Ambiental do Trabalho para o custeio de aposentadoria especial, em razão de suposta exposição de trabalhadores a agentes nocivos, janeiro de 2016 a julho de 2018, de novembro de 2000 a janeiro de 2001 e novembro de 2001 a junho de 2002. Os processos estão em fase administrativa e judicial, tendo sido apresentada garantia na forma de seguro garantia suportando integralmente o valor judicializado.	183	203

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição dos processos de natureza tributária	Estimativa	
	2023	2022
Ente Tributante: União Federal		
9) PIS e COFINS: Cobranças decorrentes de supostas compensações indevidas com créditos de outros tributos federais. Os processos discutem créditos oriundos de: i) antecipações de IR, ii) FINSOCIAL e COFINS, iii) imposto sobre o lucro líquido, iv) PIS-Decretos-Leis 2.445 e 2.449. Os processos estão na fase judicial, tendo sido apresentadas fianças bancárias e seguros garantia no montante integral.	142	136
10) IR/CSL: Autuação decorrente da glosa de despesas com publicidade e comissões, pagas pela Braskem e pela Braskem Inc., e pela falta do recolhimento de IRRF sobre essas últimas. O processo está na fase administrativa. O valor relativo à aplicação da multa qualificada aplicada foi reclassificado para perda remota em razão do disposto no art. 8º da Lei n.º 14.689/23 acarretando uma redução dessa contingência em R\$28.	138	153
11) PIS e COFINS: Cobranças em razão da não homologação de compensações realizadas com créditos de Cide-Combustíveis, conforme autorizado pela Lei n. 10.336/2001. Os processos estão na fase judicial, tendo sido apresentado seguro garantia no montante integral.	128	123
Ente Tributante: Estado de Alagoas		
12) ICMS: Autuações relativas aos anos-calendário de 2015 a 2019, devido à falta de estorno de ICMS em razão de saídas com diferimento. Os processos estão na fase administrativa.	698	639
Ente Tributante: Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande de Sul e Alagoas		
13) ICMS: Cobranças de imposto decorrente de recolhimento a menor. Os processos discutem (i) creditamento do imposto na aquisição de: ativo imobilizado; bens considerados como de uso e consumo e produtos sujeitos à substituição tributária; (ii) transferências de produtos acabados por valor inferior ao custo de produção; (iii) não recolhimento do imposto em razão de: omissões de entrada ou de saída; encargos relacionados a operações de energia elétrica e venda de produtos sujeitos à substituição tributária; (iv) não comprovação de exportação de mercadorias; (v) multas por falta de registro de notas fiscais. Os processos estão em fase administrativa e judicial, tendo sido apresentadas fianças bancárias, seguros garantia e depósitos judiciais, no montante integral do valor judicializado. Parte do valor relacionado ao tema de uso e consumo foi reclassificado para perda remota, em razão do julgamento do EAREsp n.º 1.775.781/SP, acarretando uma redução dessa contingência em cerca de R\$147.	623	768
14) Processos diversos de natureza tributária	1.477	1.051
Total de processos de natureza tributária	26.216	18.271
Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	2023	2022
Autor: Resibril Química S.A.		
1) Processo movido pela Resibril, antigo revendedor de solventes, por suposta violação de um contrato tácito de distribuição. O processo aguarda sentença.	340	302
2) Processos de natureza cível - Alagoas (nota 24.1)	8.821	5.489
3) Processos diversos de natureza cível	400	484
Total de processos de natureza cível	9.561	6.275

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição dos processos de previdenciária	Estimativa	
	2023	2022
Autor: Ex-integrantes		
1) Processos decorrentes da retirada de patrocínio plano Petros. Atualmente a carteira é composta por 743 processos ajuizados por ex-integrantes da Braskem ou empresas incorporadas, segurados dos planos Petros (Copesul, Copene e PQU) discutindo diversos temas decorrentes da retirada de patrocínio do plano, que busca, dentre outros pleitos: Diferença do Fundo Individual de Retirada, 90% da suplementação, e Impugnação a legalidade da Retirada de Patrocínio. O aumento do valor envolvido durante o ano se dá, principalmente, em decorrência (i) do cadastro de novos processos oriundos da notificação da Petros requerendo o reembolso de valores pela Braskem, conforme termo de retirada, e (ii) quantificação de um processo com valor significativo, decorrente da homologação do cálculo.	668	379
2) Processos diversos de natureza previdenciária	156	137
Total de processos de natureza previdenciária	824	516

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa	
	2023	2022
Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo		
1) Ação Civil Pública (Hashimoto) proposta em junho de 2018 pelo Ministério Público de São Paulo contra a Companhia e demais empresas que atuam no Polo Petroquímico de Capuava que busca, dentre outros pleitos, a reparação e/ou remediação de danos ambientais. Após a apresentação da defesa pela Braskem em dezembro de 2020, não houve movimentações, permanecendo pendente a realização de prova pericial.	225	201
Autor: Município de Ulianópolis - Pará		
2) Ação Civil Pública proposta em setembro de 2011 pelo Município de Ulianópolis (PA) contra a Companhia e outras empresas, que busca, dentre outros pleitos, a reparação e/ou remediação de supostos danos ambientais em virtude do tratamento não adequado das remessas de refugos. As empresas apresentaram defesa, contudo, foi proferida decisão que determinou a suspensão dos autos por um ano.	397	363
3) Processos diversos de natureza ambiental	67	76
Total de processos de natureza ambiental	689	640

Descrição de processos de outras naturezas	Estimativa	
	2023	2022
Autor: Américo Vinícius de Carvalho e Outros		
1) A Companhia possui ação de cobrança em fase de liquidação de sentença decorrente de ação ajuizada em 1988. A Polialden Petroquímica S.A. ("Polialden"), incorporada pela Braskem, foi condenada a pagar distribuição de lucros remanescentes para os autores (acionistas preferencialistas) que figuravam como acionistas minoritários. O processo aguarda o início da perícia contábil para apuração dos valores devidos. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos, tem provisionado em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$23 (2022: R\$21). O montante considerado com chance de perda possível é de R\$287 (2022: R\$262), de modo que o valor total envolvido no caso é de R\$310 (2022: R\$283).	287	262
2) Processos diversos de outras naturezas	137	119
Total de processos de outras naturezas	424	381

23.3 Ação coletiva (class action)

Em 25 de agosto de 2020, uma ação foi ajuizada contra a Braskem e alguns atuais e ex-executivos da Companhia no Tribunal Distrital de Nova Jersey nos Estados Unidos, em nome de uma suposta classe de investidores que adquiriram títulos da Braskem. A ação foi fundamentada na Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1934 (*U.S. Securities Exchange Act*) e suas regras, com base em alegações de que os réus fizeram declarações falsas ou incorreram em omissões relacionadas ao evento geológico em Alagoas.

Em 15 de dezembro de 2022, as partes celebraram Termo de Acordo para encerramento da *Class Action* (Termo de Acordo) mediante pagamento de R\$ 16 (US\$ 3), o qual foi realizado em janeiro de 2023. Em 05 de maio de

2023, houve a homologação, sem ressalvas, do acordo pelo tribunal. Em 25 de maio de 2023, foi proferida *Order of Dismissal* reconhecendo a ausência de objeções ao acordo e determinando o encerramento do caso e o processo baixado com relação à Braskem e partes relacionadas. A alocação dos recursos pagos em virtude do acordo foi homologada pelo tribunal em 13 de dezembro de 2023.

23.4 Ativos contingentes

(a) Empréstimos compulsórios: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”)

O empréstimo compulsório em favor da Eletrobras foi instituído pela Lei 4.156/62, para financiar o setor de energia e se manteve em vigor até 1993. Era cobrado nas próprias contas de energia dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000 kwh e, após sucessivas alterações legislativas, teve sua devolução estendida para 20 anos, acrescida de juros remuneratórios de 6% ao ano, podendo ser antecipada através de conversão dos créditos em ações de emissão da Eletrobras.

Entre os anos de 2001 e 2009, empresas incorporadas pela Braskem S.A. ajuizaram ações buscando a recuperação de valores a título de diferenças de correção monetária sobre o empréstimo compulsório, juros moratórios e remuneratórios e demais verbas acessórias.

Em agosto de 2023, a Braskem S.A. celebrou contrato de cessão no montante de R\$127, sem direito de regresso, de um portfólio de direitos creditórios oriundos de ações judiciais, dentre elas as de sua titularidade que buscavam a devolução de empréstimos compulsórios da Eletrobras, no montante de R\$41.

24 Evento geológico – Alagoas

A Companhia operou, desde sua instalação e posteriormente na qualidade de sucessora da empresa Salgema, poços de extração de sal-gema localizados na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com o objetivo de prover matéria-prima à sua unidade de produção de cloro-soda e dicloreto. Em março de 2018, houve um tremor de terra sentido em determinados bairros de Maceió, onde estão localizados os poços, e foram identificadas rachaduras em edificações e vias públicas dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (“CPRM”) divulgou um relatório, indicando que o fenômeno geológico observado na região estaria relacionado com as atividades de exploração de sal-gema desenvolvidas pela Braskem. Diante destes acontecimentos, em 9 de maio de 2019, a Braskem preventivamente decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloreto.

Desde então, a Companhia tem empreendido seus melhores esforços na compreensão do fenômeno geológico: (i) de possíveis efeitos em superfície e (ii) na análise da estabilidade das cavidades de sal-gema. Os resultados vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (“ANM”) e demais autoridades pertinentes, com quem a Companhia mantém constantes diálogos.

A Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento das suas frentes de lavra de extração de sal-gema em Maceió, com medidas para o fechamento das suas cavidades, e, em 14 de novembro de 2019, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinadas cavidades, como medida de precaução e proteção à segurança das pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (“IFG”) da Alemanha, referência internacional em análise geomecânica de áreas de extração de sal-gema por dissolução, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil de Maceió e demais autoridades.

Como desdobramento do fenômeno geológico verificado, foram conduzidas tratativas com as autoridades públicas e regulatórias que resultaram em Termos de Acordo firmados, sendo os principais:

Notas explicativas da Administração

às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (xii) Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Riscos (“Acordo para Compensação dos Moradores”), firmado com o Ministério Público Estadual (“MPE”), Defensoria Pública Estadual (“DPE”), Ministério Público Federal (“MPF”) e Defensoria Pública da União (“DPU”), homologado judicialmente em 3 de janeiro de 2020, ajustado pelas suas resoluções e aditivos posteriores, que dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco, definidas no Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias da Defesa Civil de Maceió (“Mapa da Defesa Civil”), atualizado em dezembro de 2020 (versão 4), e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) implantado pela Braskem, da população situada nas áreas do Mapa da Defesa Civil, assim como a extinção da Ação Civil Pública (Reparação aos Moradores), conforme detalhado na nota 24.1 (i);
- ii) Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho em Alagoas (“MPT-AL”), assinado em 14 de fevereiro de 2020, no montante de R\$ 40, para implementação de Programa para Recuperação de Negócios e Promoção de Atividades Educacionais aos moradores e trabalhadores dos bairros afetados pelo fenômeno geológico. O programa consiste no apoio à construção de creches e escolas e realização de cursos de capacitação profissional, bem como apoio à Defesa Civil na contratação de pessoal qualificado para a continuidade do processo de monitoramento das áreas de risco dos bairros afetados. Em 3 de março de 2020, com a homologação do acordo pelo juízo, a Ação Civil Pública (Reparação aos Trabalhadores) foi extinta;
- iii) Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental e o Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental, conjuntamente “Acordo para Reparação Socioambiental”, firmado com MPF e interveniência do MPE em 30 de dezembro de 2020, no qual a Companhia se comprometeu, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, assim como a extinção da Ação Civil Pública (Reparação Socioambiental) com relação à Companhia, detalhados na nota 24.1 (iii). Adicionalmente, o Acordo para Reparação Socioambiental prevê a eventual adesão de outros entes ao acordo, o que depende de tratativas específicas com as eventuais partes;
- iv) Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal (“Acordo Flexal”), firmado com MPF, MPE, DPU e Município de Maceió e homologado em 26 de outubro de 2022 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece adoção de ações de requalificação na região do Flexal, pagamento de compensação ao Município de Maceió e indenizações aos moradores desta localidade;
- (xiii) Termo de Acordo Global com o Município de Maceió (“Termo de Acordo Global”) homologado em 21 de julho de 2023 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece, dentre outros: (a) o pagamento de R\$ 1,7 bilhão a título de indenização, compensação e ressarcimento integral em relação a todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial ao Município de Maceió; (b) adesão do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociais (PAS).

A Administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos elaborados, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, apresentam as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	Consolidado Controladora 2022
Saldo no início do exercício	6.627	7.661
Complemento de provisão (*)	2.307	1.520
Pagamentos e reclassificações (**)	(3.826)	(2.743)
Realização do ajuste a valor presente	132	188
Saldo no final do exercício	5.240	6.627
Passivo circulante	2.759	4.248
Passivo não circulante	2.481	2.379
Total	5.240	6.627

(*) Em 2023, inclui: a) o complemento de provisão em R\$ 980 (R\$ 920 líquido de ajuste a valor presente) do Termo de Acordo Global de R\$ 1,7 bilhão divulgado acima, dos quais cerca de R\$ 720 já estavam provisionados. Deste total, R\$700 foram desembolsados em 2023 e R\$1 bilhão (R\$961 líquido de ajuste a valor presente) estão classificados na rubrica outras obrigações; e b) atualização monetária no total de R\$ 114 reportada na rubrica despesa financeira.

(**) Deste montante, R\$2.686 (2022: R\$ 2.532) referem-se a pagamentos efetuados e R\$1.140 (2022: R\$211) reclassificados para o grupo de outras obrigações.

Os valores incluídos na provisão podem ser segregados entre as seguintes frentes de atuação:

(b) Apoio na realocação e compensação: Refere-se as ações de apoio na realocação e compensação dos moradores, comerciantes e proprietários de imóveis localizados no Mapa da Defesa Civil (versão 4) atualizado em dezembro de 2020, inclusive de estabelecimentos que pressupõem providências especiais para sua realocação, tais como hospitais, escolas e equipamentos públicos.

Esta frente de atuação possui saldo de provisão no montante de R\$ 1.353 (2022: R\$ 2.087) compreendendo gastos relacionados a ações como desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças e negociação de acordos individuais para compensação financeira.

(c) Ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos: Com base no resultado de sonares e estudos técnicos, foram definidas ações de estabilização e monitoramento para todas as 35 frentes de lavras existentes. Em 10 de dezembro de 2023, após uma atividade microsísmica atípica, houve o colapso da cavidade 18. Considerando as melhores informações técnicas disponíveis até o momento, há a indicação de que os impactos diretos desta ocorrência estão restritos ao local desta cavidade, dentro da área de resguardo, que está desocupada desde abril de 2020. O evento da cavidade 18 levou à paralisação preventiva das atividades na área de resguardo e entorno, as quais foram retomadas, em fevereiro de 2024, após a liberação do acesso à área pela Defesa Civil de Maceió.

A partir dos resultados preliminares da análise do evento da cavidade 18, a indicação é de que não serão necessárias medidas de preenchimento com areia para esta cavidade. Visando encontrar uma solução definitiva para as 6 cavidades anteriormente previstas para monitoramento por sonar (grupo de monitoramento), a Companhia decidiu que elas deveriam ser preenchidas com areia.

Com base nos avanços do último semestre de 2023 e o evento da cavidade 18, a nova configuração do plano de fechamento das 35 frentes de lavras considera que:

- (i) 13 cavidades possuem a recomendação de preenchimento com areia. Destas, 5 já tiveram o preenchimento concluído, outras 2 estão com as ações de enchimento em andamento. Para as 6 cavidades recém incluídas no grupo de enchimento, as atividades de enchimento estão em planejamento;

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (xiii) 6 cavidades não possuem indicação de medidas adicionais, sendo que 5 cavidades possuem a confirmação do seu status de preenchimento natural e 1 cavidade, a cavidade 18, tem sua avaliação em andamento, com indicação de que não serão necessárias medidas de preenchimento com areia;
- (xiv) 16 cavidades deverão ser tamponadas, técnica que consiste em promover a pressurização da cavidade, sendo que em 9 delas o trabalho de pressurização já foi concluído.

Todas as ações da Companhia são baseadas em estudos técnicos de especialistas contratados, cujas recomendações são apresentadas às autoridades competentes e seguem os prazos pactuados no âmbito do plano de fechamento, que é público e regularmente reavaliado com a ANM. Após os eventos ocorridos neste período, o plano de fechamento das frentes de lavra se encontra em revisão.

O saldo provisionado de R\$ 1.583 (2022: R\$ 1.367) para implementação das ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos foi calculado com base nas técnicas existentes e soluções previstas para as condições atuais das cavidades, incluindo gastos com estudos técnicos e monitoramento, bem como com as ações ambientais já identificadas. O valor da provisão poderá ser alterado com base em novas informações, tais como: resultado do monitoramento das cavidades, avanço da implementação dos planos de fechamento das frentes de lavras, eventuais alterações que possam ser necessárias no plano ambiental, acompanhamento dos resultados das medidas em andamento e outras possíveis alterações naturais. O sistema de monitoramento implementado pela Braskem prevê ações desenvolvidas durante e pós fechamento das frentes de lavras, com foco na segurança e no acompanhamento da estabilidade da região.

Em relação às ações ambientais, em junho de 2022, atendendo ao estabelecido no Acordo para Reparação Socioambiental, a Braskem entregou ao MPF o diagnóstico ambiental contendo a avaliação dos potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da atividade de extração de sal-gema e o plano ambiental com proposições de medidas necessárias. Conforme previsto no acordo, após escolha em conjunto entre as partes, foi definida a empresa especializada para avaliação e acompanhamento da execução do plano ambiental. Em dezembro de 2022, foi protocolado, junto ao MPF, o relatório de segunda opinião sobre o plano. Em fevereiro de 2023, ocorreu a anuência a este plano ambiental, com a incorporação das sugestões realizadas no relatório de segunda opinião. A Braskem iniciou a operacionalização das ações previstas no plano e segue implementando os compromissos e compartilhando os resultados de suas ações com as autoridades, conforme previsto no acordo, que inclui ainda a atualização do diagnóstico ambiental em dezembro de 2025.

Como um dos desdobramentos do evento da cavidade 18, apesar de não ter sido identificada alteração na qualidade da água da lagoa, conforme prevê o Acordo de Reparação Socioambiental, será realizado um aditivo ao atual diagnóstico ambiental por empresa especializada.

(d) **Medidas sociourbanísticas:** Refere-se a ações em atendimento as medidas sociourbanísticas nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental assinado em 30 de dezembro de 2020, com a destinação de R\$ 1.580 para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, e que considera R\$ 300 para indenização por danos sociais e danos morais coletivos e para eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e ações de mobilidade urbana. . Em 30 de junho de 2022, a Companhia protocolou junto ao MPF o relatório de diagnóstico social e respectivo plano de ação social que irá lastrear a definição das medidas a serem adotadas. Até 31 de dezembro de 2023, já haviam sido aprovadas 24 ações. O saldo da provisão é de R\$ 1.369 (2022: R\$ 1.567).

(e) **Medidas adicionais:** Refere-se às ações relacionadas a: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados pela Companhia; (ii) gastos de gestão do evento geológico em Alagoas relacionados a comunicação, conformidade, jurídico, dentre outros; (iii) medidas adicionais de apoio à região e manutenção das áreas, incluindo as ações de requalificação e indenização destinadas para região dos Flexais; e (iv) outros assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizada. O saldo atual das medidas adicionais descritas neste item totaliza R\$ 935 (2022: R\$ 1.604).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões da Companhia são baseadas nas estimativas e premissas atuais e podem sofrer atualizações futuras decorrentes de novos fatos e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a: mudanças no prazo, escopo, método e efetividade dos planos de ação; novas repercussões ou desdobramentos do fenômeno geológico, incluindo eventual revisão do Mapa da Defesa Civil; eventuais estudos que indiquem recomendações de especialistas, inclusive do Comitê de Acompanhamento Técnico, conforme Acordo para Compensação dos Moradores detalhado no item 24.1, e outros novos desenvolvimentos do tema.

As medidas relacionadas aos planos de fechamento das frentes de lavras também estão sujeitas à análise e aprovação da ANM, ao acompanhamento dos resultados das medidas em andamento, bem como a modificações relacionadas à dinamicidade do evento geológico.

O monitoramento contínuo é determinante para confirmar o resultado das recomendações atuais. Nesse sentido, o plano de fechamento das frentes de lavras poderá ser atualizado conforme necessidade de adoção de alternativas técnicas para estabilizar o fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema. Além disso, a avaliação do comportamento futuro das cavidades, monitoradas principalmente por sonar e piezômetros, poderá indicar a necessidade de alguma medida adicional para a sua estabilização.

As ações para reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais, conforme previsão do Acordo para Reparação Socioambiental, foram definidas com base no diagnóstico ambiental realizado por empresa especializada e independente. Ao final de todas as discussões com as autoridades e agências regulatórias, conforme o rito previsto no acordo, foi consensado um plano de ação, que será parte das medidas de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ("PRAD").

O Senado Federal, em 13 de dezembro de 2023, instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI") relacionada ao evento geológico em Alagoas. A Companhia informa que vem acompanhando o tema e seus desdobramentos.

Há aproximadamente quatro anos, tramita sob sigilo, um inquérito conduzido pela Polícia Federal em Alagoas. Em dezembro de 2023, ocorreu uma diligência investigatória de busca e apreensão de documentos realizada no bojo deste inquérito, denominada Operação Lágrimas de Sal. Neste sentido, a Companhia informa que está e sempre esteve à disposição das autoridades e que vem prestando todas as informações relacionadas à exploração de sal-gema no transcorrer do inquérito.

A Companhia tem avançado nas tratativas com entes públicos a respeito de outros pleitos indenizatórios, aprofundando o seu conhecimento quanto aos mesmos. Embora possam ocorrer desembolsos futuros como resultado de tais tratativas, até o momento, a Companhia não consegue prever os resultados e o prazo para sua conclusão, assim como seu eventual escopo e gastos totais associados, além daqueles já provisionados.

Não é possível antecipar todos os novos pleitos, de natureza indenizatória ou naturezas diversas, que poderão ser apresentados por indivíduos ou grupos, inclusive entes públicos ou privados, que entendam ter sofrido impactos e/ou danos de alguma forma relacionados ao fenômeno geológico e à desocupação das áreas de risco, bem como novos autos de infração ou sanções administrativas de naturezas diversas. A Braskem ainda enfrenta e pode enfrentar procedimentos administrativos e diversas ações judiciais, inclusive ações individuais movidas por pessoas físicas ou jurídicas não atendidas pelo PCF ou que discordem da compensação financeira oferecida para liquidação individual, novas demandas coletivas e ações movidas por concessionárias de serviço público, entes da administração direta ou indireta do Estado, dos Municípios ou União, não sendo possível estimar, neste momento, a quantidade de eventuais ações, sua natureza ou valores envolvidos.

Consequentemente, a Companhia não pode descartar futuros desdobramentos relacionados ao evento geológico de Alagoas, ao processo de realocação e ações nas áreas desocupadas e adjacentes, de modo que os custos a serem incorridos pela Braskem poderão ser diferentes de suas estimativas e provisões.

Em fevereiro de 2023, a Companhia firmou termo de quitação com as seguradoras encerrando a regulação do sinistro do evento geológico em Alagoas.

24.1 Principais ações judiciais e contingências em curso

No contexto deste evento, foram propostas as seguintes ações contra a Companhia:

25 Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas: Reparação aos Moradores

Em junho de 2019, a Companhia tomou conhecimento da ACP tendo como pedido o pagamento de indenização por danos causados às edificações e aos moradores em áreas afetadas no bairro do Pinheiro e adjacências, totalizando o valor mínimo de R\$ 6,7 bilhões, com pedido inicial de tutela cautelar para indisponibilidade de ativos financeiros e de bens da Companhia no mesmo valor. Sucessivas ordens de bloqueio alcançaram a constrição judicial de R\$ 3,7 bilhões em ativos em 2019, e o desbloqueio ocorreu em janeiro de 2020. Com a remessa dos autos para a Justiça Federal, o Ministério Público Federal passou a participar do processo.

O primeiro acordo na ACP (Reparação aos Moradores) foi homologado em 3 de janeiro de 2020. O Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco (“Acordo para Compensação dos Moradores”), firmado pela Braskem em conjunto com o MPE, DPE, MPF e DPU (“Autoridades”), dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação implantado pela Braskem, da população situada nas áreas de risco especificadas.

Após atualizações do Mapa da Defesa Civil, foram firmados dois instrumentos jurídicos com as Autoridades, em julho e outubro de 2020, para inclusão de imóveis no PCF.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia e as Autoridades firmaram um segundo aditivo ao Termo de Acordo para Compensação dos Moradores para extinção da ACP, por meio do qual as partes acordaram incluir no PCF a desocupação de propriedades adicionais definidas na atualização do Mapa da Defesa Civil de dezembro de 2020 e nos estudos técnicos especializados e independentes contratados pela Companhia (“Estudos”), referentes a potenciais impactos do evento geológico na superfície da região. O Acordo para Compensação dos Moradores inclui a área atualmente impactada pelo evento geológico, na visão da Defesa Civil, e as áreas com potenciais impactos futuros indicadas nos Estudos.

Para fazer frente às ações acordadas na ACP, a Companhia se comprometeu com o depósito de R\$ 2,7 bilhões em conta corrente, sendo R\$ 1,7 bilhão conforme Acordo para Compensação dos Moradores e R\$ 1 bilhão adicionais conforme o segundo aditivo, com capital de giro mínimo no valor de R\$ 100, cuja movimentação é verificada por empresa de auditoria externa. Em 31 de dezembro de 2023, decorrente dos gastos incorridos relativos ao PCF, o saldo da referida conta corrente corresponde a R\$ 115 registrados no ativo circulante (2022: R\$ 175). Adicionalmente, a Companhia e as Autoridades acordaram: (i) a criação de um grupo técnico (Comitê de Acompanhamento Técnico) com o objetivo de acompanhar o evento geológico e estudar as áreas adjacentes ao Mapa da Defesa Civil pelo prazo de cinco anos; e (ii) a manutenção de seguro-garantia atualmente em R\$ 615 (redução do seguro-garantia de R\$ 2 bilhões previsto no Acordo para Compensação dos Moradores).

Com a homologação judicial do Acordo para Compensação dos Moradores, em 6 de janeiro de 2021, essa Ação Civil Pública foi extinta.

(ii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Ministério Público do Estado de Alagoas: Reparação aos Moradores – Mapa Versão 5

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP proposta pelo MPF, DPU e MPE contra o Município de Maceió e a Braskem, tendo como pedido liminar, em sede de tutela evidência, contra o Município

de Maceió: (i) a divulgação do novo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, Versão 5, e (ii) elaboração de Plano de Ação para endereçamento das questões pertinentes à identificação das vias e equipamentos públicos situados na região. Contra a Braskem, requerem liminarmente: (i) inclusão no PCF da nova área de criticidade 00 (área definida pela Defesa Civil de Maceió com recomendação de realocação) da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil e viabilizar a inclusão facultativa de todos os atingidos cujos imóveis estão localizados na área de criticidade 01 (área definida pela Defesa Civil de Maceió com recomendação de monitoramento) da Versão 5 do Mapa, com a atualização monetária correspondente aos valores praticados pelo PCF; (ii) instituição, sob a faculdade do atingido da área de criticidade 01, de Programa de Reparação do Dano Material provocado pela alegada desvalorização do imóvel, bem como o alegado dano moral sofrido em decorrência da inclusão do imóvel no Mapa; (iii) contratação de empresa independente e especializada para a identificação do alegado dano material dos imóveis na hipótese de decisão do atingido de permanência na área de criticidade 01 da Versão 5 do Mapa da Defesa Civil; e (iv) contratação de assessoria técnica independente e especializada, a fim de dar suporte ao atingido na avaliação dos cenários e tomada de decisão acerca de sua realocação ou permanência na área. No mérito, pedem a confirmação dos pedidos liminares.

Em 30 de novembro de 2023, o juiz proferiu decisão deferindo os pedidos liminares dos autores, em sede de tutela de evidência. Contra esta decisão, a Braskem propôs suspensão de liminar e interpôs agravo de instrumento. Em 22 de janeiro de 2024, no agravo de instrumento, foi proferida decisão determinando "a imediata suspensão da execução provisória determinada pelo juízo de origem", decisão mantida por deliberação colegiada até o julgamento final do agravo de instrumento.

O valor atribuído à causa pelos autores da ação é de R\$ 1 bilhão.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

(iii) Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Alagoas: Reparação socioambiental

Em abril de 2020, a Companhia tomou conhecimento da ACP tendo como pedido a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos socioambientais e outros danos de natureza coletiva, além da adoção de medidas reparatórias e de *compliance* ambiental, com pedido liminar de indisponibilidade de ativos, suspensão de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), constituição de fundo privado próprio no valor inicial de R\$ 3,1 bilhões e oferecimento de garantias no valor de R\$ 20,5 bilhões. O valor da ação era de R\$ 27,6 bilhões.

Em 30 de dezembro de 2020, firmou-se o Acordo para Reparação Socioambiental, tendo a Companhia se comprometido, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, conforme detalhamento abaixo:

a. Para a estabilização das cavidades e monitoramento do solo, a Companhia segue com a implementação das ações dos planos de fechamento das frentes de lavra elaborados pela Braskem e aprovados pela ANM, cujas medidas poderão ser ajustadas até que seja verificada a estabilização do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema.

b. Em relação a potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, a Companhia contratou, em acordo com o MPF, renomada empresa especializada e independente para diagnosticar e recomendar medidas de reparação, mitigação ou compensação dos impactos ambientais eventualmente identificados em decorrência das atividades de extração de sal-gema em Maceió. Em 30 de junho de 2022 e 7 de dezembro de 2022, foram entregues ao MPF, respectivamente, o estudo e o relatório de segunda

opinião sobre o plano ambiental e segue o tramite previsto no acordo para consolidação final das ações a serem adotadas de comum acordo entre a Companhia e o MPF, mas cujo desfecho não é possível prever ou se implicará em valores adicionais aos já reconhecidos na provisão.

c. Em relação aos potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió, destinar o valor certo e não superior a R\$ 1,28 bilhão para adoção de ações e medidas nas áreas desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, sendo que para estas ações e medidas de compensação social a Companhia protocolou junto ao MPF em 30 de junho de 2022 o relatório e respectivo plano de ação social que irá lastrear a definição das medidas a serem adotadas. Destinar, ainda, o montante de R\$ 300 para indenização por danos sociais e danos morais coletivos e para eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e ações de mobilidade urbana.

A Companhia e o Ministério Público Federal concordaram, ainda, com a contratação de consultoria especializada para avaliação do programa de Gestão Socioambiental da Companhia e com a constituição de garantia real sobre determinados bens da Companhia no valor de R\$ 2,8 bilhões em substituição ao seguro-garantia de R\$ 1 bilhão.

Com a homologação judicial do Acordo para Reparação Socioambiental em 6 de janeiro de 2021, a ACP Socioambiental foi extinta em relação à Braskem.

Por fim, nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental, em 21 de janeiro de 2021, foi determinado o arquivamento do Inquérito Civil instaurado em junho de 2020 pelo MPE com o objetivo de: (i) aferir a extensão dos danos urbanísticos causados pelo evento geológico ocorrido em Maceió; (ii) buscar, junto a quem de direito, soluções arquitetônicas, necessárias e adequadas, quanto à destinação, restauração e/ou o aproveitamento dos citados espaços vazios deixados nos bairros impactados; (iii) apurar, se for o caso, possíveis responsabilidades reparatórias pelos danos causados à ordem urbanística.

Em 21 de julho de 2023, foi homologado pela 3ª Vara Federal de Maceió a adesão total do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociais (PAS) e ratificando a adesão já tratada no âmbito do Termo de Adesão Parcial de Mobilidade Urbana.

(iv) Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública da União: Negativa de contratação de seguro no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”)

Em novembro de 2021, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela DPU diante da negativa, por parte das seguradoras dos contratos de financiamento imobiliário vinculados ao SFH, de contratação de seguro habitacional para contratos de aquisição de imóveis localizados em um raio de 1km fora da área de risco definida pela versão 4 do mapa da Defesa Civil, objeto do acordo da ACP dos Moradores – Vide item (i).

Seguradoras vinculadas ao SFH, agentes financeiros, órgão regulador e Braskem figuram como réus. O pedido principal é dirigido apenas às seguradoras, agentes financeiros e órgão regulador, sob o fundamento de que a negativa de cobertura é abusiva, não possui fundamento técnico ou jurídico. Há pedido subsidiário (eventual) de condenação da Braskem ao pagamento de indenização, em valor a ser liquidado futuramente, caso o juízo entenda que a negativa de cobertura tem fundamento em razão do fenômeno da subsidência.

Em 10 de janeiro de 2024, foi proferida sentença condenando parcialmente as seguradoras a: (i) se absterem de aplicar a margem de segurança para além da área de risco definida pela Defesa Civil e praticar preços e aumentos abusivos para evitar a contratação de cobertura securitária para imóveis fora e próximos da área de risco, declarando a nulidade das negativas/declínio de cobertura securitária com base exclusivamente na referida margem de segurança, (ii) convocarem todos os interessados para reavaliação do pleito de seguro habitacional. Não houve condenação da Braskem, desta decisão cabe recurso.

Não é possível estimar o valor de eventual indenização, que dependerá da demonstração dos danos suportados por parte de pessoas que tiveram a contratação do seguro negada.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

(v) Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública Estadual de Alagoas: Revisão de termos do Acordo Flexal

Em março de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela DPE contra a Companhia, União, Estado de Alagoas e Município de Maceió buscando, dentre outros pedidos, a revisão de termos do Acordo Flexal celebrado entre a Companhia, MPF, MPE, DPU e Município de Maceió, cuja homologação judicial ocorreu em 26 de outubro de 2022, perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas.

Por meio desta ação, a DPE busca, dentre outros pleitos, a inclusão dos moradores dos Flexais que assim optarem no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) criado no âmbito do acordo na ACP (Reparação aos Moradores), com a conseqüente realocação destes moradores e sua compensação por danos morais e materiais em parâmetros especificados na ação.

Em caráter liminar, foi requerido pela DPE que o Município de Maceió e a Braskem iniciassem o cadastro de todos os moradores que optassem ser realocados e sua concomitante inclusão no PCF, ou, subsidiariamente, que fosse determinado o bloqueio, em desfavor da Braskem, do valor de R\$ 1,7 bilhão, para garantir indenização pelos danos morais e materiais aos moradores dos Flexais. Estes pedidos liminares foram indeferidos pelos juízos de primeira e segunda instâncias. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa ação representa R\$ 1,95 bilhão.

Em 19 de janeiro de 2024, foi proferida sentença, ainda passível de recurso pelas partes, julgando parcialmente procedentes os pedidos da DPE. O juiz determinou:

(i) Julgar improcedente o pedido de anulação das cláusulas do Acordo Flexal, declarando, contudo, que a quitação prevista no acordo deve ser interpretada como quitação até a data de celebração da avença, e não abrange danos materiais relacionados aos imóveis e sua desvalorização;

(ii) Julgar improcedente pedido de pagamento de dano moral coletivo;

(iii) Julgar procedente o pagamento de dano moral sofrido enquanto perdurarem os efeitos do ilhamento social. A sentença validou os parâmetros do programa previstos no Acordo Flexal, porém entendeu que os valores já pagos no programa correspondem ao período entre outubro de 2020 e a data da celebração do Acordo Flexal, devendo os pagamentos se estenderem até a efetiva requalificação da região dos Flexais;

(iv) Julgar procedente o pedido de indenização por danos materiais decorrentes de desvalorização imobiliária a ser apurado em fase de cumprimento de sentença;

(v) Determinar o desdobramento da ação para julgar o pedido de realocação dos moradores, dentre outros.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

(vi) Ação Civil Pública ajuizada pela Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas (“FEPEAL”) e pela Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (“CNPA”): Reparação aos Pescadores

Em agosto de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP ajuizada pela FEPEAL e pela CNPA (em conjunto “Associações”) contra a Companhia, buscando reparação por danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes) e morais individuais homogêneos e coletivos para as Associações e cada um dos alegados 8.493 pescadores supostamente afetados e representados pelas Associações.

Em caráter liminar, foi requerido, dentre outros pleitos, que a Companhia provisione valores suficientes a garantir a indenização dos pescadores abarcados pela ACP, e também emita comunicado de fato relevante aos acionistas, pedidos que foram indeferidos pelo Juízo.

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre outros pedidos, as Associações pleiteiam o pagamento de: (i) indenização pelos (a) danos morais individuais e homogêneos suportados no montante de R\$ 50 mil, e (b) danos materiais na modalidade de lucros cessantes individuais e homogêneos no valor de R\$ 132 mil, em ambos os casos para cada um dos alegados pescadores supostamente afetados; (ii) indenização pelos danos morais coletivos para as Associações no montante de R\$ 100 mil; (iii) indenização pelos danos materiais coletivos para as Associações no valor de R\$ 750 mil; e (iv) honorários de sucumbência no valor de 20% do valor da condenação.

Em 31 de dezembro de 2023, os pedidos formulados pelos autores perfazem o montante de R\$ 1,93 bilhão e a Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda no valor de R\$ 1,61 bilhão como possível e R\$ 321 como remoto.

(vii) Ação Civil Pública ajuizada pela Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas (“FEPEAL”): Auxílio aos Pescadores

Em 13 de dezembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ACP, com pedido de tutela de urgência, ajuizada pela FEPEAL, tendo como pedido o pagamento de auxílio emergencial aos pescadores que atuam na Lagoa Mundaú, no valor de R\$ 1.946,75 por mês, enquanto perdurar a proibição de navegação em trecho da Lagoa, imposta pela Portaria 77/ Capitania dos Portos de Alagoas (“CPAL”).

Como resultado das tratativas entre as partes da ACP e outras instituições, iniciadas em dezembro de 2023, para celebração de um acordo sobre o tema, em 07 de fevereiro de 2024 foi homologado o Termo de Acordo entre a Braskem, a FEPEAL, CNPA e a DPU, para o pagamento de indenização a pescadores e marisqueiros afetados temporariamente pela restrição do tráfego de embarcações na Lagoa Mundaú, em perímetro delimitado pela Capitania dos Portos de Alagoas, por questões de segurança. O acordo prevê o pagamento pela Braskem do equivalente a três salários-mínimos para até 1870 profissionais que possuem registro no Ministério da Pesca e Agricultura (“MPA”) e atuação comprovada na região. A sentença homologatória pôs fim à referida ACP, extinguindo o feito com exame do mérito.

(viii) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (“ADPF”) ajuizada pelo Governador do Estado de Alagoas

Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ADPF apresentada pelo Governador do Estado de Alagoas perante o Supremo Tribunal Federal, em face de algumas cláusulas dos acordos celebrados extrajudicialmente e homologados nos autos dos processos nº 0803836-61.2019.4.05.8000 (ACP Reparação dos Moradores), 0806577-74.2019.4.05.8000 (ACP Reparação Socioambiental) e 0812904-30.2022.4.05.8000 (Acordo Flexal), que tratam de quitação à Companhia, bem como aquisição e exploração das propriedades desocupadas.

Em 18 de dezembro de 2023 a Braskem apresentou manifestação requerendo que seja negado seguimento à ADPF. Em 10 de janeiro de 2024, a relatora determinou a oitiva da Companhia, Município de Maceió/AL, Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas, Defensoria Pública de Alagoas e Defensoria Pública da União e manifestação da Advocacia-Geral da União e Procuradoria-Geral da República.

Não há valor atribuído à causa. A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

(ix) Ação Indenizatória: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (“CBTU”)

Em 2 de fevereiro de 2021, a Companhia teve ciência do ajuizamento de ação pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos, formulando, inicialmente, apenas pedido liminar para manutenção dos termos de cooperação anteriormente firmados pelas partes. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância, diante do adimplemento das obrigações assumidas pela Braskem. Em 24 de fevereiro de 2021, a CBTU apresentou aditamento à petição inicial, requerendo o pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 222 e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

morais no valor de R\$ 0,5, bem como a imposição de obrigações de fazer, inclusive a construção de uma nova linha férrea para substituir o trecho que passava pela área de risco.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado dessa ação é de R\$ 1,46 bilhão (2022: R\$ 1,43 bilhão). A Braskem celebrou memorando de entendimentos com a CBTU para buscar uma solução consensual e a suspensão da ação judicial durante o período de negociação, e tem avançado no entendimento técnico sobre o tema. Em decorrência de petição conjunta das partes, a ação judicial foi suspensa até junho de 2024.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

(x) Ação Indenizatória: Imóvel Bairro Pinheiro

Em julho de 2019, a Companhia tomou conhecimento da ação indenizatória ajuizada pela Construtora Humberto Lobo (em recuperação judicial), alegando haver suportado danos e lucros cessantes em razão de compromisso de compra e venda de um terreno da Braskem no Bairro do Pinheiro. Referido contrato foi rescindido pela Braskem por falta de pagamento pela Construtora. Apesar disso, a Construtora alega que a Braskem teria ocultado a informação da existência de problemas estruturais em poços de extração de sal-gema desativados, localizados no terreno em questão. Em 05 de julho de 2023, foi proferida sentença favorável à Braskem, que não reconheceu a existência dos alegados lucros cessantes pleiteados nem os alegados danos à imagem da construtora, determinando tão somente a devolução do valor de R\$ 3, pela Braskem à autora, acrescido de correção monetária, que deverão ser abatidos dos valores já recebidos pela Humberto Lobo ao longo do processo. A ação judicial segue em curso, e a Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa ação representa R\$ 0,5 (2022: R\$ 306).

(xi) Ação indenizatória: Estado de Alagoas

Em março de 2023, a Companhia tomou conhecimento da ação ajuizada pelo Estado de Alagoas, pleiteando a reparação por alegados danos sofridos decorrentes, dentre outros, de perda de imóveis dentro da área de risco definida pela Defesa Civil, supostos investimentos iniciados pelo Estado de Alagoas e que teriam sido inutilizados em decorrência da desocupação da área de risco e suposta perda de receita tributária, com pedido para que tais danos sejam apurados por perícia judicial.

Em 10 de outubro de 2023, foi proferida sentença pelo juízo de 1º grau, em julgamento antecipado do mérito, condenando a Braskem ao ressarcimento dos investimentos realizados, equipamentos públicos e perdas de arrecadação tributária na forma requerida pelo Estado de Alagoas. Os valores de indenização deverão ser calculados em fase de liquidação de sentença. A Companhia apresentou recurso contra esta decisão. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa ação representa R\$ 1,42 bilhão. Há neste processo seguro garantia apresentado pela Companhia no valor de R\$ 1,42 bilhão. A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

(xii) Outras ações individuais: Indenizações relacionadas aos impactos da subsidência e a desocupação das áreas afetadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Braskem havia sido citada e figurava como ré em diversas outras ações, que, conjuntamente, envolvem o valor de R\$ 1,42 bilhão (2022: R\$ 1 bilhão), movidas no Brasil e no exterior, que buscam o pagamento de indenizações direta ou indiretamente relacionadas ao evento geológico em Maceió.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda das ações individuais, que totalizam o valor acima citado, como possível.

(xiii) Processo Administrativo: Auto de infração Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (“IMA”)

Em 4 de dezembro de 2023, a Companhia foi autuada em R\$ 70 pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas por alegada degradação ambiental decorrente do deslocamento do solo na região de fechamento da frente de lavra no município de Maceió. Considerando que no ano de 2019 a Companhia já havia sido penalizada pelo mesmo fato e fundamento jurídico, foi apresentada defesa ao auto de infração por bis in idem. O auto de infração original, de 2019, foi encerrado com assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), em 23 de dezembro de 2023.

A Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

25 Benefícios a integrantes

a. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O valor reconhecido no resultado do exercício foi:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Assistência médica	272	244	177	157
Previdência privada	118	128	63	77
Transporte coletivo	91	86	76	73
Alimentação	70	63	49	47
Seguro de vida	12	10	5	5
Treinamento	22	27	9	13
Outros	26	16	1	1
	611	574	380	373

b. Plano de incentivo de longo prazo (“ILP”)

Em 21 de março de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas o Plano de Incentivo de Longo Prazo através da outorga de Ações Restritas (“Plano ILP”), que visa uma maior convergência de interesses entre acionistas e executivos (participantes), assim como, a retenção destes na Companhia.

A outorga está condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos participantes em ações emitidas pela Companhia (*tickers* BRKM5 ou BAK). Para a aquisição do direito, no período de carência de 3 anos (*vesting period*), os participantes devem permanecer continuamente vinculados à Companhia e manter ininterruptamente as ações adquiridas sob sua propriedade.

Quando satisfeitas as condições de aquisição de direito, a Companhia transfere aos participantes a quantidade de ações restritas a que façam jus, sendo aquelas ações mantidas em tesouraria ou adquiridas via programa de recompra.

Na impossibilidade de transferência, a Companhia paga aos participantes, em caixa, o montante equivalente às ações outorgadas ao preço da ação negociado em bolsa de valores no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

O valor justo das ações na data de outorga é reconhecido linearmente como despesas de pessoal durante o período de carência, devendo refletir o número esperado de ações que atenderá as condições de aquisição do direito, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que efetivamente atendam às condições na data de aquisição do direito (*vesting date*).

A forma de liquidação do Plano ILP determina a contrapartida das despesas, sendo reconhecida no patrimônio líquido para pagamento em ações e no passivo para pagamento em caixa, sendo o passivo remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no preço da *American Depositary Receipt*. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas de pessoal.

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os programas listados abaixo foram aprovados pelo Conselho de Administração nos termos e condições do Plano ILP, incluindo a lista de pessoas elegíveis, o prazo para aquisição de ações próprias pelos participantes e a quantidade de ações restritas a ser entregue aos participantes como contrapartida a cada ação própria adquirida.

Plano	Data da Outorga	Término da Carência	Forma de Liquidação	Qtde. Outorgadas	(-) Canceladas	(-) Exercidas	Qtde. em 31/12/2022	(+) Outorgadas	(-) Canceladas	(-) Exercidas	Qtde. em 31/12/2023	Valor justo da ação*
Plano 2020	01/04/20	01/04/23	ações	1.007.883	(72.743)	(2.373)	932.767		(5.683)	(927.084)		
Plano 2020	01/04/20	01/04/23	caixa	314.333	(47.943)		266.390		(4.887)	(261.503)		
Plano 2021	10/05/21	10/05/24	ações	557.888	(9.598)		548.290		(31.751)		516.539	R\$ 51,39
Plano 2021	10/05/21	10/05/24	caixa	144.779			144.779		(3.879)		140.900	USD 9,67
Plano 2022	17/05/22	17/05/25	ações	537.870			537.870		(32.462)		505.408	R\$ 44,15
Plano 2022	17/05/22	17/05/25	caixa	132.902			132.902		(1.115)		131.787	USD 9,67
Plano 2023	06/09/23	06/09/26	ações					931.050			931.050	R\$23,02
Plano 2023	06/09/23	06/09/26	caixa					213.400	(5.080)	(114)	208.206	USD 7,16

(*) Valores em unidades monetárias.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no patrimônio líquido é R\$ 37 (2022: R\$ 39).

c. Benefícios Pós-emprego

• **Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

• **Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

• **Planos de saúde**

A obrigação líquida da Companhia em relação a plano de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado. Esse valor é descontado para determinar seu valor presente e remensurações são reconhecidas no resultado do período.

O cálculo da obrigação com plano de saúde considera, principalmente, o histórico do fator de envelhecimento e sinistro da Companhia, Inflação de custos médicos e novas tecnologias.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Saldos patrimoniais

	Consolidado	
	2023	2022
Benefícios definidos		
Novamont Braskem America	57	58
Plano Braskem Idesa	30	23
Plano Braskem Alemanha e Holanda	165	148
	<u>252</u>	<u>229</u>
Plano de saúde (i)	<u>368</u>	<u>322</u>
Obrigações dos planos	<u>620</u>	<u>551</u>
Valor justo dos ativos dos planos	(53)	(57)
Saldo líquido no balanço patrimonial consolidado (passivo não circulante)	<u>567</u>	<u>494</u>

- (ii) De acordo com a legislação vigente no Brasil, o tipo de plano de saúde proporcionado pela Braskem, chamado plano contributivo, assegura ao integrante que se aposenta ou que é desligado sem justa causa o direito de permanecer no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral do plano (parte empresa e parte integrante).

(c) Movimentação das obrigações e do valor justo

	2023			Consolidado 2022		
	Plano de saúde	Planos de Benefício	Total	Plano de saúde	Planos de Benefício	Total
Saldo no início do exercício	322	229	551	245	363	608
Custo do serviço corrente	5	8	13	5	13	18
Custo financeiro	29	13	42	20	7	27
Benefícios pagos	(15)	(6)	(21)	(13)	(34)	(47)
Perdas (ganhos) atuariais	27		27	65	(83)	(18)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		8	8		(37)	(37)
Saldo no final do exercício	<u>368</u>	<u>252</u>	<u>620</u>	<u>322</u>	<u>229</u>	<u>551</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do valor justo dos ativos é representado pelos ativos do plano de benefício definido Novamont, cuja hierarquia de valor justo é de nível 1.

(d) Premissas atuariais

	2023					2022				
	Plano de saúde	Novamont Braskem América	Plano Braskem Idesa	Alemanha	Holanda	Plano de saúde	Novamont Braskem América	Plano Braskem Idesa	Alemanha	Holanda
Taxa de desconto	5,35	5,20	10,50	3,60	4,15	5,97	5,10	8,00	1,20	3,60
Taxa de inflação	3,00	n/a	3,50	2,00	2,00	3,00	n/a	4,00	2,00	2,00
Aumentos salariais futuros	n/a	n/a	4,50	3,25	3,25	n/a	n/a	5,00	3,00	3,25
Aumentos de planos de pensão futuros	n/a	n/a	n/a	2,25	2,25	n/a	n/a	n/a	1,75	2,25
Fator de envelhecimento	2,50	n/a	n/a	n/a	n/a	2,50	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação Médica	3,25	n/a	n/a	n/a	n/a	3,50	n/a	n/a	n/a	n/a
Duração	12,1	n/a	n/a	n/a	n/a	12,83	n/a	n/a	n/a	n/a

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade

	Impacto na obrigação do benefício definido														
	Mudança na premissa					Aumento na premissa					Diminuição na premissa				
	Plano de saúde	Novamont Braskem América	Plano Braskem Idesa	Alemanha	Holanda	Plano de saúde	Novamont Braskem América	Plano Braskem Idesa	Alemanha	Holanda	Plano de saúde	Novamont Braskem América	Plano Braskem Idesa	Alemanha	Holanda
Taxa de desconto	1,0%	1,0%	1,0%	0,25%	0,25%	38	(2)	2	(6)		47	9	2	7	4
Aumentos de planos de pensão futuros	1,0%	n/a	n/a	0,25%	0,25%	(9)	n/a	n/a	5		9	n/a	n/a	(5)	
Expectativa de vida	1,0%	n/a	n/a	1 ano	1 ano	49	n/a	n/a	4		(40)	n/a	n/a	(4)	
Taxa de mortalidade	n/a	10,0%	n/a	n/a	n/a	n/a	1	n/a	n/a	n/a	n/a	5	n/a	n/a	n/a

(a) Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 8.043, representado por 797.207.834 ações sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Comum		Preferenciais classe A		Preferenciais classe B		Quantidade de ações	
	Ordinárias	%		%		%	Total	%
Novonor	226.334.623	50,11	79.182.498	22,95			305.517.121	38,32
Petrobras	212.426.952	47,03	75.761.739	21,96			288.188.691	36,15
ADR (i)			62.466.606	18,10			62.466.606	7,84
Outros	12.907.077	2,86	127.649.522	36,99	478.790	100,00	141.035.389	17,69
Total	451.668.652	100,00	345.060.365	100,00	478.790	100,00	797.207.807	100,00
Ações em tesouraria			27				27	
Total	451.668.652	100,00	345.060.392	100,00	478.790	100,00	797.207.834	100,00
Autorizadas	535.661.731		616.682.421		593.818		1.152.937.970	

(i) American Depository Receipt ("ADR"), negociados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (EUA).

A movimentação de ações no exercício foi como segue:

	Nota	Quantidade de ações		
		2022	Movimentação	2023
Ações em circulação				
Ordinárias		451.668.652		451.668.652
Preferenciais classe A	26,2	344.394.984	665.381	345.060.365
Preferenciais classe B		478.790		478.790
		796.542.426	665.381	797.207.807
Ações em tesouraria				
Preferenciais classe A	26,2	665.408	(665.381)	27
Total		797.207.834		797.207.834

b. Direito de ações

As ações preferenciais não concedem direito a voto, mas asseguram, em cada exercício, um dividendo prioritário, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição. O valor unitário das ações será obtido através da divisão do capital social pelo total das ações em circulação. Assim como as ações ordinárias, somente as ações preferenciais classe "A" terão participação igual às ações ordinárias no lucro remanescente excedente ao dividendo mínimo obrigatório de 6%, e estas somente terão direito ao dividendo após o pagamento do dividendo prioritário às ações preferenciais. Somente as ações preferenciais classe "A" têm, ainda, assegurada a igualdade de condições às ações ordinárias na distribuição de ações

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

resultantes de capitalização de outras reservas. As ações preferenciais classe “A” poderão ser convertidas em ações ordinárias mediante deliberação da maioria do capital votante presente em Assembleia Geral. As ações preferenciais classe “B” podem ser convertidas em ações preferenciais classe “A”, a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe “B” para cada ação preferencial classe “A”, mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

Em 2023, foram entregues 665.381 ações, que estavam em tesouraria, como forma de pagamento aos integrantes do Programa ILP 2020. Em 2022, para pagamento do Programa ILP 2019 foram entregues 236.758 ações.

c. Reservas de capital

Nesta reserva está registrada parte do valor das ações emitidas em diversos aumentos de capital da Controladora. Essa reserva pode ser utilizada para absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações e incorporação ao capital social.

d. Reservas de lucros**(i) Reserva legal**

Pela legislação societária brasileira, deve ser destinado 5% do lucro líquido anual para essa reserva, até que ela seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

(j) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais (vide nota 30). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos com posterior recomposição ou aumento de capital.

(k) Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício podem ser destinadas a reservas ou retidas com base em orçamento de capital. Lucros não destinados dessa forma devem ser distribuídos aos acionistas como dividendos. Em 2023, essa reserva foi utilizada para absorção do prejuízo do exercício (Nota 27.6).

e. Prejuízos acumulados

O prejuízo do exercício de 2023 foi parcialmente absorvido como segue:

	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício dos acionistas da Companhia	(4.579)
Valores lançados diretamente à conta de Lucros acumulados:	
Realização do custo atribuído na controladora, líquido de impostos	<u>15</u>
	<u>(4.564)</u>
Absorção de prejuízo com utilização de reserva de lucros:	
Reservas de lucros	<u>1.826</u>
Prejuízos acumulados	<u>(2.738)</u>

(b) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no estatuto social da Companhia, conforme descrito na Nota 26.2, especialmente no que se refere ao direito limitado das ações preferenciais classe "B". O cálculo do resultado diluído é feito com base na média ponderada das ações preferenciais classe "A" em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações preferenciais em tesouraria que causariam a diluição.

As ações preferenciais classe "A" participam nos dividendos com as ações ordinárias depois que o dividendo prioritário tiver sido atribuído, de acordo com fórmula prevista no estatuto social da Companhia, conforme descrito na Nota 26.2 e não há um limite superior na extensão da sua participação.

A tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Básico e diluído</u>	<u>Básico e diluído</u>
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(4.579)	(336)
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Ações ordinárias	(2.595)	(191)
Ações preferenciais classe "A"	(1.981)	(145)
Ações preferenciais classe "B"	(3)	
	<u>(4.579)</u>	<u>(336)</u>
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Ações ordinárias	451.668.652	451.668.652
Ações preferenciais classe "A"	344.796.036	344.329.470
Ações preferenciais classe "B"	478.790	478.790
	<u>796.943.478</u>	<u>796.476.912</u>
Resultado por ação (em R\$)		
Ações ordinárias	(5,7458)	(0,4215)
Ações preferenciais classe "A"	(5,7458)	(0,4215)
Ações preferenciais classe "B"	(5,7458)	(0,4215)

Ponderação de ações

	2023	
	Básico	Ações preferenciais Classe "A"
	Ações em circulação	Média ponderada
Quantidade no início do exercício	344.394.984	344.394.984
Ações em tesouraria - pagamento ILP	665.381	401.052
Quantidade no final do exercício	345.060.365	344.796.036
	2022	
	Básico	Ações preferenciais Classe "A"
	Ações em circulação	Média ponderada
Quantidade no início do exercício	344.158.226	344.158.226
Ações em tesouraria - pagamento ILP	236.758	171.244
Quantidade no final do exercício	344.394.984	344.329.470

(c) Receita líquida de vendas e serviços

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas e serviços				
No Brasil	50.902	71.191	50.380	70.992
No exterior	30.736	40.526	9.175	12.062
	<u>81.638</u>	<u>111.717</u>	<u>59.555</u>	<u>83.054</u>
Deduções de vendas e serviços				
Tributos				
no Brasil	(10.740)	(14.789)	(10.655)	(14.758)
no exterior	(29)	(67)		
Devoluções de vendas				
no Brasil	(165)	(185)	(161)	(185)
no exterior	(135)	(157)	(92)	(20)
	<u>(11.069)</u>	<u>(15.198)</u>	<u>(10.908)</u>	<u>(14.963)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>70.569</u>	<u>96.519</u>	<u>48.647</u>	<u>68.091</u>

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens.

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023**

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações de desempenho são satisfeitas em momento específico no tempo. A Companhia não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores.

O momento específico no tempo em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance transferindo o bem ou prestando o serviço para o cliente é determinado da seguinte forma:

- (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente quando a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos quando os produtos são entregues à transportadora do cliente; e
- (iii) para os contratos cuja entrega do produto envolve o uso de tubovias, especialmente os insumos básicos, os riscos e benefícios são transferidos imediatamente após os medidores oficiais da Companhia, que é o ponto de entrega dos produtos e transferência de suas propriedades.

(a) Receita líquida de vendas por país

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Brasil	39.997	56.217
EUA	12.429	18.086
México	3.329	4.469
Cingapura	1.618	756
Suíça	1.197	1.493
Alemanha	1.121	1.695
Países Baixos	1.061	817
Argentina	1.039	2.093
China	859	173
Chile	755	871
Itália	729	1.095
Peru	676	740
Espanha	634	547
Luxemburgo	574	756
Japão	554	724
Outros	3.997	5.987
	<u>70.569</u>	<u>96.519</u>

(b) Receita líquida por produto

	Consolidado	
	2023	2022
Polietileno/Polipropileno	44.295	61.145
Benzeno/Tolueno/Xileno	4.435	7.280
Éter Etil Terciário-Butílico /Gasolina	5.863	5.723
Eteno/Propeno	4.309	5.819
Policloreto de vinila /Soda Cáustica	3.721	5.711
Butadieno	1.211	3.028
Cumeno	1.126	1.425
Nafta, condensado e outras revendas	1.046	422
Solventes	638	1.522
Outros	3.925	4.444
	70.569	96.519

(c) Concentração de vendas

A Companhia não possui receitas provenientes de transações com um único cliente que sejam iguais ou superiores a 10% de sua receita líquida total. Em 2023, as receitas mais representativas provenientes de um único cliente equivalem a aproximadamente 2,1% das receitas líquidas totais da Companhia e ocorreram na comercialização de resinas.

(d) Incentivos fiscais

(a) SUDENE - IR

Desde 2015, foi obtido o deferimento dos pleitos de redução de 75% do IRPJ e adicionais devidos sobre o lucro proveniente das seguintes unidades industriais: (i) PVC e Cloro-Soda, instaladas no Estado de Alagoas; e (ii) unidade de Químicos, de PE, PVC e Cloro-Soda, instaladas em Camaçari, Bahia. O incentivo fiscal concedido pela Secretária de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") é calculado com base no Lucro da Exploração da atividade incentivada, tendo como prazo de fruição o período de 10 anos.

Em 2023, a Companhia apurou prejuízo fiscal, por este motivo não houve aproveitamento do benefício fiscal.

(b) PRODESIN - ICMS

Desde 2010 a Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Estado de Alagoas por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas ("PRODESIN") que objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado. No exercício de 2023, o montante apurado foi de R\$ 58 (2022: R\$ 87).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Despesas por natureza e função

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Classificadas por natureza:				
Matéria-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(54.602)	(73.182)	(41.708)	(56.227)
Gastos com pessoal	(3.599)	(3.223)	(2.244)	(2.142)
Serviços de terceiros	(3.094)	(3.412)	(2.326)	(2.257)
Depreciação e amortização	(5.206)	(4.733)	(3.524)	(3.161)
Fretes	(4.134)	(4.035)	(1.542)	(1.543)
Ociosidade de plantas industriais	(503)	(414)	(398)	(307)
Evento geológico Alagoas (Nota 24)	(2.193)	(1.520)	(2.193)	(1.520)
Demais receitas (i)	1.769	507	1.599	306
Outros gastos	(1.806)	(2.270)	(1.009)	(1.576)
Total	(73.368)	(92.282)	(53.345)	(68.427)
Classificadas por função:				
Custo dos produtos vendidos	(67.548)	(85.161)	(49.247)	(63.274)
Com vendas e distribuição	(1.916)	(2.108)	(1.039)	(1.198)
(Redução) reversão ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	(83)	(38)	(90)	(6)
Gerais e administrativas	(2.472)	(2.764)	(1.689)	(1.792)
Pesquisa e desenvolvimento	(383)	(374)	(196)	(204)
Outras receitas (i)	1.769	507	1.599	306
Outras despesas (ii)	(2.735)	(2.344)	(2.683)	(2.259)
Total	(73.368)	(92.282)	(53.345)	(68.427)

(i) Em 2023, refere-se, principalmente, a termo de quitação de sinistro firmado com seguradoras e ao trânsito em julgado da ação de inconstitucionalidade da majoração da alíquota de PIS e da COFINS incidente sobre as operações com venda de gasolina e óleo diesel.

(ii) Refere-se, principalmente, às despesas incorridas com o evento geológico em Alagoas.

(f) Resultado financeiro

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das subsidiárias da Companhia pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado financeiro, exceto se o passivo estiver em uma relação de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Receitas de juros	1.469	1.050	1.061	893
Atualização de créditos tributários	51	16	37	4
Outras	158	308	202	168
	1.678	1.374	1.300	1.065
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(3.780)	(3.125)	(3.882)	(3.240)
Atualização de passivos tributários	(107)	(266)	(82)	(224)
Descontos concedidos	(14)	(129)	(10)	(123)
Custos de transação	(189)	(261)	(17)	(14)
Ajuste a valor presente	(616)	(581)	(756)	(525)
Despesa de juros de arrendamentos	(281)	(203)	(193)	(140)
Outras	(602)	(501)	(376)	(248)
	(5.589)	(5.066)	(5.316)	(4.514)
Resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais de ativos financeiros	(751)	(522)	(100)	(267)
Variações cambiais de passivos financeiros	1.351	(50)	215	(369)
Ganhos com derivativos	83	636	72	180
Perdas com derivativos	(172)	(597)	(97)	(169)
	511	(533)	90	(625)
Total	(3.400)	(4.225)	(3.926)	(4.074)

Os efeitos de variação cambial sobre as transações da Companhia decorrem, principalmente, da variação nas taxas das seguintes moedas:

	Taxa final			Taxa média do exercício findo em		
	2023	2022	Variação	2023	2022	Variação
Dólar - Real	4,8413	5,2177	-7,21%	4,9953	5,1655	-3,29%
Euro - Real	5,3516	5,5694	-3,91%	5,4023	5,4420	-0,73%
Peso mexicano - Real	0,2856	0,2667	7,09%	0,2816	0,2569	9,61%
Dólar - Peso mexicano	16,9596	19,5720	-13,35%	17,7913	20,1249	-11,60%
Dólar - Euro	0,9046	0,9416	-3,93%	0,9246	0,9510	-2,77%

(g) Informações por segmentos

A estrutura organizacional da Companhia é formada pelos seguintes segmentos:

- **Brasil:** inclui (i) produção e venda de químicos no Polo Petroquímico de Camaçari, Bahia, Polo Petroquímico de Triunfo, Rio Grande do Sul, Polo Petroquímico de Capuava, São Paulo e Polo Petroquímico de Duque de Caxias, Rio de Janeiro; (ii) fornecimento de eletricidade e outros insumos produzidos nesses complexos para produtores de segunda geração localizados nos polos petroquímicos; (iii) produção e venda de PE, incluindo a produção de PE verde a partir de fontes renováveis, e PP; e (iv) produção e venda de PVC e soda cáustica.
- **Estados Unidos e Europa:** compreende as atividades relacionadas à produção e venda de PP nos Estados Unidos e na Europa, através das controladas Braskem America e Braskem Alemanha, respectivamente.
- **México:** compreende atividades relacionadas à produção e venda de PE, no México através da controlada Braskem Idesa.
- **Outros segmentos:** compreende substancialmente as atividades da Cetrel.

(a) Apresentação, mensuração e reconciliação dos resultados

As informações por segmento são geradas a partir dos registros contábeis que estão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os segmentos operacionais são avaliados pelo resultado operacional.

A linha de eliminações e reclassificações é representada, principalmente, por compra e venda entre os segmentos reportáveis da Companhia.

Os itens não alocados diretamente aos segmentos reportáveis são apresentados como Unidade Corporativa para serem reconciliados com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resultado por segmento

							2023
	Receita líquida de vendas e serviços	Custo dos produtos vendidos	Lucro bruto	Despesas operacionais			Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos
				Com vendas gerais e administrativas	Resultado com participações societárias	Outras receitas (despesas) líquidas	
Segmentos reportáveis							
Brasil	49.512	(48.159)	1.353	(1.781)		(1.443)	(1.871)
Estados Unidos e Europa	17.507	(16.127)	1.380	(802)		309	887
México	4.449	(4.366)	83	(615)		195	(337)
Total	71.468	(68.652)	2.816	(3.198)		(939)	(1.321)
Outros segmentos	782	(501)	281	137	7	8	433
Unidade corporativa				(2.033)		458	(1.575)
Braskem Consolidado antes das eliminações e reclassificações	72.250	(69.153)	3.097	(5.094)	7	(473)	(2.463)
Eliminações e reclassificações	(1.681)	1.605	(76)	240		(493)	(329)
Total	70.569	(67.548)	3.021	(4.854)	7	(966)	(2.792)

							2022
	Receita líquida de vendas e serviços	Custo dos produtos vendidos	Lucro bruto	Despesas operacionais			Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos
				Com vendas gerais e administrativas	Resultado com participações societárias	Outras receitas (despesas) líquidas	
Segmentos reportáveis							
Brasil	69.080	(63.196)	5.884	(1.853)		(1.889)	2.142
Estados Unidos e Europa	23.421	(19.986)	3.435	(838)		57	2.653
México	5.834	(5.070)	764	(452)		(33)	280
Total	98.335	(88.252)	10.083	(3.143)		(1.865)	5.075
Outros segmentos	403	(262)	140	83	35	5	263
Unidade corporativa				(2.197)		19	(2.177)
Braskem Consolidado antes das eliminações e reclassificações	98.738	(88.514)	10.223	(5.257)	35	(1.841)	3.161
Eliminações e reclassificações	(2.219)	3.353	1.135	(27)		4	1.111
Total	96.519	(85.161)	11.358	(5.284)	35	(1.837)	4.272

(c) Ativos por segmento

						Consolidado 2023
Segmentos operacionais e reportáveis	Investimentos	Imobilizado	Intangível	Direito de uso de ativos		
				Direito de uso de ativos	Outros ativos (i)	
Brasil	108	17.279	2.658	2.175	1.651	
Estados Unidos e Europa	57	6.359	131	1.234	141	
México		14.357	304	409	297	
Valores não alocados		410	15	2	60	
Total	165	38.405	3.108	3.820	2.149	

						Consolidado 2022
Segmentos operacionais e reportáveis	Investimentos	Imobilizado	Intangível	Direito de uso de ativos		
				Direito de uso de ativos	Outros ativos (i)	
Brasil	86	16.868	2.561	2.225	1.755	
Estados Unidos e Europa	63	7.114	159	1.324	118	
México		13.443	292	403	290	
Valores não alocados		338	10	1	111	
Total	149	37.763	3.022	3.953	2.274	

(i) Refere-se as rubricas do não circulante de tributos a recuperar, imposto de renda e contribuição social, depósitos judiciais e outros ativos.

(h) Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais de longo prazo decorrentes de contratos firmados para a compra de insumos energéticos e matéria-prima circular. Em 31 de dezembro de 2023, estes compromissos totalizavam R\$ 8.616 (2022: R\$ 8.287) e deverão ser liquidados até 2044.

(i) Evento subsequente

Conforme divulgado na Nota 24.1 (vii), em 07 de fevereiro de 2024 foi homologado o Termo de Acordo entre a Braskem, a FEPEAL, CNPA e a DPU, para o pagamento de indenização a pescadores e marisqueiros afetados temporariamente pela restrição do tráfego de embarcações na Lagoa Mundaú, em perímetro delimitado pela Capitania dos Portos de Alagoas, por questões de segurança. O acordo prevê o pagamento pela Braskem do equivalente a três salários-mínimos para até 1.870 profissionais que possuem registro no MPA e atuação comprovada na região, cujo montante já se encontra provisionado neste exercício. A sentença homologatória pôs fim à referida ACP, extinguindo o feito com exame do mérito.

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Braskem S.A. (“Braskem”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Eteno, nº 1561, Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Braskem relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações intermediárias – ITR da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Braskem referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Roberto Bischoff
Diretor Presidente

Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Arantes de Carvalho
Diretor

Edison Terra Filho
Diretor

Marcelo de Oliveira Cerqueira
Diretor

João Henrique Rittershausen
Diretor

Braskem S.A.
(“Braskem” ou “Companhia”)

Relatório Anual Resumido do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário - CCAE
Exercício 2023

1. Sobre o Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário

O Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário (“CCAIE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário e permanente de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Braskem (“CA”), regido nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM nº 23/21”), bem como aderente às regras da Lei Sarbanes-Oxley (“SOx”).

A criação do CCAIE foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Braskem realizada em 30 de julho de 2021, por meio da alteração do Estatuto Social da Companhia¹, que transformou o então Comitê de Conformidade (“CC”), já em funcionamento na estrutura de Governança Corporativa da Companhia desde 04 de maio de 2016 para temas de conformidade (dentre eles sistema de conformidade, anticorrupção, gestão de riscos e privacidade e proteção de dados pessoais), em um comitê de conformidade e auditoria. O CCAIE foi instalado em 09 de novembro de 2021.

Com a instalação do CCAIE, este passou a acumular as atribuições já desempenhadas pelo CC com as funções relacionadas aos temas de auditoria e controles internos, até então desempenhadas pela figura do então “Conselho Fiscal Turbinado”², em conformidade com o disposto na SOx, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US Securities and Exchange Commission (“SEC”), possuindo American Depositary Receipts (“ADRs”) listados na The New York Stock Exchange (“NYSE”).

O CCAIE é composto por 5 (cinco) membros, todos eleitos pelo CA, sendo 3 (três) membros independentes do CA e 2 (dois) membros externos não participantes do Conselho de Administração (“Membros Não Participantes do CA”), eleitos nos termos do Estatuto Social da Companhia.

¹ Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de julho de 2021.

² Com a instalação do CCAIE, o Conselho Fiscal da Companhia passou a ficar restrito às funções fiscalizatórias em linha com o previsto na Lei 6.404/76

Os Membros Não Participantes do CA e pelo menos um membro do CA devem ser independentes nos termos da Resolução CVM nº 23/2021 e pelo menos um dos membros do CCAE deve ter reconhecido conhecimento nas áreas de contabilidade societária, de auditoria e financeira, que o caracterize como especialista financeiro, nos termos da Resolução CVM nº 23/21 e das leis norte-americanas aplicáveis à Companhia, podendo o especialista financeiro ser membro do CA ou não.

A última eleição dos membros do CA da Companhia ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, tendo os membros do CCAE (inclusive os Membros Não Participantes do CA) sido eleitos e reeleitos, conforme o caso, na Reunião do CA de 27 de abril de 2022.

Estão indicados na tabela abaixo os membros do CCAE para o mandato 2022/2024, todos caracterizados como independentes segundo os critérios estabelecidos em política própria da Companhia à época da eleição, em linha com Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e os critérios da Resolução CVM nº 23/21.

MEMBRO	POSIÇÃO	INDEPENDENTE
Gesner José de Oliveira (Coordenador)	Membro do CA	Sim
André Amaro da Silveira	Membro do CA	Sim
Charles Lenzi	Membro do CA	Sim
José Écio Pereira da Costa Junior	Membro Externo / Especialista Financeiro	Sim
Maria Helena Pettersson	Membro Externo/ Especialista Financeiro	Sim

No início de seus mandatos, os membros do CCAE participaram de processo de integração (*onboarding*), com acesso a informações da Companhia, tendo estes interagido em sessões periódicas e ordenadas com executivos e alta administração da Companhia visando a compreensão ampla e aprofundada do negócio e do mercado nos quais a Companhia está inserida, em especial no tocante à elaboração das demonstrações financeiras e aspectos contábeis, gerenciamento de riscos, auditoria interna e controles internos. Os membros do CCAE também participaram de treinamentos aplicados por assessores externos referentes à legislação brasileira anticorrupção e FCPA (*Foreign Corrupt Practices Act*), além de outros treinamentos descritos adiante neste relatório.

2. Competências do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário

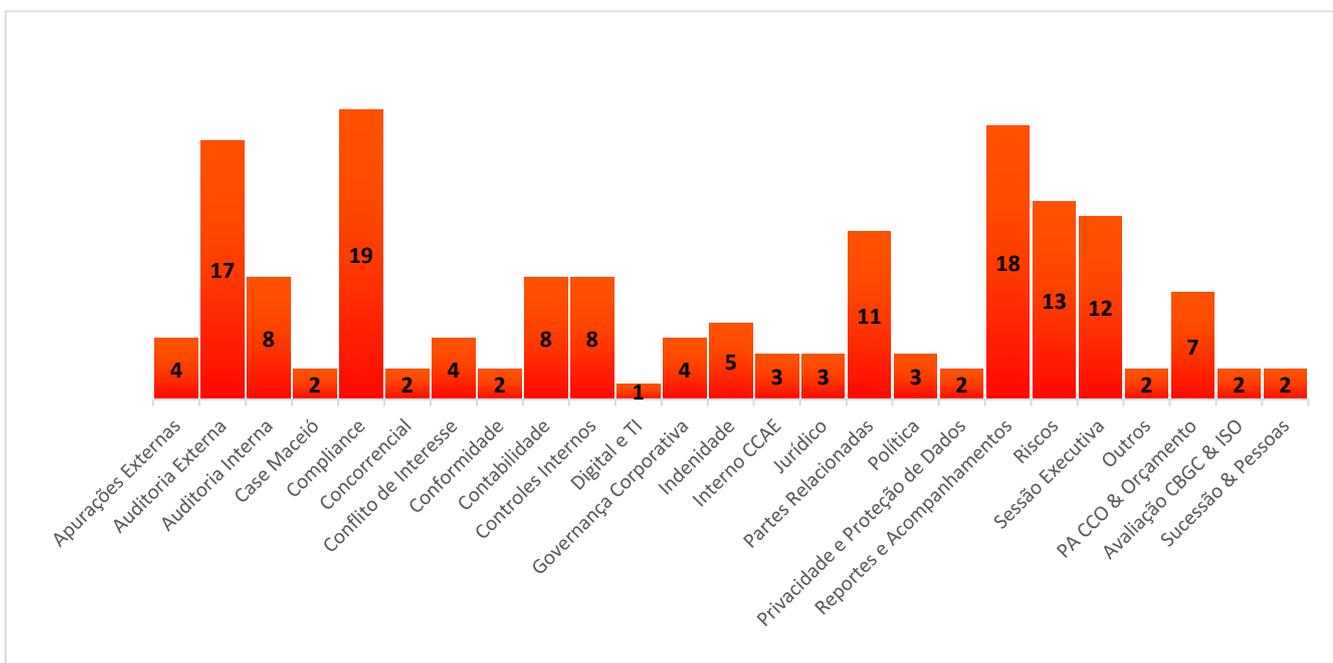
As competências do CCAE estão previstas em seu Regimento Interno e incluem, entre outras: (a) supervisionar as atividades da área de conformidade, auditoria e gestão de risco, incluindo controles internos, compliance, auditoria interna, privacidade e proteção de dados pessoais e livre concorrência; (b) buscar o aperfeiçoamento contínuo do sistema de conformidade da Companhia, promovendo a interação com reconhecidas entidades, nacionais e internacionais, voltadas às melhores práticas de conformidade; (c) supervisionar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras e dos relatórios financeiros; (d) emitir opinião sobre a escolha ou destituição e acompanhamento das atividades dos auditores independentes; (e) supervisionar e acompanhar os trabalhos dos auditores independentes; (f) avaliar, previamente à deliberação pelo Conselho de Administração, a adequação das transações de competência do Conselho de Administração celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas, bem como realizar o monitoramento das transações com partes relacionadas aprovadas pelo Comitê de Ética; (g) avaliar o enquadramento e aprovar a celebração de instrumento de indenidade, quando aplicável, com diretores estatutários, ex-diretores estatutários, conselheiros fiscais e ex-conselheiros fiscais, integrantes e ex-integrantes da companhia, bem como analisar e aprovar os respectivos dispêndios; (h) avaliar o plano anual de auditoria interna; (i) avaliar e monitorar a exposição de riscos, incluindo o Mapa de Riscos Corporativos Global e os Planos de Tratamento; e (j) monitorar a implementação das iniciativas de privacidade e proteção de dados pessoais da Companhia, incluindo os eventos relacionados a violações de dados pessoais e/ou incidentes de segurança e as decisões do Comitê de Privacidade. O CCAE possui autonomia operacional e dotação orçamentária anual, dentro de limites aprovados pelo CA, para efetivamente implementar as suas atribuições, incluindo na medida do necessário para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de tais atribuições, reportando diretamente ao CA e atuando com independência em relação à Diretoria.

3. Atividades do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário em 2023

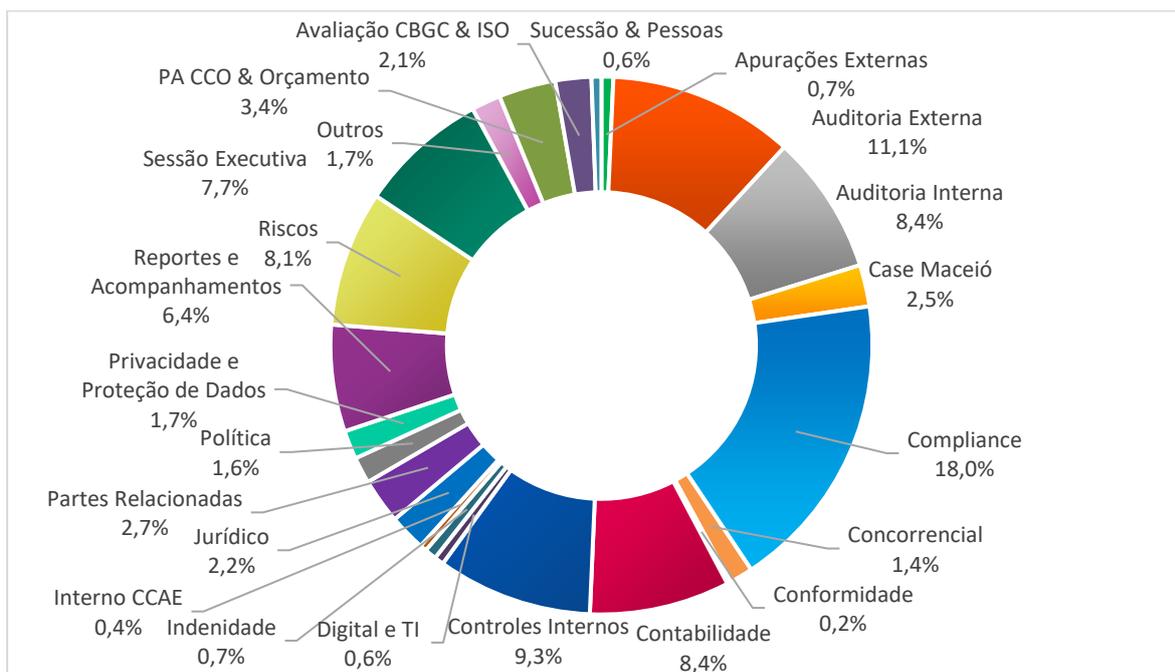
O CCAE reúne-se ordinariamente, ao menos mensalmente, e extraordinariamente, sempre que o Coordenador do CCAE ou qualquer um dos seus membros julgar necessário ou quando requerido pelas circunstâncias, em alinhamento com o Coordenador do CCAE. Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, **23 (vinte e três) reuniões do CCAE** que contemplaram **162**

(cento e sessenta e dois) itens de Ordem do Dia, tendo as reuniões duração média de aproximadamente 03 (três) horas. cada.

QUANTIDADE DE ITENS POR TEMA



ALOCÇÃO DE TEMPO POR TEMA



Durante as discussões, conforme aplicável, foram convidados para participar das reuniões os Integrantes da Companhia responsáveis pelos temas em discussão, notadamente o Líder de Negócio da Braskem ("LN-Braskem"), o Vice-Presidente de Finanças, Suprimentos e Relações Institucionais, o Vice-Presidente de Conformidade, além dos demais membros da Vice-Presidência, o Diretor de Auditoria Interna, os Líderes de *Compliance*, e, ainda, os Auditores Externos Independentes. O Coordenador do CCAE, em cada reunião ordinária do CA, apresentou um relato das atividades do órgão no período e as suas recomendações, para conhecimento e discussão com os conselheiros, bem como participou da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2023. Adicionalmente, o Coordenador e os demais membros do CCAE reuniram-se trimestralmente com os membros do Conselho Fiscal ao longo de 2023.

Dentre as diversas atividades realizadas durante o exercício social de 2023, destacam-se as seguintes:

- (a) a supervisão da qualidade e integridade dos trabalhos e a adequação das atividades da área de Compliance durante o exercício contando com 17 (dezesete) temas pautados para tratar do assunto durante o ano de 2023;
- (b) recomendação para a aprovação da revisão do Código de Conduta da Companhia, bem como conhecer a atualização da Diretriz de Conflito de Interesses;
- (c) a supervisão e o acompanhamento da atuação dos auditores externos independentes, no contexto dos trabalhos de preparação e emissão de relatórios de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e eventuais outros serviços de auditoria, revisão contábil e certificação, tendo o Comitê se reunido com a KPMG Auditores Independentes, responsáveis pela (i) auditoria externa das Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) execução das auditorias independentes referentes às informações trimestrais ("ITRs"), elaboradas conforme as normas reconhecidas nos padrões da CVM; e (iii) execução da auditoria independente referente às Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Public Company Oversight Board (PCAOB) para arquivamento na SEC e pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia e pela emissão do relatório sobre controles internos elaborados, sob a perspectiva da SOx (Sarbanes-Oxley Act). Para o tema em questão, foram realizadas 17 (dezesete) apresentações nas reuniões que ocorreram ao longo do ano de 2023;
- (d) o monitoramento da integridade e qualidade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o acompanhamento de contingências judiciais e administrativas, tendo sido pautadas 4 (quatro) apresentações relativas a estas atividades durante o ano de 2023;
- (e) a avaliação prévia à deliberação do CA acerca da abordagem e a metodologia a serem aplicadas para a avaliação da exposição de risco da Companhia e os critérios e limites utilizados para priorização dos riscos a serem refletidos no Mapa de Riscos Corporativos Global, bem como o monitoramento e o tratamento dos riscos prioritários do Mapa de Riscos Corporativos Global, sendo destinadas 13 (treze) sessões durante o exercício de 2023;

(f) o acompanhamento da qualidade e integridade dos trabalhos e adequação das atividades da área de Auditoria Interna, bem como a avaliação do plano anual de auditoria interna previamente à aprovação do CA, tendo sido realizadas 8 (oito) sessões durante o ano de 2023;

(g) a supervisão da qualidade e integridade dos trabalhos e adequação das atividades da área de Controles Internos, contando com 8 (oito) temas pautados durante o ano de 2023, incluindo o monitoramento de controles relacionados à Tecnologia da Informação (ITGC) e Segurança da Informação, tendo sido realizadas 2 (duas) sessões específicas para tratar de Controles Internos e Gestão de Acessos, bem como sessão sobre Segurança de Tecnologia da Informação e de Tecnologia de Automação;

(h) a avaliação prévia à deliberação pelo CA quanto à adequação de transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, tendo sido pautadas 07 (sete) operações durante o ano de 2023, bem como o monitoramento daquelas que foram avaliadas pelo Comitê de Ética da Companhia por meio de relatório trimestral disponibilizado ao CCAE, conforme critérios previstos em seu Regimento Interno e Políticas da Companhia;

(i) a recomendação para aprovação da revisão da Política de Indenidade e consequente alteração dos Regimentos Internos do CA e do CCAE;

(j) o acompanhamento regular, no exercício das suas atividades, de questões relacionadas: (i) aos trabalhos de Privacidade e Proteção de Dados; e (ii) ao Programa Concorrencial/Antitruste;

(k) a realização de 6 (seis) sessões de capacitação, conforme cronograma anual estabelecido para desenvolvimento dos membros do Comitê, em que foram abordados os seguintes temas: (i) Investigações Internas; (ii) Centro de Serviços Compartilhados; (iii) Processo de Compras; (iv) Práticas Contábeis e Reportes Financeiros; (v) Controles Internos; (vi) Gestão e Prevenção de Fraudes; e

(l) a realização de 11 (onze) sessões executivas, apenas entre os membros do CCAE, bem como com convidados, quando solicitado.

4. Conclusões e recomendações

Os membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Braskem, no exercício de suas atribuições e responsabilidades e conforme interações realizadas, bem como no cumprimento de sua competência prevista no Regimento Interno, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com objetivo de monitorar a sua qualidade e integridade.

Tomando em conta as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, o CCAE declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da Companhia e o próprio CCAE em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de

2023 e recomenda, por unanimidade, a manifestação favorável pelo Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.

São Paulo – SP, 18 de março de 2024.

Gesner José de Oliveira Filho
Coordenador

André Amaro da Silveira

Charles Lenzi

José Ecio Pereira da Costa
Junior

Maria Helena Pettersson

BRASKEM S.A.
CNPJ/ME Nº 42.150.391/0001-70
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **BRASKEM S.A.**, no exercício da competência prevista no art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/76, após exame: **(i)** do Relatório Anual da Administração; **(ii)** das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, as quais refletem o prejuízo apurado no exercício, conforme auferido na Demonstração do Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 4.579.037.700,41 (quatro bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, trinta e sete mil, setecentos reais e quarenta e um centavos), que, após considerar os efeitos dos valores lançados diretamente na rubrica “Prejuízos Acumulados” resultou em uma absorção integral da Reserva de Lucros da Companhia no montante de R\$ 1.825.616.292,30 (um bilhão, oitocentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e dois reais e trinta centavos), sendo que, nos termos do artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A., o prejuízo apurado será parcialmente absorvido pela reserva de lucros da Companhia e o remanescente será registrado na rubrica de “Prejuízos Acumulados”; e **(iii)** do parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, concluíram, por unanimidade, que os documentos examinados refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, opinando no sentido de que os documentos estão em condição de serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 18 de março de 2024.

Jeferson Gustavo Salerno
Presidente

Gilberto Braga
Membro Titular

Ismael Campos de Abreu
Membro Titular

Paulo Cicero Silva Neto
Membro Titular

Wilfredo João Vicente Gomes
Membro Titular